



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE EXCELÊNCIA EM TURISMO
MESTRADO PROFISSIONAL EM TURISMO**

BÁRBARA QUARESMA ROCHA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
ACADÊMICA SOBRE TURISMO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Brasília – DF
2019

BÁRBARA QUARESMA ROCHA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
ACADÊMICA SOBRE TURISMO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, da Universidade de Brasília – UnB, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão no Turismo, como requisito para obtenção do título de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Denilson Bandeira Coêlho

Área de concentração: Turismo

Brasília – DF
2019

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Q1

Quaresma Rocha, Barbara

LIMITES E POSSIBILIDADES DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
ACADÊMICA SOBRE TURISMO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
/ Barbara Quaresma Rocha; orientador Denilson Bandeira
Coelho. -- Brasília, 2019.

159 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em Turismo)
-- Universidade de Brasília, 2019.

1. Pesquisa em Turismo. 2. Produção do conhecimento
científico em Turismo. 3. Políticas Públicas em Turismo. 4.
Financiamento do CNPQ em Turismo. I. Bandeira Coelho,
Denilson, orient. II. Título.

BÁRBARA QUARESMA ROCHA

**LIMITES E POSSIBILIDADES DAS CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA
ACADÊMICA SOBRE TURISMO NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS
PÚBLICAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Turismo, vinculado ao Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília como requisito parcial na obtenção do título de mestra. Linha de Pesquisa: Desenvolvimento, Políticas Públicas e Gestão no Turismo.

Brasília, 17 de junho de 2019

Banca Examinadora

Prof. Dr. Denilson Bandeira Coêlho _____

Presidente da Banca - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Professor Associado I da Universidade de Brasília – UnB

Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch _____

Membro efetivo interno - Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP

Professora Adjunta da Universidade de Brasília – UnB

Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel _____

Membro efetivo externo – Doutor em Ciências Sociais – Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

Profa. Dra. Maria Elenita Menezes Nascimento _____

Membro suplente interno – Doutora em Computação pela University of Manchester

Pesquisadora Associada da Universidade de Brasília – UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

A Deus, à Deusa e a todos os amigos espirituais que me sustentaram durante essa jornada;
Aos meus pais, que sempre torceram e apoiaram; avós e todos os ascendentes.

Irmãos! Brothers! – Mesma geração, cada um, cada um... importantes referências.

Aos meus filhos, que me ensinam a ser melhor a cada dia e que são a maior razão para a busca de aperfeiçoamento;

Ao Prof. Dr. Denilson Bandeira Coelho, pela orientação e compreensão.

À Diva, amiga querida, que segurou a barra quando mais precisei e continua segurando; Be, Cau, Lin, Ma, pela melhor terapia de grupo!

Aos amigos, familiares e colegas de trabalho, em especial Andréa, Maria Lúcia, Sandra, Josenilson e Alisson, que sempre estiveram por perto, apoiando; À Pat, pela revisão de inglês.

Aos professores, servidores e colegas (amigos) do Centro de Excelência em Turismo – CET, impossível enumerar a contribuição de cada um, na vida acadêmica e pessoal. Essa turma tão diversa... por esse mesmo motivo tão rara, tão rica! Muito bom conviver e aprender com vocês! Agradeço em especial à Josie, um anjo num momento que precisei muito. À Profa. Helena Costa, por pensar junto no tema da pesquisa.

Ao Prof. Ivan Rocha, sempre disponível, sempre gentil!

À Profa. Dra. Marutschka Martini Moesch, ao Prof. Dr. Thiago Duarte Pimentel e à Profa. Dra. Maria Elenita Menezes, pelo convite para aceitarem participar da banca de Defesa, aos quais agradeço de antemão pelas futuras contribuições.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, pela concessão de licença capacitação.

Por fim, reitero meus agradecimentos a todos e a todas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse estudo. Ao Universo, Gratidão!

ROCHA, Bárbara Quaresma. **Limites e possibilidades das contribuições da pesquisa acadêmica sobre Turismo na formulação de Políticas Públicas**. 2019. 155 p. Dissertação (Mestrado). Centro de Excelência em Turismo – CET. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, 2019.

RESUMO

A presente dissertação investiga em que medida a pesquisa científica sobre turismo influencia as políticas públicas. O objetivo geral foi analisar as pesquisas fomentadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) que tiveram turismo como tema, com início em 2003, ano de criação do Ministério do Turismo, até o final de 2013 e seu impacto nas políticas públicas do setor. Espera-se que nesse período os projetos apoiados por 36 meses tenham sido concluídos e seja possível avaliar seus impactos sobre a sociedade. Para isso, foram desenvolvidos os objetivos específicos foram: verificar, na literatura consultada, quais os fatores que influenciam a utilização da pesquisa científica pelos usuários (agentes governamentais, empresários, movimentos sociais etc); descrever o fomento realizado pelo CNPq entre 2003 a 2013 sobre a pesquisa em turismo, verificando o perfil do financiamento (modalidades, áreas, instituições, questão regional etc); investigar a visão dos pesquisadores sobre o uso dos resultados de suas pesquisas nas políticas públicas e as boas práticas neste sentido. A metodologia escolhida, qualitativa exploratória, possibilitou uma visão mais ampla do objeto, com base na interpretação de dados quantitativos. Foi realizado um levantamento bibliográfico sobre a produção do conhecimento em Turismo, políticas públicas, políticas públicas de turismo *research utilization*, para mapear os fatores que contribuem ou restringem a utilização da pesquisa científica sobre turismo pelos atores envolvidos com políticas públicas. Esse referencial teórico permitiu analisar as particularidades do campo científico e político do fenômeno turístico, bem como os fatores que limitam ou facilitam a utilização dos resultados das pesquisas por seus potenciais usuários. Com esse referencial teórico, foi elaborado um questionário, aplicado aos pesquisadores que tiveram projetos com potencial para interferir em políticas públicas aprovados pelo CNPq. Para selecionar os 64 projetos com esse perfil, foi realizada uma análise do fomento em Turismo no CNPq, sua demanda, perfil dos processos apoiados, instituições, modalidades apoiadas etc. Nessa pesquisa, foi dada ênfase à visão do pesquisador, isso é, do beneficiário do apoio à pesquisa, não do governo, objeto da investigação, que poderia ser afetado por ela, ou da agência de fomento, encarregada da alocação dos recursos para a ciência, nesse caso, o CNPq. Dessa forma, buscou-se mapear as percepções do cientista sobre o tema e se eles utilizam alguns fatores identificados na literatura que poderiam aumentar o impacto de seus trabalhos junto ao público externo. A análise dos resultados desse trabalho evidenciou que a apropriação da pesquisa por seu público alvo é baixa, comparado ao potencial identificado. Nesse sentido, o conhecimento dos fatores que favorecem ou limitam essa apropriação pode permitir aos pesquisadores o desenvolvimento de estratégias para melhorar o impacto de suas pesquisas. Para o CNPq, esse trabalho pode contribuir com o aperfeiçoamento da sua gestão, por meio de uma avaliação técnica do seu fomento e identificando boas práticas que têm sido utilizadas pelos pesquisadores e que contribuem para utilização dos resultados da pesquisa pelos tomadores de decisão de políticas públicas.

Palavras chave: Pesquisa em Turismo. Produção do conhecimento científico em Turismo. Políticas Públicas em Turismo. Financiamento do CNPQ em Turismo

ROCHA, Bárbara Quaresma. **Limites e possibilidades das contribuições da pesquisa acadêmica sobre Turismo na formulação de Políticas Públicas**. 2019. 155 p. Dissertação (Mestrado). Centro de Excelência em Turismo – CET. Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Turismo. Universidade de Brasília – UnB, Brasília/DF, 2019.

ABSTRACT

This dissertation inquires to what extent scientific research on Tourism influences public policies. The focus was on researches funded by National Council for Scientific and Technological Research (CNPq) that had Tourism as a central subject, starting on 2003, when Ministry of Tourism was created, up to the end of 2013. It is expected that during this period projects supported for 36 months have been completed and that it may be possible to evaluate their impacts on society. In order to answer the research problem a literature review was firstly done about knowledge production on Tourism, public policies, public policies on Tourism and research utilization, so as to map factors that contribute or restrain the use of scientific research on Tourism by actors involved with public policies. This theoretical framework enabled to analyze the particularities of scientific field of Tourism and of public policies for the sector, as well as the factors that restrict or facilitate the use of research results by their potential users. Under this theoretical framework a questionnaire was prepared and sent to researchers that had projects with potential to interfere in public policies approved by CNPq. To select 64 projects with such profile, it was performed an analysis of CNPq' support on Tourism, the demand, the characteristics of supported processes, institutions, and funding modalities, etc. In this research, emphasis was placed on researcher's vision, that is, on the beneficiary of research support, not on government - subject of the investigation that could be affected by it, or on support agency, in this case CNPq, responsible for the concession of funds for science. In that way, it was seek to map scientists' perceptions on the subject and whether they use any factors identified in literature that might increase the impact of their works on external public. The analysis of the results of this work made clear that the appropriation of research by its target public is low, if compared to identified potential. In this sense, knowing the factors that favor or restrict that appropriation may allow the researchers to develop strategies so as to improve their researches impact. For CNPq, this work may contribute with its management improvement through a technical evaluation of its funding and the identification of good practices that have been used by researchers and that contribute for the application of research results by public policy-makers.

Keywords: Tourism Research. Scientific knowledge in Tourism. Tourism Policy. CNPq's funding in Tourism

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia.....	61
Gráfico 01	– Dispendio nacional em ciência e tecnologia, por atividade, de 2000 a 2016.....	65
Gráfico 02	– Temática principal das áreas de pesquisa das EFIT.....	77
Gráfico 03	– Análise da demanda bruta de propostas apresentadas.....	81
Gráfico 04	– Ano de formação (Doutorado) dos pesquisadores.....	98
Gráfico 05	– Área de formação dos pesquisadores.....	99
Gráfico 06	– Pesquisadores que têm ou tiveram bolsa PQ.....	100
Gráfico 07	– Tempo de Doutorado dos pesquisadores.....	104
Gráfico 08	– Idade dos pesquisadores.....	105
Gráfico 09	– Área de formação dos pesquisadores.....	105
Gráfico 10	– Instituição de formação dos pesquisadores.....	106
Gráfico 11	– Instituição de trabalho dos pesquisadores.....	107
Gráfico 12	– Avaliação da pesquisa sobre Turismo.....	108
Gráfico 13	– Adequação do Comitê no qual o Turismo está inserido.....	110
Gráfico 14	– Instâncias de governo afetadas pelas pesquisas.....	114
Gráfico 15	– Contato prévio com os gestores públicos.....	116
Gráfico 16	– Fatores que motivaram contato com o Governo.....	117
Gráfico 17	– Aproximação com usuários.....	118
Gráfico 18	– Utilização de redes sociais pelos pesquisadores.....	119
Gráfico 19	– Divulgação da pesquisa em meios não acadêmicos.....	121
Gráfico 20	– Consideração dos pesquisadores sobre o impacto de seus trabalhos.....	122
Gráfico 21	– Utilização da pesquisa pelo Governo.....	123
Gráfico 22	– Apresentação dos resultados para os usuários.....	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Integrantes do CA-SA.....	64
Quadro 2	– Arranjos Institucionais para tratamento do Turismo no âmbito nacional....	68
Quadro 3	– Comparativo dos Planos Nacionais de Turismo.....	70
Quadro 4	– Divisões Científicas do XVI Seminário da ANPTUR.....	79
Quadro 5	– Propostas por Chamada Pública.....	88
Quadro 6	– Propostas por Região/País.....	91
Quadro 7	– Propostas por Estado/País.....	92
Quadro 8	– Propostas por Chamada Pública.....	93
Quadro 9	– Propostas por instituição.....	95
Quadro 10	– Comitê Julgador das Propostas.....	101
Quadro 11	– Subáreas mais relevantes do Turismo, segundo os pesquisadores.....	113
Quadro 12	– Classificação da pesquisa quanto ao ciclo da política pública.....	115
Quadro 13	– Como foi escolhido o tema da pesquisa.....	115
Quadro 14	– Finalidade das pesquisas.....	116
Quadro 15	– Estratégias de divulgação da pesquisa.....	119
Quadro 16	– Meios para melhorar a articulação entre pesquisadores e usuários.....	126
Quadro 17	– Considerações dos pesquisadores.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	– Cursos de pós-graduação em Turismo avaliados e reconhecidos pela CAPES.....	74
Tabela 2	– Ano de implementação dos cursos de Pós-Graduação em Turismo.....	75
Tabela 3	– EFIT distribuídas no território nacional (N=234).....	77
Tabela 4	– Sexo dos proponentes.....	82
Tabela 5	– Propostas de Turismo por modalidade de bolsa/auxílio.....	82
Tabela 6	– Bolsas de Doutorado por Área de Conhecimento.....	83
Tabela 7	– Propostas por área de conhecimento.....	84
Tabela 8	– Propostas por instituição.....	86
Tabela 9	– Propostas por sexo do proponente.....	93
Tabela 10	– Propostas por área do conhecimento.....	94
Tabela 11	– Propostas por Estado da Federação.....	96
Tabela 12	– Propostas por Região.....	96
Tabela 13	– Programas de Pós-Graduação por Região.....	96
Tabela 14	– Propostas não selecionadas para o universo por tipo de pesquisa.....	98
Tabela 15	– Área dos projetos.....	100
Tabela 16	– Projetos por instituição.....	102
Tabela 17	– Projetos por região.....	102
Tabela 18	– Projetos por Estado.....	103
Tabela 19	– Sexo dos pesquisadores.....	103
Tabela 20	– Atividades acadêmicas exercidas pelos pesquisadores.....	108

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Academia Brasileira de Ciências
ACTC	Atividades Científicas e Técnicas Correlatas
AED	Auxílio Editoração
AED	Editoração
AI	Auxílio Integrado
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPTUR	Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo
APQ	Auxílio Projeto Individual de Pesquisa
APV	Auxílio Pesquisador Visitante
ARC	Auxílio à Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação
AVG	Auxílio Participação em Eventos Científicos
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAs	Comitês de Assessoramento
CD	Conselho Deliberativo
CET	Centro de Excelência em Turismo
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq
CNT	Conselho Nacional de Turismo
COIND	Coordenação de Indicadores e Informação
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONSECTI	Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação
COSAO	Coordenação de Suporte às Atividades Operacionais
D&U	Disseminação e Utilização do conhecimento
DCR	Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional
DMUCTI	Decisão Multicritério em Ciência, Tecnologia e Inovação
DNIP	Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República

DO	Doutorado
DT	Bolsa Desenvolvimento Tecnológico
EFIT	Estruturas Formais de Investigação em Turismo
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
ESALQ-USP	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GD	Bolsa Doutorado
GDE	Bolsa Doutorado no Exterior
GM	Bolsa Mestrado
IC	Bolsa Iniciação Científica
IES	Instituições de Ensino Superior
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
ME	Mestrado Acadêmico
MTur	Ministério do Turismo
MP	Mestrado Profissional
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PD	Bolsa Pós-Doutorado
PDE	Bolsa Pós-doutorado no Exterior
PDI	Pós-Doutorado Empresarial
PDJ	Bolsa Pós-Doutorado Júnior
PDS	Bolsa Pós-Doutorado Sênior
PDS	Pós-doutorado Sênior
PEC-PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PNCTI	Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação
PNT	Política Nacional de Turismo
PPGs	Programas de Pós-Graduação – PPGs
PPTur	Políticas Públicas em Turismo
PQ	Bolsa Produtividade em Pesquisa
PRODETUR	Programa Regional de Desenvolvimento do
PV	Bolsa Pesquisador Visitante
RBTur	Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo

RD	Bolsa Recém Doutor
REF	<i>Research Excellence Framework</i>
RHAE	Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas,
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SNT	Sistema Nacional de Turismo
SPE	Bolsa Treinamento no Exterior
STEM	<i>Science / Technology / Engeneering / Maths</i>
SWE	Bolsa Doutorado Sanduíche no Exterior
TI	Tecnologia da Informação
UCS	Universidade Caxias do Sul
UESC	Universidade Estadual de Santa Cruz
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UnB	Universidade de Brasília
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO À SUA UTILIZAÇÃO PELOS TOMADORES DE DECISÃO.....	21
2.1	A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM TURISMO.....	21
2.2	AS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	29
2.3	AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO.....	34
2.4	A UTILIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA.....	40
2.4.1	Avaliação de impacto das pesquisas em Turismo – um caso.....	47
2.5	MODELO TEÓRICO DA PESQUISA.....	50
3	PASSOS METODOLÓGICOS.....	52
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	60
4.1	POLÍTICAS ENVOLVIDAS E O CAMPO DE ESTUDO DO TURISMO.....	60
4.1.1	Política nacional de ciência, tecnologia e inovação.....	60
4.1.2	A política nacional de turismo.....	67
4.1.3	O campo de estudos do turismo no Brasil.....	73
4.2	ANÁLISE DOS DADOS.....	80
4.2.1	Análise da demanda de propostas de auxílios e bolsas.....	80
4.2.2	Análise da demanda de propostas de projetos de pesquisa.....	92
4.2.3	Análise do universo selecionado para envio do questionário.....	97
4.2.4	Análise das respostas dos questionários.....	103
4.3	DISCUSSÃO DOS DADOS.....	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICES.....	144

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação, a partir do tema *Research Utilization*, se propõe a avaliar se os resultados das pesquisas científicas apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, na área de turismo, têm influenciado as políticas públicas do setor. A avaliação que busca medir os efeitos da pesquisa na sociedade, mais precisamente nos serviços, processos e políticas públicas, para além dos beneficiários direto dos recursos, isto é, os pesquisadores, é denominada avaliação de impacto. O tema deste tipo de avaliação entrou na agenda das instituições encarregadas do financiamento científico e tecnológico devido à necessidade de justificar a utilidade da pesquisa para a sociedade, uma vez que há consideráveis recursos públicos investidos¹ e que esse investimento não é considerado tão prioritário pela população, como nas áreas de saúde e educação.

Além disso, os resultados das pesquisas não são percebidos de imediato, podendo, inclusive, não alcançar os objetivos esperados, como a efetiva cura da Aids, pesquisada há anos, ainda que recentes pesquisas já apresentem possíveis curas, em fase de finalização dos testes. Nas áreas das Ciências Sociais, onde o Turismo está inserido, a percepção da importância do investimento em pesquisa é menor ainda, pois, algumas vezes seus resultados não são conclusivos ou não apontam soluções efetivas para os problemas mais urgentes da sociedade. Por isso, tem crescido o consenso entre os atores da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – PNCTI em relação à necessidade de mostrar à sociedade a importância desses investimentos, prestando contas do aporte de recursos públicos no referido setor. Isso passa por demonstrar que os resultados da pesquisa podem contribuir para melhoria da vida dos cidadãos. Assim, em vários países, os governos desenvolveram formas de avaliar os impactos e consequências das pesquisas científicas.

Para tentar medir a qualidade e o impacto das pesquisas, alguns países elaboraram sistemas que combinam indicadores com informações fornecidas pelos pesquisadores. No Reino Unido, por exemplo, foi criado o *Research Excellence Framework – REF*. Como definido em sua página, o REF “[...] foi o primeiro exercício para acessar o impacto da pesquisa fora da academia. Impacto é definido como ‘um efeito, uma mudança ou um benefício para a economia, sociedade, cultura,

¹ Em 2017, o investimento total do CNPq em auxílios à pesquisa e bolsas no País e no exterior foi da ordem de R\$ 1.118.619.000,00.

políticas públicas ou serviços, saúde, meio ambiente ou qualidade de vida, para além da academia”². Outros países possuem formas similares de avaliação, a exemplo de Canadá, Austrália e Nova Zelândia. Por sua vez, no Brasil, não há um índice oficial para medição de impacto das pesquisas. Os indicadores utilizados para avaliação de projetos científicos são a trajetória do pesquisador (currículo), a excelência da(s) instituição(ões), a avaliação por pares, o número de publicações e a quantidade de citações. Nessa forma de avaliação, os impactos da pesquisa são percebidos apenas pela comunidade científica, não pela sociedade.

Tendo em vista esse cenário, torna-se cada vez mais importante o estabelecimento de um diálogo entre os agentes do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia e os cidadãos. Um dos grandes obstáculos para isso é exatamente o sistema atual de avaliação da pesquisa científica, pois valoriza atividades que não propiciam a aproximação entre a pesquisa e a sociedade. Os indicadores mais considerados pelas agências de fomento, além dos citados no parágrafo anterior, são mérito do projeto, número de orientações, participação em grupos de pesquisa, revisão e edição de periódicos, emissão de pareceres, consultoria, patentes, entre outros, o que torna difícil o investimento do pesquisador em atividades como divulgação da pesquisa em linguagem acessível, interação com os usuários (público alvo da pesquisa) e consideração de seus pontos de vista, sendo estes elementos que possibilitariam um efetivo diálogo com a sociedade. O atual contexto avaliativo, entretanto, faz com que o cientista prefira empregar seu tempo nas atividades valorizadas pelas agências de fomento, pois são elas que irão financiar a pesquisa.

Além das questões inerentes à carreira de qualquer acadêmico que se volta à pesquisa, aquele que atua no âmbito do turismo ainda enfrenta outras dificuldades de seu campo de estudos: a recente origem como área científica e a multidisciplinaridade inerente a este domínio. Por ser um novo setor de estudos, a maioria dos pesquisadores têm formação em outras disciplinas. O que poderia ser um diferencial para produzir pesquisas inovadoras, enfatizando a necessidade de considerar os diversos olhares no estudo do turismo, às vezes, entretanto, causa problemas, como conflito de interesses. De mais a mais, o fato de os cursos de pós-graduação ainda estarem em fase

² Texto original: “[...] was the first exercise to assess the impact of research outside of academia. Impact was defined as ‘an effect on, change or benefit to the economy, society, culture, public policy or services, health, the environment or quality of life, beyond academia’”. Disponível em: <http://www.hefce.ac.uk/rsrch/REFimpact/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

de consolidação traz dificuldades ao ter que, além de disputar recursos com cursos já consolidados, se afirmar como área de conhecimento.

No turismo, a prática surgiu antes de sua pesquisa. Por ter nascido e se desenvolvido no mundo capitalista e por gerar lucros consideráveis, os primeiros estudos sobre turismo, produzidos tanto nos órgãos oficiais como nos setores produtivos e na academia, deram ênfase aos seus aspectos econômicos. Essa visão economicista reduziu o turismo a uma indústria, não abarcando toda a complexidade seu fenômeno social, bem como não justificando sua inclusão enquanto área de estudos e sim, subárea de campos como Economia ou Administração. No entanto, esse ponto de vista tem mudado e há pesquisadores que têm se preocupado em desenvolver uma teoria para essa área. Sobretudo porque o turismo envolve decisão, relação com outras culturas e meio-ambiente, deslocamento, o que desperta emoção, comunicação, aprendizagem, interação ou estranhamento, além de afetar vários outros aspectos como legais, políticos, econômicos, ambientais, sociais etc.

É um setor cuja importância evoluiu ao longo das décadas, chegando ao ápice de relevância na agenda pública no Brasil ao ter, a partir de 2003, um ministério exclusivamente dedicado ao assunto. Também foi verificada a importância desse setor para o desenvolvimento, pelo seu potencial de geração de emprego e renda, redução da desigualdade, preservação ambiental, entre outros. Assim, o turismo é um setor de eminência nacional, que pode contribuir com as questões de relevância econômica e social, justificando o investimento do CNPq nessa área, conforme observa-se na seguinte competência dessa instituição: “[...] promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional” (BRASIL, 2017, *on-line*).

Devido ao crescimento da importância desse fenômeno, em 2006, a área de Turismo foi criada no CNPq e hoje integra o Comitê de Assessoramento “SA”, que também abriga as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional, Geografia e Demografia. O tema da avaliação de impacto tem suscitado interesse da comunidade científica do Turismo, tanto que, em 2019, a temática do XVI Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo – ANPTUR será "Transferência de conhecimento entre academia e sociedade"³. Da

³ Conforme informação disponível no site do evento (<https://www.anptur.org.br/seminario/2019/>).

mesma forma, na apresentação da programação do XV Seminário da ANPTUR, realizado em 2018, foi enfatizada a importância do tema da investigação em Turismo:

Insistimos com o tema Pesquisa Científica em Turismo por considerarmos absolutamente pertinente neste momento em que o futuro da área e dos programas associados precisam ser alvo de reflexão na ANPTUR sob diferentes aspectos, desde a qualidade e relevância da produção acadêmica de dissertações e teses, ao incremento e qualificação da publicação de docentes e discentes, além de demais fatores de impacto no desempenho dos programas da área (ANPTUR, 2018, *on-line*).

Se a ANPTUR estimula a reflexão ao debate, no que concerne à qualidade, relevância, incremento e qualificação dos estudos desenvolvidos, no entanto, aqui, ainda que se entenda que estes elementos são fundamentais, ressalta-se a preocupação com a avaliação dos programas de pós-graduação da área, espaço no qual é valorizado o impacto acadêmico. Dessa forma, este estudo pretende olhar para o fomento às pesquisas que tenham o turismo como objeto de estudo e observar se o conhecimento produzido tem contribuído com as políticas públicas do setor, isto é, se têm gerado impacto na sociedade. Acredita-se que esse conhecimento, produzido por especialistas, embasados em teoria e metodologia, possa analisar o fenômeno de forma sistemática e assim auxiliar a tomada de decisão em políticas públicas. Para tanto, foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: Em que medida as pesquisas sobre turismo financiadas pelo CNPq influenciam a formulação/reformulação das políticas de turismo⁴?

No intuito de responder a esse problema de pesquisa, o presente estudo partiu do pressuposto que o envolvimento dos usuários (no caso das políticas públicas: gestores públicos, políticos, comunidades, sociedade civil organizada etc.) na execução da pesquisa e a divulgação dos resultados da pesquisa, de forma acessível aos vários atores interessados, aumentam a possibilidade de utilização da pesquisa. Outro fator importante observado é que a forma atual de avaliação de pesquisas inibe a realização de atividades que poderiam aumentar o impacto destes estudos, pois tais atividades não são valorizadas para progressão na carreira nem para obtenção de financiamento para pesquisas. Evidências desse argumento foram encontradas em artigos que versam sobre a utilização da pesquisa/impacto da pesquisa científica, desenvolvidos principalmente nos Estados Unidos e Europa, bem como em artigos sobre a avaliação da pesquisa científica no Brasil.

⁴ As políticas de turismo serão aquelas analisadas pelos projetos de pesquisa financiados pelo CNPq.

Em consonância às questões suscitadas, objetiva-se, de forma geral, analisar, no período de 2003 a 2013, as pesquisas de turismo fomentadas pelo CNPq e seu impacto nas políticas públicas do setor. Os objetivos específicos são:

1. Verificar, na literatura consultada, quais os fatores que influenciam a utilização da pesquisa científica pelos usuários (agentes governamentais, empresários, movimentos sociais etc);
2. Descrever o fomento realizado pelo CNPq entre 2003 a 2013 sobre a pesquisa em turismo, verificando o perfil do financiamento (modalidades, áreas, instituições, questão regional etc);
3. Investigar a visão dos pesquisadores sobre o uso dos resultados de suas pesquisas nas políticas públicas e as boas práticas neste sentido.

Estruturalmente, este trabalho, além da presente seção introdutória, apresenta ainda mais quatro seções. A segunda seção discorre sobre o caminho teórico desenvolvido para dar suporte a essa pesquisa. Para fundamentar a discussão proposta, essa pesquisa recorreu à bibliografia sobre a produção do conhecimento científico em turismo e sua importância para o desenvolvimento econômico, social e ambiental; sobre políticas públicas, pois, conhecendo seu processo, ideologias e relações de poder, o pesquisador poderá direcionar suas pesquisas para melhorar o impacto; políticas públicas em turismo, verificando as inúmeras possibilidades de estudo nessa área que produzem impacto científico, econômico, social e ambiental; e sobre a utilização da pesquisa científica, que expõe os fatores que influenciam ou restringem a utilização da pesquisa científica pelos atores envolvidos na formulação de políticas públicas de turismo e, assim, apresentar aos pesquisadores da área algumas ações que eles podem realizar para aumentar o impacto de suas pesquisas nessa área.

Os passos metodológicos para atingir os objetivos almejados por essa pesquisa estão descritos na seção três. Para iniciar essa pesquisa, foi realizada uma busca nas bases “SciELO” e “Google Scholar” com as expressões “avaliação de impacto de pesquisa em Turismo”, “utilização de pesquisa em turismo”, “financiamento de pesquisa em turismo” e não foi encontrada nenhuma publicação científica com esse tema em português, o que demonstra sua originalidade no País. Apesar de ter encontrado um artigo que avalia o impacto das pesquisas em turismo no Reino Unido, não foi possível replicá-lo no Brasil, por não haver método de análise semelhante.

Assim, a pesquisa caracteriza-se como exploratória, com abordagem qualitativa, e o referencial teórico foi construído para responder à pergunta de pesquisa. A análise de conteúdo sobre o tema *Research Utilization* revelou que os fatores que mais influenciam a apropriação da

pesquisa pelos usuários são: valores, agenda, interação, linguagem acessível de divulgação, pesquisa científica de qualidade e sistema de avaliação de pesquisa. Esses fatores estão mais detalhados na seção três.

A seção quatro versa sobre a análise e discussão dos dados, sendo realizada, primeiramente, uma contextualização dos objetos de pesquisa envolvidos e logo após a análise de todos os auxílios e bolsas concedidos sobre Turismo pelo CNPq durante o período de 2003 a 2013 para verificar o perfil do apoio, respondendo ao objetivo nº 2 dessa pesquisa. O ano de 2003 foi escolhido devido à criação do Ministério do Turismo, que elevou a agenda de políticas públicas de turismo a um novo patamar. O horizonte vai até 2013 que, além de ter um mapa da evolução do fomento da pesquisa sobre turismo em onze anos, espera-se que os projetos apoiados por até 36 meses, considerando ainda uma possível prorrogação, tenham sido encerrados, uma vez que essa pesquisa visa analisar os resultados desses projetos. A análise desses dados é importante para verificar se há anomalias na distribuição desses recursos, se estão concentrados em alguma área ou instituição etc.

Assim, foi solicitada à área responsável pela extração de dados do fomento para os técnicos do CNPq, a Coordenação de Suporte às Atividades Operacionais - COSAO, uma planilha com todos os processos que cadastraram a palavra-chave “turismo”⁵. Foram encontrados 732 processos com a palavra-chave “turismo”, contratados no período de 01/01/2013 a 31/12/2013, em todas as modalidades de bolsas e auxílios. Ao filtrar somente os processos que apoiavam a pesquisa científica em si, chegou-se ao número de 114 projetos. Desses, verificou-se que 83 tinham potencial para influenciar as políticas públicas. Como havia pesquisadores responsáveis por mais de um projeto, considerou-se apenas um projeto por pesquisador, chegando-se ao número de 64 pesquisadores para envio do questionário. O questionário, reproduzido no Apêndice 1, foi elaborado com base no tema *Research Utilization*. A análise do questionário, bem como dos dados de fomento do CNPq para a área de Turismo, foi desenvolvida na seção 5.

⁵ É importante ressaltar que isso exclui processos da área de turismo que não tenham inserido essa palavra-chave e outros processos de outras áreas que podem abordar o assunto e que também não tenham inserido a palavra-chave “turismo” no campo apropriado, já que esse não é um campo obrigatório para envio de proposta. Porém, optou-se em realizar a pesquisa por palavra-chave e não por área devido a 2 motivos: a) para incluir processos de outras áreas e verificar quão multidisciplinar está sendo a produção do conhecimento sobre turismo apoiada pelo CNPq; b) a área de turismo só foi incluída no CNPq em 2006, assim, caso optasse pela pesquisa pela área, além de excluir processos de outras disciplinas, a pesquisa teria que analisar os processos a partir daquele ano.

Dessa forma, o recorte da pesquisa engloba os projetos de pesquisa cujo tema tem potencial para influenciar políticas públicas, apoiados pelo CNPq entre 2003 a 2013. Ressalta-se que, com a aplicação do questionário, essa investigação deu ênfase à visão do pesquisador sobre o tema, buscando analisar se o assunto é de conhecimento da comunidade acadêmica e se algum dos fatores evidenciados é utilizado por ela. Por fim, a sexta seção reúne as considerações evidenciadas na pesquisa, trazendo respostas possíveis e indicando estudos futuros para aprofundamento da questão de impacto das pesquisas em turismo.

2 DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO À SUA UTILIZAÇÃO PELOS TOMADORES DE DECISÃO

O quadro interpretativo desta pesquisa está estruturado na análise bibliográfica dos seguintes temas: produção do conhecimento em turismo, políticas públicas e políticas públicas de turismo e *research utilization*. Como o objetivo é verificar se as pesquisas em turismo influenciam as políticas públicas do setor, iniciou-se a discussão sobre o processo de produção do conhecimento em turismo, tendências de pesquisa e como ele pode contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas.

Ainda, para que esse conhecimento possa interferir nas ações do Estado, é necessário conhecer a dinâmica do processo político, que é permeado por interesses e ideologias. As políticas públicas de turismo, como veremos, são reflexos da política do Governo (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011), por isso, é importante conhecer suas particularidades, instituições, atores e demais fatores que influenciam em sua dinâmica. Assim, é realizada a discussão sobre políticas públicas e políticas públicas de turismo e como elas podem ajudar na promoção do bem-estar social, conciliando as diversas perspectivas que envolvem a atividade turística.

A produção do conhecimento deve ser orientada para desvelar algum fenômeno, contribuindo para seu entendimento, bem como para solução de problemas. Dessa forma, espera-se que o público-alvo seja beneficiado com a apropriação dos resultados da pesquisa.

Na Europa e Estados Unidos, a utilização do conhecimento científico pelos usuários é discutida desde o início do século XX, verificando quais são as estratégias que facilitam ou restringem a apropriação desse conhecimento. Assim, espera-se que essa teoria possa contribuir com a agenda de avaliação de impacto ao evidenciar aos pesquisadores os fatores que influenciam a tomada de decisão em políticas públicas.

2.1 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO EM TURISMO

O turismo começou a ser estudado, primeiramente, nas universidades europeias, no início do séc. XX, seguidas, um pouco mais tarde, pelas dos Estados Unidos (JAFARI, 1994). No período entre guerras, quando o turismo passou a ser objeto de estudos, a chamada “Escola Berlinesa” direcionou seus estudos para os impactos econômicos do Turismo (FUSTER, 1991, apud

FREITAS, 2018). Nessa escola, em 1929 (MOESCH, 2004, apud FREITAS, 2018), e depois em outras, como na Escola de Berna, em 1942 (VELÁZQUEZ, 2004, apud FREITAS, 2018), a definição de turismo passou a ser ligada ao movimento de pessoas. A partir de 1950, o turismo começou a ser visto como prática histórico-social (MOESCH, 2004, apud FREITAS, 2018).

O primeiro curso de graduação de Turismo no Brasil surgiu em 1971, na então Faculdade Morumbi, em São Paulo. A necessidade de formação de recursos nessa área, tendo em vista o crescimento do turismo no Brasil, fez surgir vários outros cursos. Já o primeiro curso de pós-graduação *strictu sensu* foi iniciado em 1982 na USP, primeiramente com a oferta de uma linha de pesquisa em Turismo e Lazer no PPG em Ciências da Comunicação e em 1993, foi implementado o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em universidade pública, desativado no início dos anos 2000 (MOMM, 2009).

Pimentel, Carvalho e Oliveira (2016) apresentam dados relativos à quantidade de cursos de graduação em Turismo no Brasil, presentes em 14,41% das universidades do País. Já o número de cursos de pós-graduação é pequeno, se comparado aos outros cursos, porém, deve-se considerar que o estudo em nível de pós-graduação em Turismo é recente, sendo o curso mais antigo o de mestrado da UNIVALI (datado do ano de 1997) e o mais recente, o de doutorado da Universidade de São Paulo (iniciado em 04/03/2019).

O trabalho de doutorado da pesquisadora Mirian Rejowski⁶ é considerado pioneiro na análise da pesquisa em Turismo no Brasil tendo em vista que, em 1993, em sua tese de doutorado, analisou o conteúdo de dissertações e teses em turismo no período de 1975 a 1992. Nessa época, ela identificou que:

O turismo, sendo área nova, ainda sem peso significativo como estudo científico, não constitui campo prioritário em nenhuma das instituições analisadas. Na verdade, configura-se como pequena área de estudo dentro de departamentos de geografia, administração, economia etc. ou, então, figura em departamentos com vários cursos como o caso do Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes na USP (REJOWSKI, 1996, p. 91).

⁶ Esse doutorado foi desenvolvido no Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação, na área de concentração Relações Públicas, Propaganda e Turismo, da Escola de Comunicações e Artes.

Apesar de ter se passado mais de 20 anos⁷ da publicação do estudo de Rejowski, ainda não há consenso sobre o estudo do Turismo e/ou se existe uma teoria para estudo do fenômeno. A academia continua reproduzindo, nesse sentido:

[...] a visão mercadológica do Turismo, como gestão de negócios, por terem sido estruturados a partir de linhas de pesquisa da administração, ou, oriundos da área de comunicação social não tendo sido fundamentados em uma base curricular que fosse mais transdisciplinar, e comprometida com a construção de um campo científico do Turismo (FREITAS, 2018, p. 123).

Essa situação comentada por Freitas (2018) se deve ao fato de os cursos terem surgido de uma demanda mercadológica, em função dos grandes lucros financeiros que a atividade gerava (MARGONI, 2006 apud FREITAS, 2018). Essa visão economicista histórica, que reflete o turismo enquanto bem de consumo, nega sua transdisciplinaridade e dificulta sua compreensão como ciência. No entanto, alguns pesquisadores estão empenhados em desconstruir essa visão em busca da construção de uma epistemologia do Turismo.

Segundo Freitas (2018, p.87),

Ao não estudar a epistemologia do Turismo, isto poderia sugerir uma facilidade encontrada em não resolver os problemas existentes na construção do objeto do fenômeno, conseqüentemente essa negação ao rompimento do paradigma economicista e tecnicista do Turismo o reduz a uma disciplina ou área como tratam alguns autores não saindo de seu discurso restrito e ideológico que serve aos interesses do capital no processo de mercantilização e renda monopolistas dos territórios nos quais se estabelece.

Essa pesquisadora estudou, em sua dissertação de mestrado, o processo de construção sobre o discurso epistemológico nos cursos de Pós-Graduação (*Stricto Sensu*) em Turismo no Brasil e sua transposição na construção do campo científico do turismo⁸, constatando que apenas cerca de 1% das dissertações defendidas têm como tema e problematização a epistemologia do Turismo. Segundo Molina (1994, p. 19, apud FREITAS, 2018 p. 46-47):

Em qualquer caso, a relação do turismo com qualquer ou com várias disciplinas científicas sempre foi deficiente, do qual deriva um estudo do turismo pouco ou escassamente sistemático e sem maior transcendência científica e social; assim, aquilo que as escolas descobrem em nível operativo já é conhecido por quem

⁷ Atualmente já existem cursos de Pós-Graduação na área de Turismo, como será detalhado na seção 4.1.3.

⁸ Para isso, analisou 944 dissertações defendidas em cinco Programas de Pós-Graduação de Turismo (UnB, UAM, UCS, UFRN e UNIVALI) entre 2000 e 2017.

integra o setor produtivo. Agregando a isso a falta de preparo docente e a carência de investigação se pode explicar a fraca inserção social das escolas de turismo, situadas em uma posição mais de retaguarda que de transformação e desenvolvimento da atual estrutura-

A presente dissertação pretende explorar o caráter social do turismo, uma vez que busca analisar a contribuição da produção do conhecimento em turismo nas políticas públicas, entendendo que a finalidade do Estado é a promoção do bem-estar de seus cidadãos. Ainda, essa concepção está em consonância com a competência do CNPq em promover pesquisas voltadas às questões de relevância econômica e social e com o objetivo do MTur de “[...] Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social” (BRASIL/MTur, 2015, *on-line*).

De acordo com Rua (2006, p.17), “[...] o turismo pode contribuir decisivamente para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social porque agrega um conjunto de dimensões favoráveis à solidariedade e à integração social”. Ele proporciona interação com outras culturas, geração de emprego e renda, preservação ambiental (RUA, 2006). Assim, a análise desse fenômeno é fundamental para municiar os formuladores de políticas públicas de informações que visem potencializar os benefícios em prol da sociedade, corrigindo distorções e disseminando boas práticas que podem ser adotadas/adaptadas em outras localidades.

Destaca-se que a pesquisa é um dos meios mais adequados para realizar essa análise, pois, “[...] a característica principal da ciência ante outras formas de conhecimento é a reflexão e a construção de um corpo metodicamente ordenado de conhecimentos” (DENKER, 1998, apud BIZ et al., 2008). Esse estudo concorda com a premissa elaborada por Díaz⁹ (2018, p. 29) em sua dissertação de Mestrado, de que:

[...] as Estruturas Formais de Investigação em Turismo – EFIT, devido ao seu embasamento técnico-científico e conhecimento do setor aliado, comparadas com outras formas de organização menos estruturadas, apresentam maior eficácia na produção de conhecimento técnico-científico, gerando conhecimento – guias, modelos, manuais, etc, – os quais servem de base para a elaboração de políticas públicas adequadas. Se tal raciocínio for correto, a participação das EFIT - atuando como entidades da sociedade civil organizada - no ciclo das políticas públicas em turismo/PPTur ajudaria a equilibrar a participação cidadã (baseada no senso comum) com a participação de especialistas (baseada no conhecimento

⁹ Na dissertação intitulada “Estruturas Formais de Investigação em Turismo e Políticas Públicas de Turismo: Expansão, Consolidação e Convergência?”, defendida em 2018, a pesquisadora buscou identificar a relação entre a pesquisa produzida nas EFIT e as políticas públicas.

técnico) nas diferentes etapas do ciclo, proporcionando, em teoria, um desenho mais adequado às PPTur já que seriam elaboradas embasadas em informações reais sobre o setor.

Um dos grandes problemas da dificuldade em se criar políticas públicas para o turismo está no entendimento do que é turismo, para além do tratamento disciplinar que reduz esse fenômeno complexo como setor/atividade dos estudos econométricos. Norma Martini Moesch (2008) diz que um dos pecados do Turismo:

[...] diz respeito à dificuldade em conceituar, de maneira clara e explícita, o que é o Turismo, como ele se vincula com as demais ciências sociais, como se estabelecem as suas interfaces com outras atividades inerentes à sociedade, como se alinha ao processo produtivo tradicional da economia, aos setores e aos fatores que dinamizam essa economia; e finalmente, como pode, na ponta de tal processo, configurar-se como um produto intangível, só consumível - no âmbito de todos os seus componentes - na base de sua geração. O que equivale a dizer que se trata de um produto intransportável, na rigidez de sua fixação localizante, quase um paradoxo, se pensarmos que o Turismo é sinônimo de mobilidade (p. 87).

Nesse sentido, Beni e Moesch (2017, p. 430) propõem uma epistemologia do turismo “recuperando os valores humanos no discurso científico do turismo pela Teoria da Complexidade”, de Morin. Esses pesquisadores afirmam que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade:

[...] são fundamentais à análise do turismo como fenômeno social, cultural, comunicacional, econômico, possuidor de uma prática social e, por isso, também subjetivo, o que para seu entendimento coloca o pesquisador em uma posição de avanço sob as fronteiras de uma única disciplina ou de um único campo do saber (BENI; MOESCH, 2017, p. 434).

No entanto, os estudos do turismo têm sido conduzidos por concepções disciplinares e multidisciplinares, cujos campos não dialogam entre si, provocando graves implicações éticas, sociais, políticas. Beni e Moesch (2017, p. 442), em seus estudos, ao analisar essa temática, sustentam que “[...] construir uma teoria que dê conta das práticas turísticas deve ser uma conquista transdisciplinar, em que cada momento é, simultaneamente, produzida e produtora, numa recursão organizacional, na qual a parte está no todo e todo está na parte”. Assim, propõe estudar o turismo como realidade humana. Moesch (2002) já havia desenvolvido categorias para analisar o Turismo na qual a economia é apenas uma delas, juntamente com tempo, espaço, diversão, tecnologia,

imaginário, comunicação, ideologia, hospitalidade, cujo protagonista é o sujeito, produtor ou consumidor dessa prática social. Conforme sintetiza,

Não nego a contingência material do turismo em sua expressão econômica, mas esta ocorre historicamente, em ESPAÇOS e TEMPOS diferenciados, cultural e tecnologicamente construídos, a serem irrigados com o desejo de um SUJEITO biológico. SUJEITO objetivado, fundamental para a compreensão do fenômeno turístico como prática social, e subjetivado em IDEOLOGIAS, IMAGINÁRIOS e necessidade de diversão, na busca do elo perdido entre prosa e poesia (MOESCH, 2002, p. 31, grifos da autora).

O estudo do turismo como fenômeno complexo, tal como proposto, incorpora a incerteza, a inseparabilidade entre sujeito e objeto, uma vez que é um objeto em construção, “[...] pois tem como motor as práticas sociais em seu tempo sócio-histórico” (BENI; MOESCH, 2017, p. 452).

Molina (2005) defende que o Estado deve intervir na atividade turística para garantir o cumprimento de sua missão, isto é, atuar como um instrumento da política econômica e social para contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população. Ele propõe agregar valor e inversão ao turismo, por meio da criatividade, inibindo a competição via preço e incorporando novos recursos - “[...] humanos, naturais e culturais - às atividades produtivas que se levam a cabo no setor” (p. 13-14). Esse autor defende ainda o investimento em educação e pesquisa para desenvolver produtos com alto valor agregado e o envolvimento de vários atores para pensar e repensar o turismo, incluindo cientistas, funcionários públicos, consultores, empresários e líderes sociais, entre outros, “[...] cada um com interesses e perspectivas diferentes, mas com pontos de acordo encaminhados a criar um modelo turístico próprio” (MOLINA, 2005, p. 28).

Este autor verificou também que no início do desenvolvimento turístico, em sua fase moderna, o turismo era visto como uma indústria, caracterizado principalmente pelo turismo de massa, voltado ao descanso: “São multidões sem voz própria, de gostos padronizados, de interesses manipulados, que não têm definido com clareza o que buscam, ainda que sabem que desejam escapar da rotina e dos problemas urbanos e do estresse” (MOLINA, 2005, p. 46). Nesse modelo, “[...] é o turista que tem que se adaptar ao modelo de produção” (p. 47). O autor observou que, com o advento da pós-modernidade, essa concepção sofreu mudanças, e que o novo turismo é caracterizado como turismo ativo, no qual o turista busca a confrontação das realidades, oportunidade para crescer, para desenvolver suas múltiplas identidades, de aprendizagem e movimento. Afirma ainda que a compra do turista pós-moderno “[...] está guiada por uma busca

peçoal, por uma intenção dirigida a encontrar respostas funcionais e existenciais. Esta é a verdadeira importância do turismo desde a perspectiva da demanda” (MOLINA, 2005, p. 41).

Como pode se verificar, o turismo é um fenômeno que não pode ser estudado sob a ótica de uma única disciplina, visto que se corre o risco de realizar uma análise míope de todos os seus aspectos, pois ele envolve desde as características mais inerentes à pessoa, à economia, às sociedades emissoras e receptoras, aos governos, às políticas públicas, ao meio ambiente, à paisagem etc. Há grupos e centros de pesquisa de vários departamentos que se dedicam ao estudo do turismo, enfatizando sua importância para outras áreas. Nesse sentido, verifica-se que não existe uma forma de se pesquisar turismo, e sim várias. Assim, o estudo em turismo deve ser realizado para potencializar os efeitos positivos desse fenômeno e minimizar seus efeitos negativos. Na perspectiva das políticas públicas de turismo, elas devem ser pensadas buscando a melhoria de vida dos cidadãos.

As instituições que realizam pesquisa científica sobre turismo podem contribuir para um melhor desenho das políticas públicas. Nesse sentido, Díaz afirma que (2018, p. 30):

Para executar o processo de tomada de decisões dentro de um estado, é necessário um conjunto de informações acertadas e que estejam à disposição dos interessados para possibilitar a eleição dos melhores cursos de ação. [...] É sob essa lógica que as Estruturas Formais de Investigação em Turismo podem apoiar ao Estado na tomada de decisões acertadas e adequadas, ao produzir as informações necessárias para o conhecimento da realidade.

Isso porque as EFIT coletam dados e informações com alto grau de credibilidade, devido ao embasamento teórico e acadêmico, contribuindo para desenvolvimento do setor turístico. Ao disponibilizar essas informações, “[...] a organização permite abordar de forma eficiente as problemáticas da área, fazendo possível a tomada de decisões e implementação de soluções adaptadas às necessidades do setor turístico” (DÍAZ, 2018, p. 81).

Díaz (2018, p. 157) analisou seis¹⁰ EFIT de três estados (Minas Gerais, Ceará, Paraná) e constatou que “[...] a maioria das EFIT contam com um nível baixo de estruturação, o que afeta

¹⁰ Nesse estudo, Díaz se limitou a analisar os grupos vinculados somente à Instituições de Ensino Superior (IES), podendo haver estruturas de pesquisa independentes, vinculadas ao setor público ou privado. Outra limitação constatada é que, apesar de ter contatado 174 líderes de grupos de pesquisa para uma análise da dinâmica interna das EFIT, recebeu somente 6 respostas. Como ela própria informa, sobre as limitações de seu estudo: [...] A primeira, relaciona-se com o número de EFIT entrevistadas para análise – relativamente baixo - resultado da “não-resposta” ao roteiro de pesquisa dos líderes dos grupos contatados. A segunda se relaciona com os grupos

seu nível de produção, visibilidade no exterior, obtenção de fontes de financiamento, estabilidade no grupo de pesquisadores, havendo só dois grupos num nível pode-se dizer intermediário”.

Por sua vez, Pimentel, Carvalho e Pimentel identificaram que as EFIT ainda estão em um:

[...] estágio inicial de justaposição e adequação espontânea ao espaço físico e social em que se situam, sem desenvolvimentos ulteriores. Assim, parecem, de fato, ter completado a fases de habitualização, em que o tema foi percebido como algo importante e levado a agenda político-institucional; e estar em processo de completar a seguinte, de objetivação, via expansão das EFIT por meio do envolvimento de indivíduos que se identificaram com esta atividade, marcando-se pelo menos dois períodos geracionais na pesquisa da área. O primeiro em que há poucos indivíduos, com formações mais diversas, porém afins ao turismo, e centralizados territorialmente na região sudeste do país. No segundo período, é marcado pela expansão, de indivíduos inseridos nestes cenários, de temas pesquisados, da criação de estruturas ao longo das cinco regiões do território nacional. Por outro lado, a influência na produção do conhecimento é centrada entre os agentes da primeira geração destas estruturas, que determinam formas de refletir e agir com relação ao turismo no cenário acadêmico nacional. Portanto, uma plena institucionalização parece ainda requerer esforços no sentido de transmissão intergeracional de estruturas objetivas e referências simbólicas de geração de conhecimento no campo turístico no país (2018, p. 14).

Esse cenário de consolidação das EFIT torna desafiador o trabalho de fazer com que o conhecimento especializado produzido por meio da pesquisa chegue nas mãos dos tomadores de decisão. Mais ainda, que seja utilizado por eles. Díaz (2018, p. 157-158), em seu estudo, não identificou influência das EFIT nas Políticas Públicas¹¹. Considerando as respostas obtidas, ela identificou duas situações:

1) os grupos não tem interesse em participar no desenho de políticas públicas de turismo e 2) embora existam grupos que têm essa participação entre seus objetivos, e que inclusive tenham desenvolvido projetos e informações que resultariam úteis para os tomadores de decisões, seus trabalhos não tem sido levados em consideração por parte da esfera pública – que pode ser resultado da falta de reconhecimento do grupo por parte da sociedade ou por interesses políticos por parte dos tomadores de decisões.

Na mesma linha que o estudo produzido por Díaz, essa dissertação propõe investigar se as pesquisas apoiadas pelo CNPq influenciam decisões de políticas públicas. Nessa seção, foi abordado

entrevistados, já que também houve omissão de informações por parte dos líderes que não tiveram interesse de acompanhar a entrevista em sua totalidade. Ambas situações dificultaram a análise das EFIT.

¹¹ Considerando o número limitado de respostas obtidas e da abrangência nacional de seu estudo, isto é, foram pesquisadas apenas as políticas públicas nacionais, excluindo-se os níveis regional e local.

o estágio das pesquisas sobre turismo no País. O cenário é de consolidação, tanto dos temas estudados quanto dos grupos de pesquisa, o que é um fator limitante das possibilidades de influência junto aos tomadores de decisão. O próximo tópico discorrerá sobre as políticas públicas, buscando compreender sua dinâmica para então, buscar estratégias mais assertivas para influenciá-las.

2.2 AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Dias e Matos (2012, p. 9) relatam que o objetivo final do estado é o bem comum. De acordo com esses autores,

[...] o bem comum consiste no conjunto de condições sociais que permitam e favoreçam nos seres humanos o desenvolvimento integral de todos os membros da comunidade. E o estado tem por fim último oferecer condições para que todas as pessoas que integram a comunidade política realizem seus desejos e aspirações, e para tanto assegura a ordem, a justiça, o bem-estar e a paz externa, que são elementos necessários para que as outras necessidades públicas sejam atendidas.

As ações do Estado para cumprir esse objetivo são chamadas de políticas públicas. De acordo com os referidos autores, em seus estudos, o conceito de política pública pode ser entendido como “[...] as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições de equidade no convívio social, tendo por objetivo dar condições para que todos possam atingir uma melhoria da qualidade de vida compatível com a dignidade humana” (DIAS; MATOS, 2012, p. 12). Assim, compreende-se que tanto as ações da Política de Ciência e Tecnologia, encarregada do financiamento da pesquisa, como da Política de Turismo, têm que estar de acordo com a finalidade maior do Estado, o bem comum, isto é, o desenvolvimento integral de todos os cidadãos.

Para analisar as políticas públicas, é necessário conhecer conceitos fundamentais para sua compreensão: *policy*, *politics* e *polity*, *policy network*, *policy arena* e *policy cycle*. Frey (2000, p 216-217) descreve as três dimensões da política:

- a dimensão institucional ‘polity’ se refere à ordem do sistema político, delineada pelo sistema jurídico, e à estrutura institucional do sistema político-administrativo;
- no quadro da dimensão processual ‘politics’ tem-se em vista o processo político, frequentemente de caráter conflituoso, no que diz respeito à imposição de objetivos, aos conteúdos e às decisões de distribuição;

- a dimensão material ‘policy’ refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas.

Frey (2000, p. 219) afirma que essas dimensões são interligadas e se influenciam mutuamente: “[...] As disputas políticas e as relações das forças de poder sempre deixarão suas marcas nos programas e projetos desenvolvidos e implementados”. Ele salienta, entretanto, que os fatores condicionantes das políticas públicas (atores, interesses, ideologias etc) podem variar com o tempo, como o aumento da conscientização ambiental na Europa após o acidente nuclear de Chernobyl e uma falta de interesse na questão ambiental quando confrontada com problemas socioeconômicos como o desemprego.

De acordo com Miller (1994, apud Frey, 2000, p. 221), as “policy networks” são:

relações sociais que se repetem periodicamente, mas que se mostram menos formais e delineadas do que relações sociais institucionalizadas, nas quais é prevista uma distribuição concreta de papéis organizacionais. Todavia, essas redes sociais evidenciam-se suficientemente regulares, para que possa surgir confiança entre seus integrantes e se estabelecer opiniões e valores comuns.

Essas redes, menos formais, com estruturas horizontais de competências, com alta densidade comunicativa e controle mútuo, têm ganhado influência nos processos decisórios, por isso devem ser consideradas ao se estudar políticas públicas. Frey (2000, p. 223) informa que *policy arena* refere-se “[...] aos processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas de política, as quais podem ser distinguidas de acordo com seu caráter distributivo, redistributivo, regulatório ou constitutivo”.

De acordo com Frey (2000), as políticas distributivas, por beneficiarem um grande número de pessoas e por não acarretarem custos perceptíveis, são caracterizadas por arenas de “consenso e indiferença amigável”; já as políticas redistributivas, que tendem a beneficiar determinado grupo, possuem arenas conflituosas e polarizadas; as políticas regulatórias lidam com ordens e proibições, decretos e portarias, o que pode atingir igualmente a população ou privilegiar grupos restritos. Nesse caso, a arena poderá ser consensual ou conflituosa, dependendo da questão; já as políticas constitutivas ou estruturadoras referem-se “[...] à criação e modelação de novas instituições, à modificação do sistema de governo ou do sistema eleitoral, à determinação e configuração dos processos de negociação, de cooperação e de consulta entre os atores políticos” (FREY, 2000, p.

224). Geralmente, esse tipo de política é discutido somente no âmbito político-administrativo, raramente envolvem setores mais amplos da sociedade, o que torna essa arena menos conflituosa.

Díaz (2018, p. 61) resume que:

As arenas são padrões de interação dos atores envolvidos em uma política, resultantes da combinação das suas preferências e das suas expectativas quanto a ganhos e perdas, diante de uma política potencialmente em formulação. A partir disso, mobiliza-se o conflito, as alianças e as negociações entre os atores. Desse modo, a política pública é uma possibilidade que desencadeia reações por parte de diversos atores, a partir das consequências que cada um imagina que ela terá sobre os seus respectivos interesses.

Por fim, outro elemento importante na *policy analysis* é o *policy cycle*, onde cada fase do ciclo pode ser investigada “[...] no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase” (FREY, 2000, p. 226). Embora existam várias propostas de divisões sobre *policy cycle*, dependendo do autor, Frey (2000) propõe as seguintes fases: percepção e definição de problemas, definição de agenda, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas públicas e a eventual correção da ação.

Na primeira fase, percepção e definição de problemas, interessa ao pesquisador verificar como um problema entra na agenda política e adquire relevância para iniciar um ciclo de política pública. FREY (2000, p. 227) afirma que:

Um fato, pode ser percebido, pela primeira vez, como um problema político por grupos sociais isolados, mas também por políticos, grupos de políticos ou pela administração pública. Frequentemente, são a mídia e outras formas da comunicação política e social que contribuem para que seja atribuída relevância política a um problema peculiar.

Já na fase de definição da agenda, são avaliados os custos e benefícios de o tema/problema ser inserido ou excluído na pauta política. Na fase de elaboração de programas e de decisão, é necessário escolher entre as alternativas possíveis, o que geralmente ocorre por meio de disputa e negociação e envolve atores influentes política e administrativamente. Na fase de implementação, analisa-se tanto o conteúdo dos programas e planos quanto a descrição de “como” e “porquê”, comparando-se os objetivos estipulados na formulação dos programas com os resultados alcançados. Por fim, tem-se a fase da avaliação de políticas e da correção da ação, na qual são analisados os impactos efetivos dos programas implementados para prever consequências para

ações e programas futuros, podendo manter, corrigir ou suspender a ação, ou até iniciar outro ciclo, dependendo dos resultados alcançados. Citando Prittwitz (1994), Frey (2000, p. 229) afirma que “[...] a fase da avaliação é imprescindível para o desenvolvimento e a adaptação contínua das formas e instrumentos de ação pública, o que Prittwitz denominou como ‘aprendizagem política’”.

Frey (2000) alerta que os processos de políticas públicas são complicados e interativos e nem sempre ocorrem na sequência apresentada pelo modelo. Esse serve de referência para a comparação com os processos reais. Ele salienta que o processo de aprendizagem política ocorre e deve ocorrer em todas as fases do ciclo, conduzindo adaptações e propiciando reformulações. De modo complementar a Frey (2000), observa-se, em consonância a Enrique Saravia (2006, p. 35) que “a divisão por etapas [...] é mais uma esquematização teórica do que, de forma habitualmente improvisada e desordenada, ocorre na prática. O processo nem sempre observa a sequência sugerida, mas as etapas mencionadas e suas fases constitutivas estão geralmente presentes”.

Sobre os tipos de políticas públicas, Dias e Matos (2012, p. 17) propõem a seguinte divisão:

1. Política social: saúde, educação, habitação, previdência social.
2. Política macroeconômica: fiscal, monetária, cambial, industrial.
3. Política administrativa: democracia, descentralização, participação social.
4. Política específica ou setorial: meio ambiente, cultura, agrária, direitos humanos etc.

A política de turismo é uma política específica ou setorial, que também pode exercer grande influência na política social, como é o caso em que o objetivo é gerar emprego e renda, o que será mais detalhado na próxima seção.

Dias e Matos (2012) entendem que a participação dos cidadãos na discussão sobre políticas públicas é fundamental, devido aos recursos limitados que têm de atender às demandas da sociedade, que só aumentam. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu mecanismos para a efetivação da democracia, possibilitando à sociedade civil participação nas decisões governamentais. Porém, o modelo escolhido dá prioridade a partidos políticos, que acabam atuando quase que exclusivamente na arena política, deixando a participação direta em segundo plano (SILVA, 2006, apud DÍAZ, 2018).

Para Camargo (2004 apud GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 235), a definição das políticas públicas a serem implementadas dependem dos objetivos que os programas buscam alcançar, e a escolha desses “[...] depende fundamentalmente de três fatores: volume de recursos, definição de

prioridades e geração de incentivos”. Souza (2007, apud GELINSKI; SEIBEL, 2008, p. 236) descreve três fatores que podem influenciar os tomadores de políticas públicas na elaboração da agenda: “(a) tornar públicos indicadores que mostrem a dimensão do problema; (b) eventos que mostrem como a situação se repete ou é decorrente de desastres e (c) o retorno (feedback) das políticas em vigor, que mostram a necessidade de correção”. Esses fatores podem ser evidenciados por meio de pesquisa científica.

Kingdom (2006) analisa as fases pré-decisórias do ciclo de políticas públicas, a definição de problemas e a definição da agenda. Para ele, existe maior probabilidade de um problema entrar na agenda do governo quando três dinâmicas se encontram num determinado momento: problemas, políticas públicas e a política (*politics*), formando uma janela de oportunidades. Assim, “[...] as pessoas reconhecem os problemas, geram propostas de mudanças por meio de políticas públicas e se envolvem em atividades políticas, tais como campanhas eleitorais ou *lobbies*” (KINGDOM, 2006, p. 236). Esses eventos não ocorrem de maneira sequencial, muitas vezes há programas prontos que esperam por um problema ou há um problema identificado, mas a situação política não é favorável ou não há pessoas/grupos de interesse para alavancarem o processo.

Em relação aos participantes da formulação da agenda, Kingdom (2006) faz referência a dois grupos: participantes visíveis, representados por políticos e assessores de alto escalão, integrantes importantes do Congresso, mídia, partidos políticos, comitês de campanha etc, que recebem constante atenção da imprensa e do público; e participantes invisíveis, representados por acadêmicos, burocratas de carreira, funcionários das instituições políticas etc. De acordo com o pesquisador, “[...]o grupo de atores visíveis define a agenda, enquanto o grupo dos atores invisíveis têm maior poder de influência na escolha de alternativas” (KINGDOM, 2006, p. 230). Esse autor afirma que o trabalho desse último grupo “[...] consiste em planejamento e avaliação, ou então em formulações orçamentárias junto à burocracia e seus funcionários” (KINGDOM, 2006, p. 231).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID, 2007 apud DIAS; MATOS, 2012, p. 8) elenca algumas características necessárias às políticas públicas. Entre elas, uma que afeta a presente pesquisa é a “[...] coerência e coordenação: em que medida as políticas são compatíveis com outras políticas afins e resultam de ações bem coordenadas entre os atores que participam de sua formulação e implementação”. Nesse sentido, ao analisar a influência das pesquisas na elaboração das políticas públicas de turismo, identifica-se as fases do ciclo de políticas públicas em duas políticas setoriais distintas, a Política de Ciência e Tecnologia, em sua ação de alocar

recursos para a pesquisa, por meio do CNPq, no presente caso, e a Política de Turismo, na qual a primeira tenta intervir.

Pretende-se verificar como as políticas públicas de turismo estão sendo analisadas pelos pesquisadores, considerados por Kingdom (2006) atores invisíveis, e se as pesquisas são um instrumento que interferem nesse processo de elaboração/reelaboração de políticas públicas e em que medida. Quanto à Política de C&T, entende-se que este estudo vai analisar a fase de avaliação de uma de suas ações, observando seus resultados, isto é, se as pesquisas apoiadas estão causando o impacto nas políticas de turismo, já que uma das competências dos CNPq é, justamente, “promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional” (BRASIL, 2017, *on-line*).

2.3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

As políticas públicas de turismo começaram a tomar conta da agenda pública dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na década de 1970, devido a vários fatores relacionados indiretamente ao turismo, como globalização das economias, degradação ambiental, internacionalização dos mercados financeiros e, mais recentemente, o terrorismo, entre outros. Instituições também não relacionadas diretamente ao turismo sofrem efeito do desdobramento desse fenômeno, como departamentos de imigração e parques nacionais (HALL C. MICHAEL; JENKINS JOHN, 2008). Henz e dos Anjos (2014, p. 1), em seus estudos, observaram que, no final do século XX, em razão de mudanças políticas e sociais, o turismo sofreu transformações aderindo às “[...] novas metodologias, tecnologias e práticas mercadológicas. Com estas novas práticas surgiram também novos agentes para o mercado turístico além do próprio governo, apresentando uma nova configuração na tomada de decisões e nas políticas da atividade”.

Panosso e Lohmann (2008, p.121), em seus estudos, definem políticas públicas de turismo como “[...] o direcionamento dado pelo governo federal, estadual, municipal ou regional para o desenvolvimento da atividade turística, após ter consultado os representantes do setor turístico e da sociedade”. Eles enfatizam a importância de se considerar, no desenvolvimento das políticas públicas, as vertentes social, cultural, econômica e ambiental, bem como o olhar holístico, dando atenção necessária a cada um dos componentes do sistema turístico nacional. As políticas

públicas devem ser claras e estabelecer as estratégias, os objetivos e as ações básicas para o setor (PANOSSO; LOHMANN, 2008).

Esses autores afirmam ainda que a “política governamental de turismo frequentemente reflete o momento político que o governo vem enfrentando” (PANOSSO; LOHMANN, 2008, p. 121). Pimentel e Pimentel (2011) analisaram as políticas públicas de turismo de 1930 a 2010 no que diz respeito a seu arranjo institucional, objetivos e efeitos esperados e confirmaram essa afirmação. Para realizar essa pesquisa, eles selecionaram 369 políticas públicas que tinham em seu conteúdo a palavra turismo e as analisaram por períodos, de acordo com a evolução da agenda pública brasileira e as peculiaridades de cada época: (1) Era Vargas 1930-1945; (2) Populismo 1946-1963; (3) Ditadura Militar 1964-1984; (4) Transição Democrática 1985-1994; (5) Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002); Governo Lula (2003 a 2010).

Pimentel e Pimentel (2008) verificaram que a política pública de turismo, inicialmente, era incipiente, marcada pela fiscalização e controle e pela política de “exportação invisível”, isto é “[...] entrada de divisas externas no país não proveniente de intercâmbio comercial” (PIMENTEL; PIMENTEL, 2008, p. 14). A Era Vargas foi marcada por benefícios às camadas proletárias, como férias e aumento de benefícios, o que ajudou a formar um mercado interno para o turismo. Da mesma forma, o planejamento, marcante no governo de Juscelino, refletiu-se também nas políticas de turismo da época, assim como o liberalismo, na década de 90, e, no Governo Lula, buscou-se desenvolvimento com melhoria na “[...] qualidade e produtividade; sustentabilidade; envolvimento das comunidades; inclusão social pelo trabalho; etc” (PIMENTEL; PIMENTEL, 2008, p. 15). No entanto, verifica-se, analisando os últimos planos lançados pelo governo federal, que a política de “exportação invisível” é ainda um dos objetivos principais da política de turismo.

O turismo também acompanhou as tendências de descentralização das políticas sociais dos 90, “[...] que apontam o governo federal como mediador ou coordenador de determinada atividade social e econômica, e não como o único provedor de políticas como ocorreu historicamente” (HENZ; DOS ANJOS, 2014, p. 2). Esses autores citam como exemplo de descentralização na política de turismo o Plano de Municipalização do Turismo, de 1994 e o Programa de Regionalização Turística – Roteiros do Brasil, de 2004. Por sua vez, Pimentel e Pimentel (2011) verificaram que em todos os períodos identificados na pesquisa realizada, o executivo sempre se destacou na proposição das políticas públicas de turismo. Notou-se o crescimento da importância

do setor tanto na estrutura institucional, quanto nos investimentos diretos, chegando esses, no Governo Lula, a aumentar 466,6% em relação ao governo FHC (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011).

Molina (2005), analisando o desenvolvimento da atividade turística na América Latina e no Caribe ao longo das décadas, verificou que os governos têm cometido erros que dificultam a contribuição do turismo para o desenvolvimento social:

- isolamento do turismo de outros setores produtivos e sociais; falta de consenso entre os atores na definição da política;
- elaboração de políticas que não se apoiam em instrumentos efetivos;
- política sujeita aos interesses dos tomadores de decisão, que muda de acordo com os ocupantes dos cargos;
- políticas que não consideram as diversidades regionais dos países, homogeneizando a atividade, o que faz com que os destinos de um mesmo país compitam entre si;
- adoção de modelos de outros países, que nem sempre são adequados à realidade local; não reconhecimento de que os lucros provêm das pessoas (turistas, residentes, trabalhadores) e não dos atrativos naturais e culturais;
- políticas orientadas ao crescimento de indicadores;
- políticas voltadas para o apoio a grandes empresas, que só geram aportes marginais ao melhoramento do bem-estar das comunidades locais;
- abertura comercial sem políticas que fortaleçam o emprego e o mercado interno (p. 18-20).

Esse autor argumenta que o Estado deve intervir na atividade turística para garantir o cumprimento de sua missão, isto é, atuar como um instrumento da política econômica e social a fim de contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população.

Hall e Jenkins (2008) citaram algumas razões para intervenção do governo na atividade turística:

- Melhoria da competitividade econômica;
- Mudanças no direito de propriedade;
- Possibilidade tomadores de decisão levar em conta as externalidades;
- Promoção ampla de benefícios públicos disponíveis;
- Redução de riscos e incertezas
- Apoio a projetos com alto custo de capital e que envolvem novas tecnologias;
- Educação e fornecimento de informação (p. 527-528, tradução nossa¹²).

¹² Texto fonte: “improving economic competitiveness; amending property rights; enabling state decision-makers to take account of externalities; providing widely available public benefits; reducing risk and uncertainty; supporting projects with high capital costs and involving new technologies; and educating and providing information” (HALL; JENKINS, 2008 p. 527-528).

Esses autores alertam, no entanto, que o que é considerado apropriado em termos de intervenção não é constante, e sim afetado por ideologias e interesses políticos. Hall (2001), enumera os diversos papéis do governo no turismo: 1. coordenação entre as diversas instituições, públicas e privadas. Essa função é importante para evitar duplicações de recursos e reunir as diversas organizações para trabalharem em objetivos comuns; 2. planejamento, identificando prioridades a serem desenvolvidas no que diz respeito ao desenvolvimento, infraestrutura, uso do solo e recursos, taxa de crescimento adequadas, provisão de recursos etc.; 3. legislação e regulamentação, onde o governo estabelece suas diretrizes e regulamenta relações de trabalho, políticas ambientais etc.; 4. como empresário, no caso em que o governo possui empreendimentos como companhias aéreas. Porém, esse papel está mudando, com uma tendência de cada vez menos intervenção governamental nessa área; 5. incentivo, quando o governo proporciona empréstimos a juros subsidiados, apoiam pesquisas científicas etc.; 6. divulgação, identificando e atraindo mercados alvos potenciais; e 7. promoção do turismo social, promovendo acesso de grupos economicamente limitados ao turismo. Todos esses papéis devem levar em consideração o atendimento ao interesse público.

Rua (2006) destaca o papel do turismo na colaboração com o desenvolvimento sustentável e a inclusão social, por meio da geração de emprego e renda e da preservação ambiental. Lopes, Tinôco e Souza (2011), no entanto, alertam que, embora frequentemente divulgado como uma alternativa para desenvolver econômica e socialmente as localidades, “esse desenvolvimento pode não ocorrer, e não é difícil encontrar casos de crescimento turístico que também foram geradores de irreversíveis problemas ambientais e aumento da concentração de renda” (LOPES; TINÔCO; SOUZA, 2011, p. 616).

Henz e dos Anjos (2014) afirmam, baseado na literatura disponível, que há duas posturas relacionadas ao papel da política de turismo:

[...] por um lado, uma visão comercial que acredita que ela contribua para obter resultados mais eficazes; por outro, a política funcionando com estratégia para o desenvolvimento holístico, estabelecendo limites e garantindo o atendimento das necessidades e expectativas da comunidade receptora” (HENZ; DOS ANJOS, 2014, p. 15).

Beni (2006) demonstra preocupação na implementação das políticas pelas instâncias estadual e municipal:

Se, por um lado, o Ministério do Turismo apresenta hoje uma estrutura institucional correta e apta a planejar o espaço turístico nacional com diretrizes norteadoras e estruturantes do processo de regionalização do turismo, por outro, Estados e municípios ainda enfrentam enormes dificuldades e obstáculos para entender, aplicar, operacionalizar e dar continuidade, em seus limites político-territoriais, às diretivas prescritas e aplicáveis em suas respectivas conjunturas. Esses empecilhos apresentam-se em dois cenários: o primeiro refletindo a ausência de recursos humanos qualificados para absorver, entender e interpretar os conceitos e as metodologias adotadas pelo MinTur, trabalhando-as no sentido de harmonizá-las e compatibilizá-las com as especificidades locais e os instrumentos operacionais disponíveis; o segundo revela-se pela fragilidade e incapacidade institucional para a gestão do turismo em muitas regiões do país, apesar das sucessivas tentativas de planejamento de desenvolvimento integrado dessa atividade (BENI, 2006, p. 31).

Nesse sentido, Henz e dos Anjos (2014, p. 14) defendem que a política de turismo:

[...] precisa criar critérios para o desenvolvimento, a exemplo de priorizar questões sociais e ambientais, convertendo-se em defensora das localidades turísticas, atuando como mediadora entre interesses e necessidades. Uma política representa a escolha de uma ou mais alternativas facilitadoras do processo de desenvolvimento e fortalecimento do turismo em determinado local, sendo que para seu funcionamento, é requisito básico, harmonizar os planos e programas de todas as esferas governamentais (nacional, estadual e municipal), representando suporte para os destinos.

Conforme visto, na década de 90, a política de turismo seguiu a tendência de descentralização, com o lançamento do Plano Nacional de Municipalização do Turismo. Nessa época, foram criados conselhos municipais com intuito de buscar recursos e revigorar a economia local. No entanto, Henz e dos Anjos (2014, p. 16) perceberam, em suas análises, que:

[...] a falta de relações políticas entre partidos municipais, estaduais e federais; a falta de informações mais específicas para gerenciar a atividade e o fato de que municípios isolados de grandes centros não conseguiram aplicar o plano, foram motivos visíveis que causaram a descontinuidade do PNMT.

Ainda assim, contudo, os autores afirmam que o processo de descentralização das políticas públicas de turismo “[...] é uma alternativa otimista de desenvolvimento, visto que o governo federal não possui maturidade metodológica para avaliar e monitorar todos os programas previstos” (HENZ; DOS ANJOS, 2014, p. 17). Por sua vez, Hall e Jenkins (2008, p. 536, tradução nossa) enumeram alguns tópicos de estudos que podem interessar tanto à indústria do turismo, quanto a governos e pesquisadores, conforme destacamos:

[...] a natureza política do processo de elaboração de políticas públicas; a participação pública no planejamento turístico e no processo de elaboração de políticas públicas; os tipos de poder nas políticas públicas de turismo e o processo de tomada de decisão; o exercício de escolha dos servidores públicos em arenas complexas; a forma que o governo e instituições públicas de todos os níveis intervêm no turismo; a forma que a indústria turística e o comportamento turístico são regulados; e a percepção da efetividade as políticas públicas de turismo¹³.

Nesse sentido, Hall e Jenkins (2008) afirmam que os estudos por eles desenvolvidos podem contribuir para prover informação ao governo, por exemplo, no processo de tomada de decisão e de elaboração de políticas públicas. Embora a revisão dessas duas teorias confirme essa afirmação, Díaz (2018, p. 125), constatou que, das seis EFIT analisadas em seu trabalho, somente um grupo de Belo Horizonte tem participado no ciclo de PPs, na fase de avaliação, devido a uma demanda do MTur. Outro grupo, ligado à UFJF, participa do Conselho Municipal de Turismo e já apresentou propostas, porém, não foram consideradas pelos tomadores de decisão. Há ainda um grupo na Região Sul que desenvolve um trabalho para uma associação de vitivinicultores com o objetivo de divulgar o Enoturismo na região e outro grupo do Ceará que realiza pesquisas para algumas empresas da região. “As outras EFIT não têm realizado pesquisas dirigidas nem ao setor privado, nem ao setor público nem às políticas públicas de turismo” (DÍAZ, 2018, p. 125).

A revisão desses três tópicos revelou que a influência das instituições de pesquisa nas políticas públicas tem se revelado bastante limitada, devido à complexidade da política, suas diretrizes e os desafios para sua implementação bem como articulação de todos os atores envolvidos. Alia-se a isso a situação dos Programas de Pós-Graduação e das EFIT no Brasil, bem como o próprio campo científico do Turismo, que estão em fase de consolidação. O campo de estudos *Research Utilization*, que detalharemos a seguir, investiga os aspectos que influenciam a utilização dos resultados de pesquisa pelo seu público alvo, o que pode contribuir para que as pesquisas de Turismo possam melhorar seu impacto junto à sociedade.

13 Texto-fonte: “the political nature of the tourism policy-making process; public participation in the tourism planning and policy process; the sources of power in tourism policy- and decision-making; the exercise of choice by public servants in complex policy environments; the means by which government and state institutions at all levels intervene in tourism; the means by which the tourism industry and tourist behavior are regulated; and perceptions as to the effectiveness of tourism policies” (HALL; JENKINS, 2008, p. 536).

2.4 A UTILIZAÇÃO DA PESQUISA CIENTÍFICA

O tema foi introduzido nos Estados Unidos nos anos 1930 por dois pesquisadores positivistas, que acreditavam que a “ciência social poderia guiar as relações sociais” (HUBERMAN, 1994, p. 15, tradução nossa¹⁴). O tema foi muito discutido na Europa e nos Estados Unidos na década de 1970, visando entender os fatores e circunstâncias que apoiam ou atrapalham o uso da pesquisa pelos tomadores de decisão em políticas públicas e outros setores da sociedade (empresários, administradores etc)¹⁵ (CHERNEY et al., 2013). Esse assunto vem ao encontro da agenda de avaliação de impacto científico, ao identificar e divulgar aos pesquisadores circunstâncias que influenciam a utilização de seu trabalho pelo público-alvo, seja no setor público ou no privado.

A avaliação de impacto ganhou importância devido à necessidade de justificar os investimentos na pesquisa científica, principalmente nas ciências sociais, cuja relevância não é tão percebida como na pesquisa médica, por exemplo (CHERNEY et al., 2013; GREENHALGH et al., 2016; THOMAS; ORMEROD, 2017). Greenhalgh et al. (2016)¹⁶ destacam que essa agenda também está atrelada à pressão para diminuir os gastos com pesquisa. Esse tema também é de interesse das Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) e agências de fomento pois, “[...] ao destacar como (e quão efetivamente) os recursos estão sendo usados, a avaliação de impacto pode inspirar planejamento estratégico para os órgãos de financiamento e as instituições de pesquisa” (GREENHALGH et al., 2016, p.1, tradução nossa¹⁷).

Alguns modelos foram desenvolvidos acerca da utilização das pesquisas, porém, não há unanimidade entre os acadêmicos, uma vez que diferentes disciplinas poderão gerar diversas formas de utilização da pesquisa. Nesse caso, o processo pode ser influenciado pelos contextos disciplinares que irão traduzir os resultados da pesquisa de acordo com os seus princípios ideológicos (CHERNEY et al., 2013).

¹⁴ Texto-fonte: “that social science could guide social affairs” (Huberman, 1994, p. 15).

¹⁵ Daqui pra frente, quando a referência da utilização da pesquisa for pelos tomadores de decisão de políticas públicas e os outros setores da sociedade, será utilizado o termo “usuários”.

¹⁶ Esses autores analisaram 6 metodologias de medição de impacto bem estabelecidas (Payback, Research Impact Framework, Canadian Academy of Health Sciences, monetisation, societal impact assessment, UK Research Excellence Framework) e outras desenvolvidas e implementadas recentemente.

¹⁷ Texto-fonte “By highlighting how (and how effectively) resources are being used, impact assessment can inform strategic planning by both funding bodies and research institutions” (GREENHALGH et al., 2016, p.1).

Carol H. Weiss (1979) alerta que nenhum dos modelos dá uma resposta completa para a questão de como a política utiliza seu recurso de pesquisa para influenciar a ação pública, pois a diversidade de perspectivas pode servir a diversos propósitos. Em sua análise, ela verificou que raramente o conhecimento da pesquisa é utilizado diretamente (produção → transferência → uso do conhecimento), uma vez que depende de diversos fatores, tais como pressão social, ideologias políticas, consenso, clareza, análise de risco, divulgação, comunicação, oportunidade, tempo de ação etc. Ela verificou que muitos estudos não resultam em uso, pois há uma gama de circunstâncias para que isso ocorra:

[...] uma situação de decisão bem definida, um conjunto de atores de políticas públicas que tenham responsabilidade e jurisdição para tomarem decisão, uma questão cuja resolução dependa de pelo menos um pouco de informação, identificação da necessidade informacional do requisito, pesquisa que providencie a informação em termos que combine as circunstâncias nas quais as decisões serão tomadas, resultados de pesquisa que são claros, sem ambiguidades, firmemente apoiados e poderosos, que alcancem os tomadores de decisão no tempo que eles estão lutando com as questões, que seja compreensível e entendida, e que não sejam contrárias a interesses políticos fortes (WEISS, 1979, p. 428, tradução nossa¹⁸).

Huberman (1994) critica o paradigma clássico de transferência de conhecimento, no qual o pesquisador produz o conhecimento, transfere-o para o usuário que o utiliza e depois comunica suas necessidades ao pesquisador. Ele afirma que muitas vezes o “usuário” da pesquisa é outro pesquisador ou um alvo não identificado, “[...] então o material pode ser irrelevante, inacessível ou equivocado” para os usuários (HUBERMAN, 1994, p. 17, tradução nossa¹⁹). Outro gargalo é na comunicação das necessidades dos usuários. Onde há essa comunicação, há mais possibilidades de a pesquisa ser utilizada. Esse autor afirma, porém, que “[...] não é claro quem está comunicando essas necessidades, como elas são traduzidos numa agenda de pesquisa, se o processo de transferência de conhecimento traz respostas frutíferas e quanto tempo o ciclo inteiro dura” (HUBERMAN, 1994, p. 17, tradução nossa²⁰).

18 Texto-fonte: “a well defined decision situation, a set of policy actors who have responsibility and jurisdiction for making the decision, an issue whose resolution depends at least to some extent on information, identification of the requisite informational need, research that provides the information in terms that match the circumstances within which choices will be made, research findings that are clear-cut unambiguous, firmly supported, and powerful, that reach decision-makers at the time they are dealing with the issues, that are comprehensible and understood, and that do not run counter to political interest”

19 Texto-fonte: “so the material may be irrelevant, inaccessible or misleading [...]” (HUBERMAN, 1994, p. 17)

20 Texto-fonte: “It is not clear who is communicating these needs, how they are translated into a research agenda, whether the knowledge transfer process brings fruitful responses, and how long the whole cycle takes.

Huberman (1994) reuniu as variáveis apresentadas em diversos estudos que afetam o uso dos resultados de pesquisa e as sistematizou em um modelo baseado na pesquisa de Disseminação e Utilização do conhecimento (D&U). Ele definiu uso como “níveis de entendimento, conhecimento e/ou práticas diárias que foram afetadas – ou não, dependendo da aplicação da variável em questão” (HUBERMAN, 1994, p. 21, tradução nossa²¹). Esse modelo propõe que se leve em consideração tanto o ambiente dos pesquisadores quanto dos usuários, bem como os mecanismos de ligação dessas duas comunidades, variáveis cognitivas e organizacionais, qualidade da pesquisa e formas de disseminação. Ele considera os usuários como receptores, não produtores de conhecimento. Citando Janet e Carol Weiss (1981, apud HUBERMAN, 1994, p. 21, tradução nossa²²), observa-se que “[...] A pesquisa é utilizada quando o tópico é relevante, quando ele se relaciona com uma questão na qual administradores podem fazer alguma coisa, quando pode ser construída em decisões pendentes e quando é escrita compreensivelmente”. As variáveis apresentadas só podem ser usadas em estudos qualitativos e indicam que quando há intermediários (contatos formais e informais, quando usuários são envolvidos na coleta de dados) há mais probabilidade de que a pesquisa seja utilizada.

Cherney et al. (2013) propõem um modelo que envolve cinco estágios: transmissão, cognição, referência, esforço, influência e aplicação. De acordo com esses autores, atingir os últimos estágios dessa escala (esforço, influência e aplicação) é desafiador, uma vez que as decisões dos usuários são influenciadas por diversos fatores (ex: considerações políticas), os quais os pesquisadores não têm controle. Para eles, as variáveis que influenciam a utilização das pesquisas podem ser agrupadas em quatro conjuntos: 1 - contexto dos pesquisadores (ambiente, hierarquia e comportamento acadêmico que influem na visão sobre disseminação e engajamento com usuários); 2 - contexto dos usuários (valores e crenças dos usuários que afetam na decisão da utilização da pesquisa); 3 – disseminação (variáveis ligadas ao esforço dos pesquisadores em disseminar a pesquisa para as necessidades dos usuários e desenvolver estratégias de comunicação para o público não acadêmico); 4 – interação (quanto maior as interações entre os produtores de

21 Texto-fonte: “levels of understanding, knowledge and/or of everyday practice have been affected -affected-or not, depending on the valence on the variable in question. (HUBERMAN, 1994, p. 21),

22 Texto-fonte: “Research is used when the topic is relevant, when it deals with an issue administrators can do something about, when it can be built into pending decisions, and when it is understandably written (Janet e Carol Weiss, 1981, apud HUBERMAN, 1994, p. 21).

conhecimento e potenciais usuários, baseadas em contatos informais e redes entre pesquisadores e usuários, maior a probabilidade da utilização da pesquisa) (CHERNEY et al., 2013).

Muitas vezes, essa área de estudos é encontrada na parte de editorial/opinião das revistas científicas, como a matéria de Gill Walt (1994), Mead (2015) e Thomas e Ormerod (2017). Walt (1994) analisou os *links* entre a pesquisa e a política pública na área de saúde pública e argumenta que um dos problemas está em tratar os modelos propostos como se fossem lógicos, por exemplo, como se a pesquisa básica levasse à aplicada, a qual levaria à resolução de um problema e seria aplicada nas políticas destinadas ao bem público. No mundo real, às vezes os pesquisadores “fazem as perguntas erradas, escolhem métodos errados ou falham em disseminar seus resultados” (WALT, 1994, p. 233, tradução nossa²³). Mesmo que os pesquisadores façam tudo corretamente, os *policymakers* podem não ler, não entender, ou mesmo não fazer nada a respeito.

Janice M. Beyer (2011, p. 385, tradução nossa²⁴), estudiosa da área de gestão, afirma, analisando a pesquisa na área gerencial, que “[...] para vender nossa pesquisa, nós deveríamos conhecer nosso cliente. Nós precisamos saber como gerentes e outros profissionais usam a pesquisa, suas motivações para o uso e as limitações que eles enfrentam ao fazer isso”. Ela distingue três tipos de utilização da pesquisa: instrumental, quando a pesquisa envolve aplicação dos resultados de maneira específica, direta; conceitual, que envolve o uso dos resultados de pesquisa para esclarecimento geral (*enlightenment*), com influência mais indireta e menos específica; e simbólico, que envolve o uso da pesquisa para legitimar e sustentar posições pré-determinadas.

Beyer (2011) constatou que, devido ao processo de utilização da pesquisa, é mais fácil que a pesquisa seja utilizada de maneira conceitual, uma vez que “[...] gerentes adotam nossas ideias e resultados em fragmentos de modismo, selecionando alguns que eles consideram relevantes para seus objetivos e circunstâncias e então redefinindo, alterando e reinterpretando-os” (p. 386, tradução nossa²⁵), o que torna difícil rastrear a origem de suas ideias. Já as motivações que produzem o uso

²³ Texto-fonte: “Researchers sometimes ask the wrong questions, choose the wrong methods or fail to disseminate their findings” (WALT, 1994, p. 233).

²⁴ Texto-fonte: “To sell our research we should know our customer. We need to know how managers and other practitioners use research, their motivations for that use, and the constraints they face in doing so” (BEYER, 2011, p. 385).

²⁵ Texto-fonte: “Managers adopt our ideas and results in a piecemeal fashion, selecting some they find relevant for their goals and circumstances and then redefining, altering, combining and reinterpreting them” (BEYER, 2011, p. 386).

simbólico incluem o gerenciamento de conflitos intra ou interorganizacionais, justificar atividades preferenciais, ganho de poder e ganho ou manutenção de legitimação (BEYER, 2011).

A pesquisadora afirma ainda que muitas decisões gerenciais, como formulação de política pública, são incrementais e atendem a diferentes interesses em tempos diferentes. Ao longo do tempo, o que é usado ao se torna “[...] um amálgama de vários resultados e conceitos, mais do que o resultado de um estudo particular ou pesquisa²⁶” (BEYER; TRICE, 1982, apud BEYER, 2011, p. 386, tradução nossa).

Por sua vez, Lawrence M. Mead (2015) analisou as políticas federais americanas de bem-estar social e verificou que os pesquisadores têm pouca influência entre os usuários, devido aos modos distintos de compreensão das políticas públicas por esses dois atores. Ele constatou que pesquisadores e *policymakers* têm objetivos diferentes: os primeiros procuram descrever uma realidade, enquanto os segundos, formuladores de políticas públicas, buscam alterá-la.

Enquanto diferenças, é possível apontar ainda, de acordo com Mead (2015), que as análises da pesquisa e da política pública vão em direção opostas: a pesquisa volta seu foco para o que ocorreu, pois a compreensão sobre a realidade vem do passado, enquanto na análise das políticas públicas o foco de interesse é na consequência da escolha de uma ou de outra ação, portanto, no futuro, agregando incerteza no processo; usuários valorizam mais a história da política pública e do programa do que os estudos acadêmicos, isto é, valorizam mais suas experiências; pesquisadores tendem a delimitar os problemas, para uma análise mais rigorosa, enquanto os *government innovators* tendem a ponderar amplamente e sem rigor sobre várias considerações e suas próprias experiências enquanto escolhem novas direções; a pesquisa não analisa a política nos termos que os *policymakers* mais conhecem, o institucional; pouca experiência dos pesquisadores com o governo dificulta compreender restrições institucionais em inovação que os *policymakers* enfrentam (MEAD, 2015).

Walt (1994) também destaca a diferença entre as duas comunidades na questão de tempo e comunicação: *policymakers* trabalham em um horizonte de curto prazo e não são atraídos por pesquisas cujos resultados demandam muito tempo; a comunicação, apresentada de forma não acessível para os usuários, influencia mais a comunidade acadêmica do que os *policymakers*. A seu turno, Mead (2015) constatou que, com o passar dos anos, houve decadência da influência das

²⁶ Texto-fonte: “Almalgan of various results and concepts, rather than the results from a particula study or research” (BEYER; TRICE, 1982, apud BEYER, 2011, p. 386).

pesquisas acadêmicas na política de diversos programas de bem-estar social. A razão para isso, segundo sua análise, é que a orientação política se mudou para a direita e – mais importante – para o próprio governo. Isso deveu-se, em parte, ao fato das experiências práticas adquiridas pelos *stakeholders*, que sentiam que necessitavam menos de conselhos de fora. Esse autor verificou que algumas inovações recentes nas políticas públicas americanas vieram do próprio governo e também de empreendedores externos, não de pesquisadores (MEAD, 2015).

Dentre os principais fatores que restringem a utilização do conhecimento pelos usuários identificados na literatura pesquisada, temos: a política, com seus fundamentos ideológicos (WALT, 1994; MEAD, 2015); incerteza científica, que pode levar à distorção e à falta de clareza na elaboração de políticas públicas; o alcance da concepção de risco (WALT, 1994); pesquisas que não sugerem ações para as políticas públicas, apenas descrevem o processo (WALT, 1994; MEAD, 2015); pesquisadores que também são professores relatam menos sucesso na absorção da pesquisa (CHERNEY et al., 2013); o engajamento com os usuários e a pesquisa colaborativa com não acadêmicos não é um tema central no treinamento acadêmico (HUBERMAN, 1994; CHERNEY et al., 2013); a avaliação acadêmica é baseada em indicadores de qualidade (rankings de periódicos, fatores de impacto, contagem de citações, artigos científicos), o que inibe os pesquisadores a investir em outras formas pesquisa e de disseminação (CHERNEY et al., 2013; HUBERMAN, 1994; BEYER, 2011; MEAD, 2015).

Além destes, também são fatores limitantes: modelos de organização e comunicação do local de trabalho que limitam a circulação dos resultados das pesquisas; o descompasso de tempo entre a condução do estudo e sua disseminação; a percepção dos usuários de que muitos estudos são inacessíveis, irrelevantes e algumas vezes contraditórios em relação a outros estudos; a má aplicação dos resultados das pesquisas, que leva a grande desconfiança entre as comunidades de usuários e pesquisadores (FLEMING 1998, apud HUBERMAN, 1994); os pesquisadores tendem a focar mais nas questões que querem responder do que nas decisões que os usuários precisam tomar (HUBERMAN, 1994); a escala de comprometimento e resistência a mudanças pelos usuários; alguns resultados ou teorias não se encaixam no problema; algumas vezes os usuários não possuem os recursos, tempo ou cooperação necessários para a aplicação; outras vezes a aplicação requer um comportamento diferente do usualmente utilizado na arena dos usuários; barreiras cognitivas dos usuários que não conseguem visualizar como fazer para a pesquisa se encaixar nas circunstâncias (BEYER, 2011); no caso das políticas públicas, conciliação entre os

objetivos dos agentes executivos com o que o legislativo irá aprovar e com que os técnicos podem executar; experiências práticas adquiridas pelos *stakeholders*, que criam resistência a conselhos de fora (MEAD, 2015).

Já entre os fatores que favorecem a utilização da pesquisa, identificou-se: sensibilização dos usuários, pois, quando os *stakeholders* concordam com a natureza do problema e com a solução apresentada, o impacto da pesquisa tende a ser fortalecido (GREENHALGH et al. 2016); processos de parceria descomplicados geram mais propensão de utilização da pesquisa pelos usuários (CHERNEY et al., 2013; HUBERMAN, 1994); formas direcionadas de disseminação (envolvendo tradução para a linguagem que o público alvo entenda – gráficos, guias, relatórios, kits de ferramentas etc) e de interação com os usuários são necessárias para melhorar a utilização da pesquisa entre os usuários (CHERNEY et al., 2013; BEYER, 2011; MEAD, 2015); confiança dos usuários nos resultados, o que sugere um maior grau de contato entre aqueles e os pesquisadores (BEYER, 2011).

Conjuntamente a estes fatores, a literatura especializada também observa como positivas as seguintes ações: orientar os estudantes de doutorado a coletar dados de dentro das organizações a fim de aprender sobre as experiências das pessoas no dia a dia (BEYER, 2011; MEAD, 2015); envolver os usuários desde o início da pesquisa, considerando-os como fornecedores de dados legítimos (HUBERMAN, 1994); cursos de pós-graduação deveriam ensinar sobre a arena da política pública (WALT, 1994); pesquisadores deveriam fazer um argumento mais amplo, discutir as políticas de mudança, fazer um caso geral para o que é recomendado (MEAD, 2015); engajar diretamente com o governo: aprender com aqueles que dirigem os programas de interesse, desde o nível local ao federal, ler o que sugerem, observar o que veem, seus problemas e o que recomendam (MEAD, 2015; HUBERMAN, 1994); admissão, pelas universidades, de profissionais cujo estilo de aprendizado seja mais próximo ao do governo, bem como de *policymakers* experientes; pesquisadores devem ter interesses mais amplos, próximos aos do governo (MEAD 2015); boa pesquisa científica (THOMAS; ORMEROD, 2017).

Huberman (1994, p. 18, tradução nossa²⁷) enfatiza que o que vai determinar se e como a pesquisa será utilizada vai depender das transações sociais, “[...] onde as incertezas estão, onde os

²⁷ Texto-fonte: “[...] where the uncertainties are, where the conflicts are, who has to lose and gain by the implications of the study, whose points of view are given greater weight and whose given lesser weight by the conclusions of the study” (HUBERMAN, 1994, p. 18).

conflitos estão, quem tem que perder ou ganhar com as implicações do estudo, a quais pontos de vistas está sendo dado maior peso e a quais menos pelas conclusões do estudo”. Ele explica que provavelmente não existe formulação de um determinado problema isento de interesse partidário. Isso porque “[...] Resultados de pesquisa caem naquele ‘campo’ de interesses, e os próprios pesquisadores frequentemente não têm poder – ou são indiferentes – em afetar o debate subsequente” (HUBERMAN, 1994, p. 18, tradução nossa²⁸).

2.4.1 Avaliação de impacto das pesquisas em Turismo – um caso

Tendo como base a política de avaliação de impacto das pesquisas, Rodri Thomas e Neil Ormerod, da Leeds Beckett University (United Kingdom) analisaram o impacto da pesquisa em Turismo nas políticas públicas e nas atividades profissionais/práticas no Reino Unido. Para medir os impactos não acadêmicos da pesquisa em turismo, eles utilizaram três métodos: o meio oficial de medir qualidade e impacto das pesquisas no Reino Unido (the Research Excellence Framework²⁹ – REF), a pegada digital (desenvolvida por Halfpenny e Procter) dos pesquisadores mais influentes na área de turismo e entrevistas qualitativas com acadêmicos selecionados.

O estudo de Thomas e Ormerod (2017) revelou um baixo impacto das pesquisas em turismo no âmbito acadêmico e externo (organizações comerciais, não governamentais e oficiais), comparado ao impacto das Ciências Sociais e das STEM (Science / Technology / Engeneering / Maths). No entanto, nota-se um grande engajamento com mediadores (mídia, associações profissionais, *think-tanks*³⁰ e redes acadêmicas).

²⁸ Texto-fonte: “Research findings drop into that ‘field’ of interests, and the researchers themselves are usually powerless - or indifferente - to affect the ensuing debate” (HUBERMAN, 1994, p. 18).

²⁹ The Research Excellence Framework (REF) is the new system for assessing the quality of research in UK higher education institutions (<http://www.ref.ac.uk/about/>). The Research Excellence Framework was the first exercise to assess the impact of research outside of academia. Impact was defined as ‘an effect on, change or benefit to the economy, society, culture, public policy or services, health, the environment or quality of life, beyond academia. Informações disponíveis em: <http://www.hefce.ac.uk/rsrch/REFimpact/>. Acesso em: 21 abr. 2017.

³⁰ O objetivo destes centros é produzir pesquisas para analisar políticas governamentais, resolver seus impasses, encontrar soluções inovadoras, além de promover o progresso do conhecimento acadêmico e debates teóricos. Por estas razões, os *think tanks* contribuem sobremaneira para o desenvolvimento socioeconômico de seus países de origem, ou daqueles onde eles também possuem atuação. Além disso, são pontes entre a sociedade e quem faz as políticas – os chamados “policy makers” – pois fomentam o debate de tais políticas junto ao público (<http://portal.fgv.br/think-tank-0>).

Os autores sugerem que um dos mais significantes resultados da pesquisa é a conexão entre perfis externos à academia e a aparição de seus trabalhos nas páginas de organizações não acadêmicas. Os impactos não acadêmicos, os quais atraem a atenção daqueles que trabalham nos negócios, governos e organizações não governamentais, são importantes porque demonstram agentes independentes mencionando a contribuição da academia em suas missões. Esse estudo mostrou pouca incidência de pesquisas científicas citadas pela comunidade externa à academia.

Os pesquisadores entrevistados reconheceram o papel da mídia social como estratégico para atingir o impacto não acadêmico, apesar de alguns reconhecerem que estão “jogando um jogo”, promovendo determinadas ações para atingir esse impacto. Os resultados da pesquisa sugerem que os pesquisadores bem estabelecidos e que publicam muito ganham mais atenção e interesse do público em geral.

Por fim, os autores concluíram que muitos pesquisadores de turismo do Reino Unido produzem resultados, mas fazem poucos trabalhos de consultoria, de engajamento social e têm pouco sucesso nas chamadas de recursos para a pesquisa. Dessa forma, uma constatação importante do estudo desenvolvido é o papel proeminente da qualidade dos resultados da pesquisa, mais que os outros fatores, na construção de perfis acadêmicos que, combinados com a experiência, fortalecem os perfis de impacto.

Entre as várias atividades para promoção de impacto, as duas mais utilizadas entre os acadêmicos de turismo são o uso das redes sociais e as redes de profissionais. Porém, elas tendem a gerar mais atenção dos próprios colegas acadêmicos. As características individuais também contribuem para o impacto acadêmico da pesquisa, notadamente em relação à idade, que, provavelmente, reflete ganho de experiência, expertise e habilidade de agir independentemente. Tudo isso fortalece o perfil acadêmico e provavelmente capacita os pesquisadores para se empenhar mais efetivamente com os pares e o público externo quando a oportunidade aparecer (THOMAS; ORMEROD, 2017).

O estudo traz algumas implicações para o pesquisador que deseja fortalecer o impacto de suas pesquisas: produzir uma boa quantidade de pesquisas de qualidade e promovê-las na própria academia é mais efetivo que tentar atingir o público não acadêmico pela participação na mídia social e pelo desenvolvimento de redes pessoais; deve-se ter o cuidado em não seguir a agenda definida por outros, a “teoria conduzida pela política”, que tende a realizar estudos determinados por interesses. Para as agências de fomento, a pesquisa traz evidências de que o investimento para gerar impactos

parece não estar atingindo os resultados esperados. Na verdade, tem se mostrado mais efetivo investir em pesquisas de alta qualidade. Além disso, deve-se investir na formação de recursos humanos, que provavelmente trará legados mais duradouros (THOMAS; ORMEROD, 2017).

Roy C. Wood (2017), ao responder o artigo de Thomas e Ormerod (2017), afirma que, na discussão sobre a constituição de seu conhecimento (se é disciplina, área, ciência e sua interdisciplinaridade), o turismo empregou estratégias políticas para consolidar sua legitimação perante a academia, o que gerou uma falta de sinergia teórica, conceitual e empírica entre o turismo e suas disciplinas “irmãs” (geografia, história, sociologia, economia etc). Isso acarretou uma falta de credibilidade na área, pela apresentação de uma imagem dividida para o público externo, explicando, em parte, a falta de interesse da população em geral pelas pesquisas em turismo. Outro problema reside na definição de impacto, que, no conceito formulado pelo Reino Unido, foca no valor do dinheiro para além da academia, sem considerar os benefícios do conhecimento criado, por exemplo, no nível disciplinar. Isso implica na visão de que a pesquisa por ela mesma possui menos valor, mesmo que essa posição não negue a noção de que todo conhecimento tem o potencial para ser utilizado.

Wood (2017) argumenta que a preocupação com os aspectos externos e financeiros do impacto, bem como a *accountability* dos recursos públicos, parece estar suavemente associada com o crescimento da agenda econômica neoliberal, refletindo modelos de governança econômica. Os mecanismos de controle da educação superior, como medição de impacto e ranqueamento de publicações, distanciaram o conhecimento acadêmico do conhecimento prático. Ele conclui que ainda não está claro como a agenda de impacto está influenciando as escolhas acadêmicas. O autor afirma que é importante ter em mente que a estrutura imposta pela agenda de impacto e ranqueamento não é somente uma coisa imposta, visto que a academia é corresponsável. Essas métricas podem levar a distorcer a uma das maiores missões da educação superior – formar estudantes (WOOD, 2017).

Essa experiência britânica traz reflexões importantes sobre como uma estrutura nacional de avaliação de impactos pode interferir no comportamento dos pesquisadores, no momento em que o CNPq está tentando implementar uma forma de avaliação que valorize o impacto não acadêmico das pesquisas. Os dois artigos que discorrem sobre o sistema britânico trazem críticas ao sistema de medição, que parece não estar trazendo os resultados esperados, tendo em vista o baixo índice de impacto das pesquisas constatado. No entanto, o pesquisador, ciente de fatores que favorecem a utilização das pesquisas pelos usuários, pode direcionar ações para aumentar o impacto de suas

pesquisas. Destaca-se, portanto, que, com essa fundamentação teórica, foi possível analisar os limites e incentivos ao uso da pesquisa científica pelos atores envolvidos na formulação de políticas públicas de turismo e, assim, apresentar aos pesquisadores da área algumas ações que eles podem realizar para aumentar o impacto de suas pesquisas concernentes ao domínio turístico.

2.5 MODELO TEÓRICO DA PESQUISA

A finalidade do Estado é o bem-estar de seus cidadãos. Nesse sentido, tanto a PCTI e a PNT devem formular políticas públicas que atendam às necessidades da sociedade. Uma das ações da PCTI é fomentar a pesquisa científica. Assim, em consonância com a finalidade do Estado, os resultados da pesquisa devem trazer algum benefício para a sociedade.

O CNPq, uma das instituições encarregadas da implementação da PCTI na ação de fomento da pesquisa científica, tem como uma de suas competências “promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional”. Com um corpo técnico e apoio de um sistema de avaliação consolidado, financia pesquisas em todas as áreas do conhecimento. Assim, espera-se que essas pesquisas, baseadas em teorias e método, realizada por especialistas, respaldadas por esse sistema de avaliação que certifica a qualidade por meio de seus indicadores, possam ajudar na solução de algumas questões da sociedade.

Nesse sentido, as pesquisas que debruçam sobre assuntos relacionados às políticas públicas de turismo têm grande possibilidade de contribuir para a melhorar a qualidade de vida da população, principalmente em questões de geração de emprego e renda e ambientais. O Estado pode assumir inúmeros papéis na promoção do turismo e os pesquisadores, atores invisíveis, podem municiar os atores políticos de dados e informações, embasados em teoria e metodologia, fornecendo alternativas para uma melhor tomada de decisão. É necessário, no entanto, estar atento ao jogo político e sua agenda, envoltos por valores e interesses.

Além das dificuldades para atingir o impacto inerentes a qualquer área, o Turismo enfrenta dificuldades adicionais referentes à sua multidisciplinaridade inata e surgimento recente como área de pesquisa. No CNPq, essa área foi criada em 2006.

Duas pesquisas anteriores, uma realizada no Brasil e outra no Reino Unido, constataram que há pouca influência das pesquisas nas políticas públicas. O presente estudo busca medir a influência das pesquisas apoiadas pelo CNPq nas políticas públicas do setor. Como o Brasil não possui um método para avaliar o impacto de pesquisas como o Reino Unido, foi enviado um questionário aos pesquisadores dos projetos de pesquisa, baseado na teoria de *research utilization*, tentando captar se realizam ações que possibilitem a geração de impacto de suas pesquisas. Essa análise poderá ser útil tanto para os pesquisadores quanto para o CNPq, que poderão adotar ações no intuito de que as pesquisas tragam mais impactos para a sociedade.

3 PASSOS METODOLÓGICOS

A pesquisa caracteriza-se como exploratória, pois o tema começou a entrar na agenda brasileira há pouco tempo e esse estudo, além de analisar o fomento sobre turismo no CNPq, também pouco explorado³¹, busca investigar a percepção dos pesquisadores da área sobre a avaliação realizada pelo CNPq e sobre o impacto de suas pesquisas. De acordo com Richardson (2017, p. 6), as pesquisas exploratórias “[...] são investigações que procuram uma visão geral do objeto em estudo”, quando não há muitas pesquisas sobre o assunto, o que dificulta a formulação de hipóteses.

A abordagem é qualitativa, pois propõe incorporar a visão dos envolvidos, trabalha com perguntas abertas, leva em consideração o contexto sociocultural e “[...] utiliza conceitos cuja essência não se apreende apenas através de medições” (RICHARDSON, 2017, p. 64). Soma-se a isso, a característica interpretativa desse estudo e os valores e interesses da autora, onde o “eu pessoal torna-se inseparável do eu pesquisador” (RICHARDSON, 2017, p. 66). Essa pesquisa também se utiliza da abordagem quantitativa de levantamento, pois busca “[...] uma descrição quantitativa ou numérica de tendências, de atitudes ou de opiniões de uma população” (RICHARDSON, 2017, p. 57), utilizando dados de fomento do CNPq e questionário como coleta de dados. Além da descrição, o estudo visa “[...] explicar os fenômenos segundo uma nova óptica, ou seja, analisar o papel das variáveis que, de certo modo, influenciam ou causam o aparecimento dos fenômenos” (RICHARDSON, 2017, p. 57).

O referencial teórico foi construído para responder à pergunta de pesquisa. Assim, explorou-se o estado da arte da produção técnico-científica sobre a produção do conhecimento em turismo, verificando seu potencial para influenciar as políticas públicas do setor; sobre políticas públicas, pois, conhecendo seu processo, ideologias e relações de poder, o pesquisador poderá direcionar suas pesquisas para melhorar o impacto; políticas públicas em turismo, verificando as inúmeras possibilidades de estudo nessa área que produzem impacto científico, econômico, social e ambiental; e sobre a utilização da pesquisa científica, bibliografia que apresenta os fatores que influenciam ou restringem a utilização da pesquisa científica pelos usuários.

³¹ Sobre o fomento da área de Turismo encontrou-se somente um artigo, “Bolsa CNPq Produtividade em Pesquisa: perfil dos pesquisadores na área de Turismo”, publicado em 2019 por Francisco Antonio dos Anjos e Gilson de Jesus Mota Rodrigues, na revista *Rosa dos Ventos*. Porém esse estudo analisa somente a modalidade de bolsa PQ.

Buscou-se, por meio da metodologia da análise de conteúdo da bibliografia sobre *research utilization*, construir categorias de fatores que influenciam a utilização da pesquisa científica pelos usuários, a fim de aumentar o impacto das pesquisas. Essa análise responde ao objetivo específico número um da pesquisa, a saber: “Verificar, na literatura consultada, quais os fatores que influenciam a utilização da pesquisa científica pelos usuários (agentes governamentais, empresários, movimentos sociais etc)”. Além disso, vem ao encontro da agenda das agências de fomento em demonstrar a relevância social das pesquisas.

A análise de conteúdo, segundo Moraes (1999, p. 2) é um método desenvolvido para “descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum”. Como os dados estão apresentados em sua forma bruta (documentos, cartas, jornais, música etc.), eles necessitam ser processados para auxiliar o trabalho de entendimento e interpretação (MORAES, 1999). De acordo com Minayo, Delandes e Gomes (2010), a análise e a interpretação acontecem durante todo o processo.

Deve-se levar em consideração que a interpretação dos dados pelo pesquisador não é neutra, e sim, imbuída de suas percepções. A interpretação também deve levar em consideração o contexto da mensagem. “É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem” (Moraes, 1999, p. 3).

Segundo Minayo, Delandes e Gomes (2010), a trajetória que será seguida pelo pesquisador depende da finalidade da pesquisa, de seu objeto, do material disponível e da perspectiva teórica adotada. De acordo com esses autores, os passos metodológicos envolvem: categorização, inferência, descrição e interpretação. Assim, costuma-se:

(a) decompor o material a ser analisado em partes (o que é parte vai depender da unidade de registro e da unidade de contexto que escolhemos); (b) distribuir as partes em categorias; (c) fazer uma descrição do resultado da categorização (expondo os achados encontrados na análise); (d) fazer inferências dos resultados (lançando-se mão de premissas aceitas pelos pesquisadores); (e) interpretar os resultados obtidos com auxílio da fundamentação teórica adotada (MINAYO; DELANDES; GOMES, 2010, p. 88).

Minayo, Delandes e Gomes (2010) afirmam que as categorias devem ser exaustivas, exclusivas (um aspecto analisado não pode ser classificado em mais de uma categoria), concretas

e adequadas ao conteúdo e ao objetivo a que se quer chegar. Assim, realizada a análise de conteúdo, o exame da bibliografia consultada revelou que os fatores que influenciam as políticas públicas podem ser categorizados em:

1 – Valores: os interesses e ideologias estão presentes tanto na área política quanto na acadêmica, seja no âmbito individual, que revela crenças e interesses pessoais, seja no institucional, que reflete as regras e valores do ambiente. Nesse aspecto, o Turismo tem a particularidade de ser estudado sob diversas óticas disciplinares, cada uma com sua epistemologia e metodologia. Deve-se, assim, respeitar e incorporar as diretrizes disciplinares que o pesquisador opta por utilizar, evidenciando seu aspecto multidisciplinar e, assim, evitando o problema percebido por Roy (2017) de falta de sinergia entre o turismo e suas disciplinas “irmãs”, que contribui para a falta de legitimidade dessa área. Além desses vários ambientes acadêmicos, a política de turismo afeta outras políticas, aumentando o número de atores envolvidos, e, conseqüentemente, a arena política, tornando mais complexa a análise científica. Para os investigadores da área, é importante considerar que os tomadores de decisão só utilizarão pesquisas que não sejam contrárias a seus ideais.

2 – Agenda: para gerar utilização, as pesquisas precisam gerar resultados acessíveis no momento da tomada de decisão. Isso requer que o pesquisador esteja atento às tendências ou engajado com os diversos atores políticos, tanto tomadores de decisão, apoio administrativo, movimentos sociais etc. Em turismo, deve-se estar atento para verificar quais outras políticas podem influenciar sua atividade.

3 – Interação: o envolvimento informal entre pesquisadores e usuários foi um dos fatores mais citados para influenciar as decisões, por gerar um clima de confiança e de troca de informações. Deve-se valorizar o processo de aprendizagem e experiência acumulada dos usuários, considerando-os como fornecedores de dados legítimos e integrantes da equipe de pesquisa. Uma das formas de envolvimento seria a participação dos pesquisadores nas policy networks. Outra forma seria passar um tempo na instituição pesquisada, observando comportamentos e ações, apreendendo o processo de tomada de decisão em determinado local. A literatura cita ainda a contratação de agentes do governo pela academia.

4 – Linguagem acessível de divulgação: os usuários só utilizarão resultados de pesquisa se os compreenderem. Para isso, é necessário que o pesquisador fale na linguagem de seu público alvo, traduzindo os resultados de pesquisa em sugestões de ações e em material acessível aos diversos públicos, como cartilhas, gráficos, manuais etc.

5 – Pesquisa científica de qualidade: o artigo sobre o impacto das pesquisas em turismo revelou que a melhor estratégia para atingir a influência entre o público não acadêmico é investir em pesquisas de qualidade. A literatura evidenciou que também é importante que os resultados dessas sejam claros e sugiram ações, não somente descrevam o processo.

6 – Sistema de avaliação de pesquisa – da forma como a avaliação da pesquisa é realizada, valorizando indicadores que causam impacto apenas dentro da academia (número de publicações, citações, formação de recursos humanos, edição e revisão de periódicos, inserção internacional etc), inibe ações que poderiam causar impacto junto aos usuários e à sociedade como um todo.

Após a pesquisa bibliográfica, foi realizada a análise de todos os auxílios e bolsas concedidos sobre Turismo pelo CNPq durante o período de 2003 a 2013 para verificar o perfil do apoio, respondendo ao objetivo nº 2 dessa pesquisa. O ano de 2003 foi escolhido devido à criação do Ministério do Turismo, que elevou a agenda de políticas públicas de turismo a um novo patamar. O horizonte vai até 2013 que, além de ter um mapa da evolução do fomento da pesquisa sobre turismo em onze anos, espera-se que os projetos apoiados por até 36 meses, considerando ainda uma possível prorrogação, tenham sido encerrados, uma vez que essa pesquisa visa analisar os resultados desses projetos. A análise desses dados é importante para verificar se há anomalias na distribuição desses recursos, se estão concentrados em alguma área ou instituição etc.

Para a etapa descrita, foi utilizado o método quantitativo. De acordo com Bauer e Gaskell (2011, p. 22-23, grifos do autor), “[...] a pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados, e é considerada pesquisa *hard*”. Eles afirmam que a separação entre pesquisa qualitativa e quantitativa está superada, uma vez que não há quantificação sem qualificação, isto é, para categorizar quantitativamente é necessário haver distinções qualitativas; e afirmam também que não há análise estatística de dados sem interpretação, pois “[...] os dados não falam por si mesmos, mesmo que sejam processados cuidadosamente, com modelos estatísticos sofisticados” (BAUER; GASKELL, 2011, p. 24).

O recorte dessa pesquisa são os projetos com potencial para influenciar políticas públicas, apoiados pelo CNPq de 2003 a 2013, com dados fornecidos pela própria agência de fomento³².

Após a análise do fomento do CNPq com os parâmetros indicados, foram selecionadas duas modalidades de auxílio para verificar se há influência dos resultados das pesquisas nas políticas

³² Lembrando que o filtro utilizado para selecionar os processos foram os que cadastraram a palavra-chave “turismo” no campo apropriado.

públicas: “Auxílio Integrado - AI” e “Projeto Individual de Pesquisa - APQ”, por serem essas modalidades que apoiam os projetos de pesquisa. As outras modalidades de auxílio apoiam participação em eventos científicos, promoção de eventos, editoração de periódicos científicos e apoio a pesquisador visitante. Assim, chegou-se ao número de 114 projetos aprovados nas modalidades de apoio à pesquisa.

Nesse sentido, registra-se que a finalidade do auxílio APQ, de acordo com a normativa vigente, é: “[...] Apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, mediante o apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em todas as áreas do conhecimento” (CNPq, 2011a, *on-line*). Essa modalidade pode ser contemplada com recursos para custeio, capital e bolsas³³.

Conforme visto na análise bibliográfica, no Brasil não existe um método para avaliar se as pesquisas científicas estão trazendo seus resultados para além da academia. Assim, foi elaborado um questionário a fim de verificar se os usuários observam as categorias que mais influenciam o público-alvo (tomadores de decisão, servidores públicos, movimentos sociais etc.). Dessa forma, para responder ao objetivo nº 3, “Investigar a visão dos pesquisadores sobre o uso dos resultados de suas pesquisas nas políticas públicas e as boas práticas neste sentido”, o questionário criado, reproduzido no Apêndice 1 desse trabalho, foi destinado aos pesquisadores que tiveram processos APQ e AI apoiados, cujos projetos estivessem relacionados com o tema de políticas públicas. Foram identificadas 83 pesquisas com esse tema. Como alguns pesquisadores tiveram mais de um projeto aprovado, considerou-se apenas um projeto por pesquisador, chegando-se ao número de 64 pesquisadores para envio das questões.

Quanto ao instrumento de coleta de dados, foi utilizado o formulário disponibilizado pelo Google (<https://www.google.com/intl/pt-BR/forms/about/>), ferramenta gratuita que oferece opções de perguntas abertas e de múltipla escolha, listas suspensas e escalas lineares, além de organizar as respostas das pesquisas, com informações e gráficos em tempo real. Essa ferramenta já havia sido utilizada pela autora quando de sua especialização *latu sensu*, ocasião em que se

³³Despesas de Custeio - são aquelas despesas relativas à aquisição de material de consumo, pagamento de diárias, passagens e de serviços prestados por pessoa física ou jurídica.

Despesas de Capital- são aquelas despesas relativas à aquisição de bens patrimoniais, equipamentos e material permanente para pesquisa (CNPq, 2011).

Bolsas- são concedidas para a formação de recursos humanos no campo da pesquisa científica e tecnológica, em universidades, institutos de pesquisa, centros tecnológicos e de formação de profissional, tanto no Brasil como no exterior (CNPq, 2017).

mostrou bastante útil. Os questionários foram enviados por e-mail e os nomes dos respondentes foram mantidos em sigilo.

Foi realizado um pré-teste do questionário com os professores do Centro de Excelência em Turismo (CET) da Universidade de Brasília (UnB). O pré-teste é importante “[...] para verificar como ele funciona e se mudanças são necessárias antes do início do estudo com todo o instrumento” (KIDDER, 1987, p. 26). Dos dezessete pesquisadores consultados, quatro responderam ou analisaram o questionário. As contribuições foram analisadas e incorporadas ao documento. O questionário foi organizado em três seções: perfil do pesquisador, gestão do CNPq e contribuição do conhecimento científico produzido para políticas públicas em turismo.

A seção do perfil do pesquisador visa identificar a característica do universo da pesquisa e verificar se há algum tipo de atributo que contribui para que a pesquisa seja apoiada. Assim, de acordo com a bibliografia, foram analisados: tempo de doutorado (uma vez que a bibliografia indicou que pesquisadores com mais anos de doutorado tendem a ter mais influência, devido à experiência), sexo/gênero, área de formação do doutorado (também para verificar a multidisciplinaridade da área), instituição de formação, instituição de vínculo. Foi adicionada uma questão baseada na bibliografia sobre a avaliação da pesquisa científica: se o pesquisador exerce outras atividades acadêmicas, pois elas são muito valorizadas na avaliação, apesar de diminuir o tempo disponível para a pesquisa.

A segunda seção foi denominada gestão do CNPq, pois versa sobre esse assunto. Aqui buscou-se a opinião dos pesquisadores sobre a avaliação (uma vez que, da maneira como é feita, não estimula os pesquisadores a buscar resultados para além da academia), incluindo análise sobre a adequação do Comitê Assessor. Por fim, na última seção do questionário foram elaboradas perguntas visando analisar os limites e possibilidades das contribuições do conhecimento científico na formulação de políticas públicas de turismo. Foram adicionadas questões visando verificar em qual instância de governo e sobre qual fase das políticas públicas a pesquisa se concentrava.

Para tentar avaliar a utilização das pesquisas pelos usuários, foram elaboradas perguntas baseadas nas categorias de análise sobre os fatores que influenciam o impacto científico nas políticas públicas:

1. Valores: não há uma pergunta direta sobre valores, mas verificou-se, por meio do pré-teste realizado com os professores do CET, que, pelas perguntas abertas, se pode inferir se os valores são afins com os dos usuários ou não, conforme seguinte resposta à pergunta

“Houve utilização da sua pesquisa pelo governo? Conte sua experiência.”: “Não. É uma pesquisa crítica, uma análise das relações de poder que geram a política ambiental e de turismo, e do conceito de desenvolvimento do governo. Tem resultado crítico à ação do governo, portanto é um conhecimento que não tem entrada fácil na burocracia governamental”. Dessa forma, verifica-se que os valores são conflitantes, tornando mais difícil a utilização pelo usuário e confirmando que as ideologias importam na utilização da pesquisa pelos usuários.

2. Agenda: para verificar se os usuários estão seguindo a agenda de políticas públicas, foram elaboradas as seguintes perguntas: “Como foi escolhido o tema de sua pesquisa?”, observando se foi escolha própria ou influenciada por questões pertinentes ao governo ou a outros usuários.
3. Relações de confiança: para tentar analisar a relação estabelecida entre o pesquisador e o usuário da política, foram elaboradas as perguntas 17 a 20.
4. Linguagem acessível de divulgação: as perguntas 21, 22 e 23 foram elaboradas para tentar responder essa categoria de análise.
5. Pesquisa científica de qualidade: essa categoria de análise não foi incluída no questionário, pois a análise dos relatórios científicos não passa pelo mesmo processo de análise por pares e/ou CA. Dessa forma, não há como mensurá-la. A pergunta 16 tem um pouco de relação com essa questão, pois a bibliografia sobre *research utilization* apontou que as pesquisas que sugerem ações são consideradas mais profundas do que aquelas que simplesmente descrevem o processo de tomada de decisão.
6. Sistema de avaliação de pesquisa: aqui se inserem as perguntas sobre as atividades acadêmicas realizadas (perfil do pesquisador) e sobre a avaliação de pesquisa, pois influenciam o comportamento do pesquisador na escolha da forma de divulgação.

As últimas perguntas do questionário versam sobre a experiência do pesquisador, visando identificar sua preocupação com o tema, estratégia e boas práticas para que a pesquisa possa ser utilizada. Vale ressaltar que, ao responder um questionário, o pesquisador vai julgar sobre processos que eles não têm controle diretamente, particularmente em relação às escolhas e ações dos usuários. As respostas também podem refletir um viés desejável, isto é, os pesquisadores vão responder questões sobre o processo da sua pesquisa, o que pode ser influenciado de acordo com suas percepções, que podem ser infladas em algumas circunstâncias (CHERNEY et al., 2013).

Na interpretação, busca-se ir além do material. Minayo, Delandes e Gomes (2010, p. 91) afirmam que se chega a uma interpretação “quando conseguimos realizar uma síntese entre: as questões da pesquisa; os resultados obtidos a partir da análise do material coletado, as inferências realizadas e a perspectiva teórica adotada”. Dessa forma, pretende-se identificar em que medida houve influência da pesquisa realizada nas políticas públicas de turismo; se não houve, por quê; bem como apurar possíveis boas práticas desenvolvidas pelos pesquisadores na apropriação da pesquisa pelos usuários das políticas públicas. Conforme Combessie (2004, p. 55), “O questionário tem por função principal dar à pesquisa uma extensão maior e verificar estatisticamente até que ponto são generalizáveis as informações e hipóteses previamente constituídas”. Ressalta-se, por fim, que, com esses passos metodológicos, buscou-se responder ao objetivo geral da pesquisa, “analisar as pesquisas de turismo fomentada pelo CNPq e seu impacto nas políticas públicas do setor”. A análise e discussão dos dados relativos ao fomento do CNPq e ao questionário enviado serão realizadas na próxima seção.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

4.1 POLÍTICAS ENVOLVIDAS E O CAMPO DE ESTUDO DO TURISMO

Este estudo trata da relação entre pesquisa científica e políticas públicas, observando, mais especificamente, se a pesquisa que é apoiada pelo Governo, por meio do CNPq – principal Agência de Fomento à Ciência, Tecnologia e Inovação do Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia –, contribui para a formulação/reformulação das políticas públicas de turismo. Compreende-se, então, que há duas políticas envolvidas, a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – PNCTI, e a Política Nacional de Turismo – PNT, as quais, se coordenadas, poderiam se beneficiar mutuamente. A PNCTI vai apoiar as pesquisas sobre Turismo, que poderão vir a influenciar a PNT. Dessa forma, torna-se necessário também descrever o campo científico turístico no Brasil.

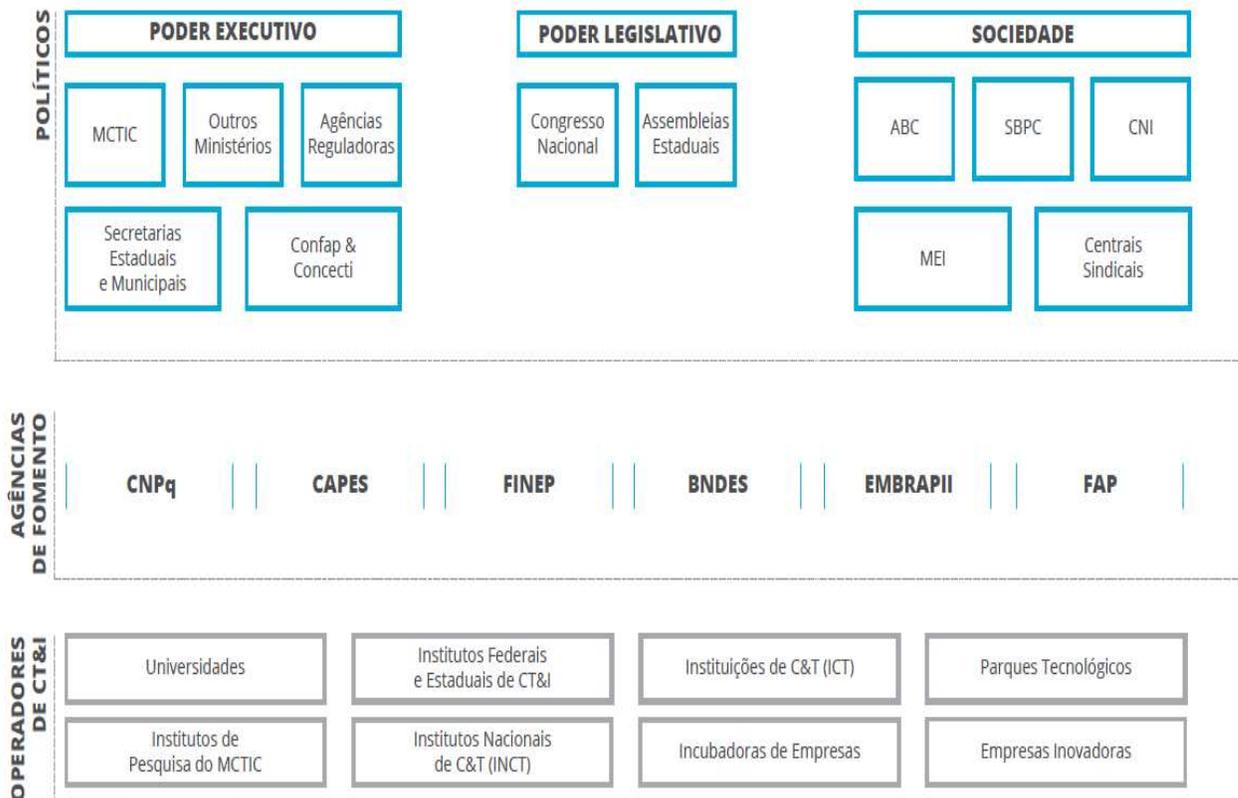
4.1.1 Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação

As políticas nacionais de pesquisa científica e tecnológica e de incentivo à inovação são conduzidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o qual, em 2016, juntaram-se ao Ministério das Comunicações, tornando-se Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações – MCTIC. Assim, este órgão incorporou também a política nacional de telecomunicações; a política nacional de radiodifusão; e os serviços postais, telecomunicações e radiodifusão. Está igualmente sob a competência do MCTIC a política de desenvolvimento de informática e automação; a política nacional de biossegurança; a política espacial e a política nuclear (BRASIL, 2019).

As diretrizes e estratégias para as políticas públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação estão estabelecidas na *Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia* (MCTIC, 2016), documento que detalha a abrangência do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I, as principais tendências mundiais das políticas de CT&I, os principais desafios dessas políticas no Brasil, seus eixos estruturantes e pilares fundamentais, temas estratégicos e sistema de monitoramento e avaliação. O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, coordenado

pelo MCTIC, é composto por diversos atores, como os políticos, encarregados do planejamento, coordenação e decisão; as agências de fomento, que possuem os instrumentos para viabilizar a implementação da política; a qual é executada pelos operadores de CT&I, conforme figura 01³⁴:

Figura 01 – Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia



Fonte: Brasil (2016, p. 10).

O CNPq se destaca como a primeira e uma das principais agências de fomento da CT&I no País. Desde sua criação, em 1951, idealizada pela Academia Brasileira de Ciências³⁵ - ABC e

³⁴ Para detalhamento da função de cada ator no SNCTI, consultar a ENCTI 2016-2022, disponível em: <https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/Publicacoes/ENCTI/PlanosDeAcao.html>. Acesso em: 14 abr. 2019.

³⁵ Criada em 1916, como organização legalmente independente e privada, com o objetivo de “estimular a continuidade do trabalho científico de seus membros, o desenvolvimento da pesquisa brasileira e a difusão do conceito de ciência como fator fundamental do desenvolvimento tecnológico do país” (ABC, s.d., *on-line*).

estimulada pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência³⁶ - SBPC, o CNPq foi o principal ator e coordenador da PNCTI. Com a criação do então Ministério da Ciência e Tecnologia, em 1985, a coordenação da PNCTI passou a ser exercida por essa instituição e o CNPq, que até então era vinculado diretamente à Presidência da República, pelo caráter estratégico de sua missão, foi incorporado ao MCT (BRASIL, 2015).

Hoje, a missão declarada do CNPq é “[...] Fomentar a Ciência, Tecnologia e Inovação e atuar na formulação de suas políticas, contribuindo para o avanço das fronteiras do conhecimento, o desenvolvimento sustentável e a soberania nacional” (BRASIL, 2017, *on-line*). Dentre as suas competências, destaca-se, sobretudo, “[...] promover e fomentar a pesquisa científica e tecnológica e capacitação de recursos humanos voltadas às questões de relevância econômica e social relacionadas às necessidades específicas de setores de importância nacional ou regional” (BRASIL, 2017). Isto se dá principalmente pelo reconhecimento da contribuição social da pesquisa e pela relação com a finalidade do Estado de promover o bem-estar social.

Visando atingir sua finalidade, o CNPq criou um programa de bolsas e auxílios, cujos beneficiários, requisitos e condições são estabelecidos de acordo com o objetivo que se deseja atingir, quer seja estimular a iniciação científica no ensino médio, quer seja aprovar grandes projetos em rede, ou, até mesmo, apoiar a participação de pesquisador em evento científico. Atualmente, o órgão possui 38 modalidades de bolsas, que apoiam desde o estudante do ensino médio a pós-doutores, divididas nas seguintes categorias: bolsas no País, no exterior e para empresas. Já os auxílios são divididos em cinco modalidades: Projeto Individual de Pesquisa – APQ, Auxílio Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação – ARC, Participação em Eventos Científicos – AVG, Editoração – AED e Pesquisador Visitante – APV.

A análise deste projeto recairá sobre a modalidade APQ, por ser a modalidade que apoia a pesquisa científica, tecnológica e de inovação. Por sua vez, o sistema de avaliação do CNPq baseia-se na avaliação por pares e na classificação pelo Comitê de Assessoramento. Normalmente essas duas etapas estão presentes na avaliação destas bolsas e auxílios, no entanto, uma ou todas as etapas citadas podem ser suprimidas, desde que estabelecido em normas e/ou chamadas públicas. A

³⁶ “é uma entidade civil, sem fins lucrativos ou posição político-partidária, voltada para a defesa do avanço científico e tecnológico, e do desenvolvimento educacional e cultural do Brasil. Desde sua fundação, em 1948, a SBPC exerce um papel importante na expansão e no aperfeiçoamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, bem como na difusão e popularização da ciência no País” (SBPC, 2004, *on-line*).

avaliação por pares é realizada pelo envio do projeto de pesquisa/plano de trabalho a especialistas no tema, os consultores *ad hoc*. O nome deste tipo de consultor é omitido, devido a eventuais conflitos que poderiam ocorrer caso o nome fosse revelado. O banco de consultores do CNPq é formado prioritariamente pelos bolsistas de produtividade da agência de fomento e, ainda, por qualquer indivíduo que tenha recebido um auxílio dela.

Uma das modalidades concedidas é a bolsa de produtividade – PQ³⁷, a qual é “[...] destinada a pesquisadores que se destaquem entre seus pares, valorizando sua produção científica segundo critérios normativos, estabelecidos pelo CNPq, e específicos, pelos Comitês de Assessoramento (CAs) do CNPq” (CNPq, 2015). Assim, ela é destinada aos melhores pesquisadores de cada área, os quais terão que, além de executar o projeto de pesquisa apresentado para solicitar a bolsa, emitir pareceres sobre os projetos encaminhados ao CNPq, o que confere certo poder ao beneficiário dessa bolsa. Credenciados na área de Turismo, a agência possui dezessete bolsistas de produtividade em pesquisa.

Após a avaliação por pares, normalmente os projetos são classificados pelos Comitês de Assessoramento ou Comitês Específicos, esses últimos montados de acordo com Chamada/Ação que será julgada. Já os primeiros julgam as chamadas que ocorrem periodicamente no CNPq, como Universal, de Bolsas Especiais, de bolsas PQ etc e têm representação das áreas do conhecimento e seus integrantes, visto que, para tanto, a eleição se dá “[...] periodicamente pelo Conselho Deliberativo (CD), com base em consulta feita à comunidade científico-tecnológica nacional e têm a atribuição, entre outras, de julgar as propostas de apoio à pesquisa e de formação de recursos humanos” (CNPq, s.d). Ao contrário dos consultores *ad hoc*, o nome dos integrantes dos CAs é divulgado na página do CNPq.

O Turismo foi inserido como área no CNPq em 2006 e está alocado no CA-SA, que compreende também as áreas de Arquitetura e Urbanismo, Demografia, Geografia e Planejamento Urbano e Regional, conforme Quadro 1:

³⁷ Sobre o perfil dos bolsistas PQ, consultar o artigo de Francisco Antonio dos Anjos e Gilson de Jesus Mota Rodrigues, disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/6419>

Quadro 1 – Integrantes do CA-SA

Nome	Área	Instituição	Mandato
Susana de Araújo Gastal -	Turismo	UCS/RS	01/10/2018 a 30/06/2021
Jair Lício Ferreira Santos	Demografia	USP	01/07/2017 a 30/06/2020
Denise de Souza Elias	Geografia	UECE	01/07/2017 a 30/06/2020
Akemi Ino	Arquitetura	USP	01/10/2016 a 30/06/2019
Jupira Gomes de Mendonça	Planejamento Urbano e Regional	UFMG	01/10/2018 a 30/06/2021
Cláudia Piantá Costa Cabral	Arquitetura e Urbanismo	UFRGS	01/11/2018 a 30/06/2021
Selma Simões de Castro	Geografia Física	UFG	01/07/2017 a 30/06/2020
Carlos Antônio Leite Brandão - Suplente	Arquitetura	UFMG	01/10/2016 a 30/06/2019
Laura Lidia Rodríguez Wong	Demografia	UFMG	01/07/2017 a 30/06/2020
María Mónica Arroyo	Geografia Humana	USP	01/07/2017 a 30/06/2020
Archimedes Perez Filho	Geografia Física	Unicamp	01/07/2017 a 30/06/2020

Fonte: CNPq, 2019.

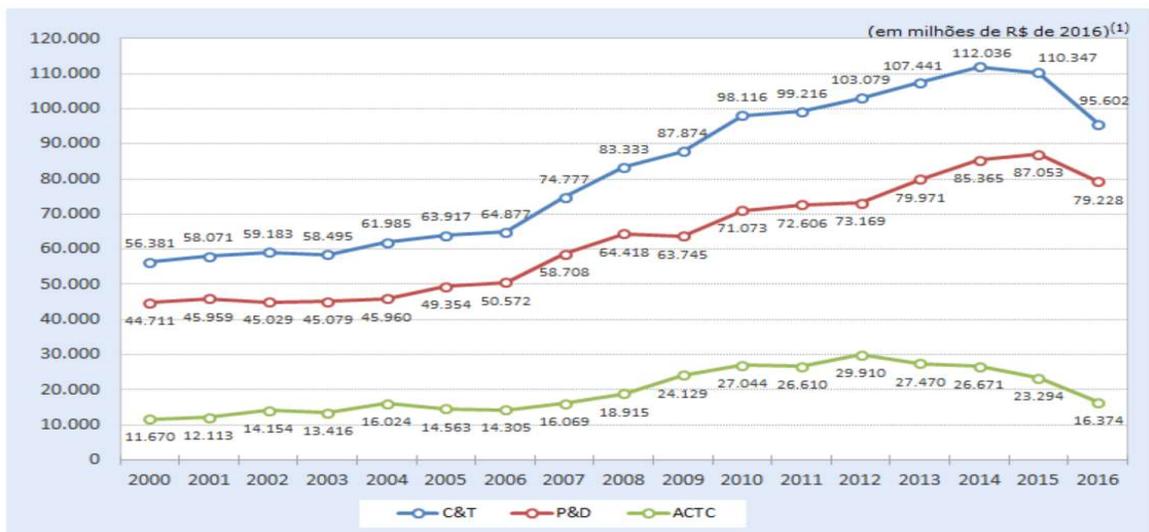
O CA-SA possui somente um representante da área de Turismo, devido à pequena demanda de propostas apresentadas, se comparada ao volume de processos das outras áreas desse Comitê. No entanto, considera-se que essa situação é mais confortável do que a da CAPES, onde o Turismo está inserido no Comitê que também engloba as áreas de Administração Pública e de Empresas e Ciências Contábeis, sendo que nenhum de seus Coordenadores atua na área de turismo, mas sim, todos estão alocados em Programas de Pós-Graduação – PPGs em Administração.

Os critérios para avaliação de mérito, tanto no modo *ad hoc*, quanto por meio do Comitê, estão baseados em indicadores como formação acadêmica, número de artigos científicos, de orientações, de revisão/edição de periódicos, participação em grupos de pesquisa, cooperação internacional etc. Esses indicadores, conforme se observa, geram impacto na própria comunidade acadêmica. Dentro do Comitê CA-SA, cada área faz o próprio ranqueamento das propostas.

No Relatório de Gestão 2017 do CNPq, destaca-se a preocupação com os recursos orçamentários do CNPq, que, desde 2011 não consegue aumentar os quantitativos de bolsa-ano

concedidas, nem manter os níveis de investimento em pesquisa. Como alternativa, tem-se intensificado parceria com outras instituições, que aportam recursos no CNPq para execução de programas conjuntos de pesquisa. Outro problema relatado é o grande número de aposentadoria de seus servidores e a impossibilidade de realização de concurso público para repor o quadro, o que reduz significativamente a mão de obra disponível para o apoio à pesquisa. O gráfico 1 a seguir representa o dispêndio nacional em ciência e tecnologia, por atividade, de 2000 a 2016:

Gráfico 1 – Dispêndio nacional em ciência e tecnologia, por atividade, de 2000 a 2016



Fonte: Coordenação de Indicadores e Informação (COIND) - CGGI/DGE/SEXEC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Nota: 1) ciência e tecnologia (C&T), pesquisa e desenvolvimento (P&D), atividades científicas e técnicas correlatas (ACTC), 2018.

Desde o ano 2000, o recurso investido em CT&I vinha crescendo, atingindo o auge em 2014, quando foram investidos R\$ 22.929.100.000³⁸. A partir de então, os investimentos em CT&I vêm sofrendo queda. No mês de agosto de 2018, a agenda de CT&I ganhou grande repercussão no Brasil com a divulgação do Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES³⁹, pelo

³⁸ Informações disponíveis em:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_consolidados/2.1.1.html

³⁹ A íntegra do Ofício pode ser encontrada em:

https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_ace_sso_externo=0. Acesso em: 06 ago. 2018.

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), e da Carta Aberta⁴⁰, pelo Presidente do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principais agência de fomento à pesquisa no País. Esses dois documentos alertam sobre os impactos negativos para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, caso o orçamento previsto para 2019 fosse mantido⁴¹.

A situação se agravou mais ainda com a eleição do governo atual, que, por meio do Decreto 9.741⁴², prevê o contingenciamento de 42,27% nas despesas de investimento do orçamento do MCTIC. Isso causou reação da comunidade científica e importantes instituições do SNCT (a exemplo da SBPC, Academia Brasileira de Ciências - ABC, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes, Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa – Confap, Conselho Nacional de Secretários para Assuntos de Ciência Tecnologia e Inovação – Consecti e Fórum Nacional de Secretários Municipais da Área de Ciência e Tecnologia) enviaram uma carta⁴³ a autoridades dos poderes executivo e legislativo. Devido ao quadro macroeconômico desfavorável ao investimento em CT&I, a cada dia cresce a necessidade de justificar para a sociedade a importância da aplicação de recursos nessa área. Esse cenário favoreceu a discussão sobre os impactos da pesquisa científica na sociedade.

A agenda de avaliação de impacto da pesquisa começou a ser discutida no âmbito das agências de fomento brasileiras em 2016, quando o então presidente do CNPq, Prof. Hernan Chaimovich realizou a apresentação “Avaliação e Impactos da Ciência Brasileira”⁴⁴ na reunião da SPBC. No mesmo período, foi aprovado e desenvolvido no CNPq um projeto para desenvolvimento de uma metodologia denominada “Decisão Multicritério em Ciência, Tecnologia e Inovação - DMUCTI”, visando auxiliar no julgamento, avaliação, priorização e seleção das

⁴⁰ Divulgada em 09 de agosto de 2018, a referida carta está disponível no seguinte link: http://cnpq.br/documents/10157/6234432/CARTA+ABERTA_FINAL.pdf/ff79fc6d-14f6-40fc-8b60-d6b1f1fb26c7. Acesso em: 11 ago. 2018.

⁴¹ O ofício da CAPES alerta para a “[...] suspensão do pagamento de todos os bolsistas de mestrado, doutorado e pós-doutorado a partir de agosto de 2019, atingindo mais de 93 mil discentes e pesquisadores [...]” (CAPES, 2018, *online*).

⁴² Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69237336, acessado em 01 abr. 2019.

⁴³ Disponível em: <http://portal.sbpcnet.org.br/noticias/entidades-cientificas-e-academicas-criticam-severo-corte-do-orcamento-atingira-em-cheio-a-cti-nacional/>, acessado em 01 abr. 2019.

⁴⁴ Para mais informações, consultar: file:///C:/Users/bqroc/Downloads/apresentacao_hernan_05set2016.pdf

propostas submetidas a esta agência de fomento⁴⁵, adicionando mais transparência ao processo decisório. Essa metodologia, que possui critérios sobre geração de impactos (científicos, tecnológicos, sociais, ambientais) ainda no julgamento das propostas, está em processo de avaliação no CNPq.

4.1.2 A Política Nacional de Turismo

O Ministério do Turismo (MTur), criado em 2003, é a instituição encarregada de estabelecer a Política Nacional de Turismo e o planejamento, fomento, regulamentação, coordenação e fiscalização da atividade turística, com ênfase na gestão descentralizada de suas atividades (LEMOS, 2013). Com a criação do Ministério, “[...] pela primeira vez o setor conta com uma pasta própria, além de estrutura e orçamento específicos, não mais dividindo com outros setores de atividades a condução dos interesses particulares do turismo em nível nacional” (BENI, 2006, p. 28).

Antes de ter um ministério próprio, o turismo foi tratado em diversos arranjos institucionais, verificando-se uma evolução no que diz respeito aos órgãos que tratam das políticas públicas de turismo, conforme Quadro 2. Inicialmente elas estavam ligadas a instituições que cuidavam de outras áreas, como o Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República (DNIP), na Era Vargas. Em 1958 foi criada a Comissão Brasileira de Turismo – COMBRATUR, para coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo. Em 1961 foi criada a Divisão de Turismo e Certames junto ao Ministério da Indústria e Comércio (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011).

Já em 1966 foi elaborado um decreto-lei que instituiu a Política Nacional de Turismo (PNT), que criou algumas instituições para dar suporte à atividade: o Conselho Nacional de Turismo – CNT, o qual, além de formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo, deveria disciplinar, fiscalizar e facilitar a promoção do turismo; a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, com o objetivo de executar as diretrizes da política, fomentar e financiar iniciativas para o desenvolvimento do turismo, entender o mercado, registrar e fiscalizar empresas; e o Fundo

⁴⁵ Essa metodologia foi apresentada em artigo aceito pelo *European Journal of Operational Research* (disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0377221718306027>, acessado em 19 jul. 2018).

Geral do Turismo – FUNGETUR, ligado à EMBRATUR, para o financiar obras, serviços e atividades de interesse turístico (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011).

Por sua vez, a Constituição de 1988 estabeleceu uma função ambiciosa para a atividade turística: “[...] A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão e incentivarão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico” (BRASIL, 2016, p. 89). Em 1992, foi criado o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Em 1999, é criado o Ministério do Esporte e Turismo. Já no governo Lula, é criado o Ministério do Turismo (MTur), ponto mais alto na hierarquia estatal, refletindo a importância dada ao setor (PIMENTEL; PIMENTEL, 2011).

Quadro 2 – Arranjos Institucionais para tratamento do Turismo no âmbito nacional

ANO	ARRANJO INSTITUCIONAL
1939	Divisão de Turismo vinculada ao Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República – DNIP
1945	Departamento Nacional de Informações
1958	Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR) vinculada à Presidência da República
1961	Divisão de Turismo e Certames vinculada ao Ministério da Indústria e Comércio
1966	Conselho Nacional de Turismo (CNT)* Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR)* Sistema Nacional de Turismo* Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR)* *instituições vinculadas ao Ministério da Indústria e do Comércio
1967	Instituição do Sistema Nacional de Turismo
1992	Conselho Consultivo de Turismo Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
1994	Comissão Especial de Turismo Social, vinculada à Presidência da República
1999	Ministério do Esporte e do Turismo
2003	Ministério do Turismo

Fonte: adaptado de Pimentel e Pimentel (2011).

Com a criação do Ministério do Turismo, a EMBRATUR tornou-se uma autarquia desse ministério e suas atribuições ficaram restritas à “[...] promoção, ao marketing e ao apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional” (EMBRATUR, 2004, *on-line*). Em sua página eletrônica, o Ministério do Turismo declara que seu

objetivo é “[...] Desenvolver o turismo como uma atividade econômica sustentável, com papel relevante na geração de empregos e divisas, proporcionando a inclusão social” (MTUR, 2015, *on-line*). Declara também que o “[...] Ministério do Turismo inova na condução de políticas públicas com um modelo de gestão descentralizado, orientado pelo pensamento estratégico” (BRASIL/MTur, 2015, *on-line*).

O Conselho Nacional de Turismo é um órgão colegiado com a finalidade de assessorar o Ministro na formulação e aplicação da PNT e de suas políticas públicas. É formado por representantes do governo e da sociedade civil ligados à atividade turística, principalmente por associações, federações e confederações de diversos setores turísticos, desde hotéis, empresas aéreas, campings, bares e restaurantes etc. Do lado do governo há o Ministério da Defesa, das Relações Exteriores, do Meio Ambiente, entre outros.

Na lista de entidades⁴⁶ que participam do CNT, verificamos que há somente uma instituição ligada ao ensino, o Fórum Nacional dos Cursos Superiores de Turismo e Hotelaria. Não há instituições ligadas à pesquisa em Turismo, que poderiam fornecer informações sistematizadas aos tomadores de decisão, bem como participar das discussões com embasamento teórico. Entre os integrantes, foi identificado somente um pesquisador, Mario Carlos Beni, indicado pela Presidência da República. No entanto, percebemos que as informações constantes no site do MTur estão desatualizadas, pois indica como titular do Ministério, Vinicius Lummertz, ex-Ministro.

A Política Nacional de Turismo atual está estabelecida na Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008 que, além de dispor sobre a PNT, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico. No período de análise desse projeto (2003 a 2013), foram desenvolvidos três Planos Nacionais de Turismo (2003-2007, 2007-2010 e 2013-2016) e um quarto plano foi elaborado para o período de 2018 a 2022. O quadro 3 compara a visão, objetivos e metas desses planos. Para atingir os objetivos e metas estipulados, foram desenvolvidos os macroprogramas⁴⁷ que detalham as estratégias para resolver os problemas identificados nos diagnósticos realizados. Por serem muito extensos, a tabela comparativa desses macroprogramas está localizada no apêndice B.

⁴⁶ Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%B5es/Lista_CNT.pdf, acessado em 01 mai. 2019.

⁴⁷ No terceiro plano, os macroprogramas foram denominados de ações e no quarto, de linhas de atuação.

Quadro 3 – Comparativo dos Planos Nacionais de Turismo

Plano	2003-2007	2007-2010	2013-2016	2018-2022
Visão	O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A geração do emprego, ocupação e renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, e o equilíbrio do balanço de pagamentos sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.	O turismo no Brasil contemplará as diversidades regionais, configurando-se pela geração de produtos marcados pela brasilidade, proporcionando a expansão do mercado interno e a inserção efetiva do País no cenário turístico mundial. A criação de emprego e ocupação, a geração e distribuição de renda, a redução das desigualdades sociais e regionais, a promoção da igualdade de oportunidades, o respeito ao meio ambiente, a proteção ao patrimônio histórico e cultural e a geração de divisas sinalizam o horizonte a ser alcançado pelas ações estratégicas indicadas.	Posicionar o Brasil como uma das três maiores economias turísticas do mundo até o ano de 2022.	*
Objetivos Gerais	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. - Estimular e facilitar o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidade, contemplando nossas diversidades regionais, culturais e naturais. - Promover o turismo com um fator de inclusão social, por meio da geração de trabalho e renda e pela inclusão da atividade na pauta de consumo de todos os brasileiros. - Fomentar a competitividade do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional e atrair divisas para o País. 	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar o turismo brasileiro para os megaeventos; - Incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; - Incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; - Melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro 	Ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo**.
Metas	<ul style="list-style-type: none"> 1- Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações 2 - Aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil 3 - Gerar 8 bilhões de dólares em divisas 4 - Aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos 5 – Ampliar a oferta turística brasileira, desenvolvendo no mínimo três produtos de qualidade em cada Estado da Federação e Distrito Federal 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno 2 - Criar 1,7 milhão de novos empregos e ocupações 3 - Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional 4 - Gerar 7,7 bilhões de dólares em divisas 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Aumentar para 7,9 milhões a chegada de turistas estrangeiros ao país 2 - Aumentar para US\$ 10,8 bilhões a receita com o turismo internacional até 2016 3 - Aumentar para 250 milhões o número de viagens domésticas realizadas até 2016 4 - Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016 5 - Aumentar para 3,6 milhões as ocupações formais no setor de turismo até 2016 	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões 2 - Aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões 3 - Ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país 4 - Ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações dos Planos Nacionais de Turismo

* Não encontrada, pois esse documento não estava sistematizado como os outros.

** Objetivo encontrado na mensagem do Ministro, pois esse documento não estava sistematizado como os outros

No primeiro Plano (2003-2007), percebe-se a preocupação do governo em gerar emprego e renda e reduzir desigualdades, além de equilibrar o balanço de pagamentos, por meio da exploração das diversidades regionais no Brasil, país com riquezas econômicas, naturais, culturais e histórica. No diagnóstico realizado, detectou-se, entre outros, “ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor” e “insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro”. O plano foi elaborado de forma participativa, sendo que as entidades que contribuíram com propostas para elaboração do plano estão listadas nas páginas 46 e 47 do Plano. Apesar do reconhecimento de insuficiência de pesquisas, não há participação de nenhuma instituição ligada ao ensino ou a pesquisa em Turismo na elaboração do Plano.

O segundo Plano (2007-2010) enfatiza o papel do turismo na inclusão social, por meio do fortalecimento do mercado interno, com destaque para a função social do turismo. Esse plano apresenta dados econômicos e da evolução da atividade turística no Brasil e enfatiza a gestão descentralizada. Quanto às metas, são bem parecidas com o primeiro Plano, a saber, gerar empregos, aumentar viagens domésticas, estruturar destinos com padrão internacional e gerar divisas. O primeiro plano possuía uma meta a mais, que diz respeito ao aumento de turistas estrangeiros. Nesse segundo plano, há um macro programa de informações e estudos turísticos, especialmente para atender à demanda de que “Os dirigentes públicos e privados necessitam de informações essenciais para a tomada de decisão gerencial, seja para o planejamento, a promoção e qualificação, seja para a infraestrutura e implementação de novos serviços e equipamentos nos roteiros turísticos” (BRASIL, 2007, p. 62).

Nesse macro programa é reconhecido o papel da academia, aqui entendida como necessário, “[...] uma vez que, por meio da correta integração dos estudos teóricos e de mercado sobre competitividade e os resultados já existentes sobre a evolução da oferta turística brasileira, será possível propor novos indicadores condizentes com a realidade nacional” (BRASIL, 2007, p. 63). Nas referências bibliográficas desse plano, além de dados estatísticos, há uma coleção intitulada “Estudos de Competitividade do Turismo Brasileiro”, realizado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, Instituto Ascende, UERJ e UNICAMP. Algumas publicações⁴⁸, porém, não estão sistematizadas como resultados de pesquisa, não possuindo bibliografia, por exemplo.

⁴⁸ Para mais informações, consultar: <http://www.turismo.gov.br/assuntos/5293-estudos-de-competitividade-do-turismo-brasileiro-centro-de-gest%C3%A3o-e-estudos-estrat%C3%A9gicos.html>. Acesso em: 01 mai. 2019.

No terceiro plano (2013-2016), observam-se as mesmas metas dos planos anteriores, com a exceção da Meta 4: “Elevar para 70 pontos o índice médio de competitividade turística nacional até 2016”. Nesse plano, não há meta para estruturação de destinos. Verificamos que há uma ação para “Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística”, porém, ancorada nos “principais órgãos oficiais produtores de estatísticas” (BRASIL/MTur, 2013, p. 82), não na academia. Destaca-se a ação voltada a “[...] Implementar o apoio ao fomento público à pesquisa, à inovação e ao conhecimento” (BRASIL/MTur, 2013, p. 90) – ações que, nessa perspectiva, teriam a finalidade de “implementar programa contínuo de fomento público para o desenvolvimento de pesquisa, inovação e conhecimento pelos programas de pós-graduação reconhecidos e recomendados pela Capes, pelos institutos sem fins lucrativos e para empreendimentos privados [...]” (BRASIL, 2013, p. 90). Nas referências bibliográficas, não foi encontrado nenhum estudo acadêmico, somente estatísticos.

Em 27 de março de 2018 foi lançado o Plano Nacional de Turismo 2018-2022. Em notícia veiculada na página eletrônica do Ministério, é informado que a meta do novo PNT é “a criação de novos dois milhões de empregos, o aumento do número de turistas nacionais e internacionais, além da ampliação da receita gerada pelo setor” (OLIVEIRA, 2018, *on-line*). Com exceção da criação de empregos, verifica-se a manutenção das mesmas metas ao longo do tempo, a “exportação invisível”, desde a Era Vargas, enfatizando a afirmação de Beni sobre a histórica predominância da racionalidade econômica nas questões relacionadas ao turismo (BENI, 2006).

Na elaboração desse Plano houve a participação “das áreas técnicas do Ministério do Turismo, Embratur e agentes públicos e privados, por meio da Câmara Temática do Plano Nacional de Turismo, constituída dentro do Conselho Nacional de Turismo” (BRASIL/MTur, 2018, p. 15). Nesse Plano, a iniciativa 4.1.4 trata de “Ampliar e aprimorar estudos e pesquisas em turismo” (BRASIL/MTur, 2018, p. 81), que, como estratégia, prevê “Efetivar e apoiar a estruturação de uma rede de Observatórios de Turismo em âmbito nacional” (BRASIL/MTur, 2018, p. 83), porém, baseado no levantamento de estatísticas, podendo ou não ocorrer a colaboração da academia. No mesmo sentido, as referências bibliográficas englobam quase exclusivamente legislação e levantamentos estatísticos e econômicos.

O Sistema Nacional de Turismo (SNT) está estabelecido no artigo 8º da Lei nº 11.771 e é composto pelo Ministério do Turismo, pela EMBRATUR, pelo Conselho Nacional de Turismo (CNT) e pelo Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo. Poderão ainda

integrar o SNT os fóruns e conselhos estaduais de turismo, os órgãos estaduais de turismo e as instâncias de governança macrorregionais, regionais e municipais. Apesar do reconhecimento da ausência de pesquisas que poderiam auxiliar os tomadores de decisão, percebemos pouca utilização de bibliografia acadêmica ou participação de pesquisadores na elaboração dos planos nacionais de turismo ou em órgãos colegiados como o Conselho Nacional de Turismo ou mesmo participação de instituições de pesquisa no Sistema Nacional de Turismo, ao contrário do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

4.1.3 O campo de estudos do turismo no Brasil

No Brasil, a institucionalização do ensino do Turismo se deu a partir dos anos 70, com o primeiro curso de graduação implementado no Brasil, em 1971, na então Faculdade Morumbi, em São Paulo. A partir daí, começaram a surgir outros cursos em diversos estados, motivados pela necessidade de formação de pessoal de nível superior, tendo em vista o crescimento da atividade turística no Brasil (MOMM, 2009).

A pós-graduação *stricto sensu* começou a se desenvolver em 1982 na USP, com a oferta de uma linha de pesquisa em Turismo e Lazer no Programa de Mestrado e Doutorado em Ciências da Comunicação, na área de concentração Relações Públicas, Propaganda e Turismo, da Escola de Comunicações e Artes. A partir daí foram oferecidas outras disciplinas desse campo de estudo e, após uma reformulação do sistema de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes, em 1993, foi desenvolvido o primeiro curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em universidade pública. Porém, foi desativado no início dos anos 2000 (MOMM, 2009).

Em 2016, Pimentel, Carvalho e Oliveira (2016) contabilizaram, no Brasil, 347 Instituições de Ensino Superior (IES) que oferecem curso de graduação em turismo, representando 14,41% das universidades do País. Embora exista um grande número de instituições que oferecem curso de turismo, o número de cursos de pós-graduação, que se dedicam à atividade de pesquisa, é pequeno no Brasil. Atualmente, existem dez instituições com onze Programas de Pós-Graduação que oferecem dezesseis cursos em Turismo: oito mestrados acadêmicos, três mestrados profissionais e cinco doutorados em turismo, conforme ilustra a tabela 1:

Tabela 1 – Cursos de pós-graduação em Turismo avaliados e reconhecidos pela CAPES

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	UF	ME	DO	MP	Total
Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Sergipe (IFS)	SE			1	1
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	SP	1	1	1	3
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	RS	1	1		2
Universidade de São Paulo (USP)	SP	1	1		2
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	1	1		2
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	CE			1	1
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	1			1
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	1			1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	1	1		2
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	1			1
Totais		8	5	3	16

Fonte: CAPES/Plataforma Sucupira (2017)

Siglas: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado; MP: Mestrado Profissional

Durante a execução dessa pesquisa, na última avaliação quadrienal dos cursos de pós-graduação da CAPES, realizada em 2017, houve descredenciamento do curso de mestrado profissional da Universidade de Brasília. Como se pode observar pela tabela 2, elaborada a partir das informações da CAPES, os cursos de pós-graduação *strictu sensu* em turismo são muito recentes. O mais antigo deles data de 1997, perfazendo apenas 22 anos de existência do Mestrado em Turismo, na Universidade do Vale do Itajaí. Por sua vez, o mais recente é o curso de doutorado da Universidade de São Paulo, reconhecido em dezembro de 2018, não tendo completado ainda nem um ano.

Tabela 2 – Ano de implementação dos cursos de Pós-Graduação em Turismo

INSTITUIÇÃO DE ENSINO	Ano de implementação do curso		
	UF	ME	DO
Instituto de Ciência, Tecnologia e Inovação de Sergipe (IFS)	SE	2016	
Universidade Anhembi Morumbi (UAM)	SP	2002	2015
Universidade de Caxias do Sul (UCS)	RS	2000	2015
Universidade de São Paulo (USP)	SP	2014	2019
Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	SC	1997	2013
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	CE	2012	
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	PE	2017	
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	PR	2013	
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)	RN	2008	2014
Universidade Federal Fluminense (UFF)	RJ	2015	

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações da Plataforma Sucupira, 2019.

Verifica-se que somente nove estados possuem curso de pós-graduação em turismo. Esse número é muito pequeno, considerando o potencial turístico brasileiro. Desses cursos, três são na Região Sul, um em cada estado, três na Região Sudeste e quatro na Região Nordeste. Não há cursos de pós-graduação em turismo nas Regiões Norte e Centro-Oeste, uma vez que o curso da Universidade de Brasília foi descredenciado pela CAPES em 2017.

De forma geral, observa-se que essa presença/ausência de cursos, com maior ou menor concentração em determinados estados é, possivelmente, fruto da junção de duas vertentes das políticas públicas: a primeira, no campo da educação/conhecimento científico, a qual, durante anos, fortaleceu mais a região Sul e Sudeste do país; a segunda, no próprio campo das políticas públicas de turismo, as quais se concentraram mais em determinadas regiões, a exemplo do Nordeste, estimulando a atividade turística apenas em algumas áreas, mais atreladas ao Turismo de Sol e Praia.

No atual cenário, entretanto, parte desse movimento de expansão e/ou retração de PPGs é realizado pela CAPES, que é a instituição encarregada da avaliação destes Programas no Brasil. A Comissão que avalia tais cursos em Turismo no Brasil engloba também os campos da Administração Pública e de Empresas e Ciências Contábeis, sendo formada por três integrantes: um Coordenador, um Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos e um Coordenador Adjunto

de Programas Profissionais. Na atual formação desse Comitê de Área, todos os integrantes são homens e nenhum atua em PPGs em Turismo ou realiza pesquisa sobre Turismo, o que determina uma falta de representação da esfera turística no Comitê.

Apesar do número reduzido de cursos de pós-graduação em turismo, vários outros programas, em diversas áreas, estudam e pesquisam turismo utilizando múltiplas abordagens. Pimentel, Carvalho e Oliveira (2016) identificaram 57 centros de pesquisa em Turismo, com foco em vários temas, sendo que a maioria dos estudos está relacionado às ciências sociais e aos serviços turísticos. Dessa forma, registra-se que a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo - ANPTUR⁴⁹, embora seja uma iniciativa importante na promoção da pesquisa em Turismo, não representa toda a produção dessa área, cuja intersecção com outros domínios científicos possibilita um amplo leque de pesquisas⁵⁰.

Pimentel, Carvalho e Pimentel (2018) pesquisaram as Estruturas Formais de Investigação em Turismo – EFIT e encontraram 475 grupos na plataforma do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Desses, 241 (50,73%) eram estruturas multidisciplinares, ou tinham origem em outras áreas do conhecimento, com pelo menos uma linha de pesquisa em turismo, e 235 (49,47%) eram especializados no tema do turismo. Nessa pesquisa, foram considerados os grupos especializados em turismo e que tivessem sido criados até o 31 de dezembro de 2016, chegando-se, dessa forma, ao número de 234 grupos, assim distribuídos:

⁴⁹ Instituição detalhada mais à frente.

⁵⁰ Em consulta ao Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, em 2016, foram encontrados 470 registros de grupos que tenham a palavra “Turismo” no nome do grupo, no nome da linha de pesquisa ou na palavra-chave da linha de pesquisa. Ainda, para ilustrar a multidisciplinaridade das pesquisas sobre turismo, foram analisados os projetos e bolsas aprovados em 2016 pelo CNPq. Verificou-se que dos 105 projetos e bolsas aprovados sobre turismo, 78 estavam alocados na área de turismo, cinco de Administração, três de Geociências. Com dois projetos aprovados em cada área: Agronomia, Antropologia, Ecologia, Geografia e Oceanografia. Com um projeto: Arquitetura e Urbanismo, Ciências Ambientais, Divulgação Científica, Economia, Letras, Planejamento Urbano e Regional, Psicologia, Sociologia e Teologia. Cabe observar que a introdução da área de turismo no CNPq foi realizada somente em 2006.

Tabela 3 –EFIT distribuídas no território nacional (N=234)

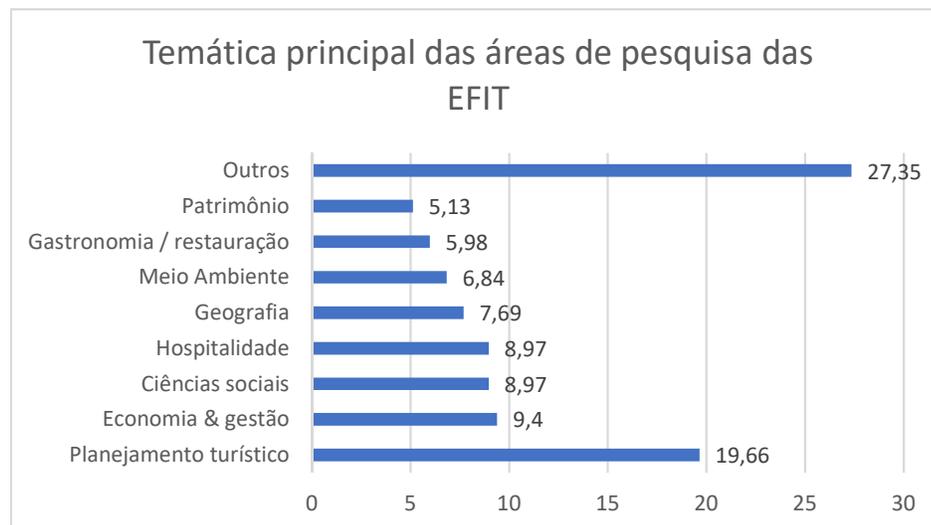
Região	Frequência	Porcentagem
Centro-Oeste	16	6,8
Distrito Federal	9	3,8
Nordeste	70	29,9
Norte	12	5,1
Sudeste	85	36,3
Sul	42	17,9
Total	234	100,0

Fonte: Pimentel, Carvalho e Pimentel, 2018.

Conforme analisado por esses pesquisadores:

Com relação especificamente a temática principal das áreas de pesquisa concentra-se o tema do planejamento turístico em 19,66% das indicações observadas. O eixo de economia & gestão compõe a segunda área mais frequente (9,40%), enquanto as temáticas de ciências sociais e hospitalidade tem cada uma a representatividade de 8,97%. Geografia (7,69%), meio ambiente (6,84%), gastronomia/restauração (5,98%), patrimônio (5,13%) compõem as outras áreas identificadas (PIMENTEL; CARVALHO; PIMENTEL, 2018, p. 8).

A perspectiva apresentada por Pimentel, Carvalho e Pimentel (2018) pode ser melhor ilustrada no gráfico abaixo, a partir do qual observamos a intersecção do turismo com as áreas de Patrimônio, Gastronomia, Meio ambiente, Geografia, Hospitalidade, Ciências sociais, Economia, bem como o percentual relacionado ao Planejamento turístico em si.

Gráfico 2 – Temática principal das áreas de pesquisa das EFIT

Fonte: Adaptado de Pimentel, Carvalho e Pimentel, 2018.

Em “Outros”, estão englobadas as temáticas de agronomia, alimentos, antropologia, arquitetura, eventos, ciências da saúde, ciências humanas, comunicação & marketing, educação, engenharias, enoturismo, entretenimento/lazer, esporte, história, planejamento urbano, psicologia, transportes, turismo geral, turismo internacional, turismo rural, agenciamento (PIMENTEL; CARVALHO; PIMENTEL, 2018). Em consonância aos estudos desses autores, se observa que, de todas as EFIT cadastradas no Diretório do CNPq, cerca de metade são estruturas multidisciplinares. Das especializadas em Turismo, percebe-se uma grande variedade de temáticas, abrangendo ciências humanas, sociais, biológicas, agrárias, saúde. Nas duas primeiras temáticas mais estudadas pelas EFIT, Planejamento Turístico e Economia e Gestão, nota-se uma grande possibilidade de cooperação com os atores envolvidos em políticas públicas, pois essas duas áreas envolvem tomada de decisão do Governo.

Em 2002, foi fundada a Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), reunindo as instituições superiores brasileiras que possuem Programas de Mestrado e/ou Doutorado em Turismo, Hotelaria, Lazer ou áreas afins. Essa instituição promove, anualmente, o Seminário da ANPTUR, que, em 2018, realizou sua XV edição. Esse evento visa propiciar espaço multidisciplinar para a difusão do conhecimento científico em turismo, proporcionando o diálogo de temas relevantes da área. Além disso, visa “[...] congrega docentes, discentes e pesquisadores dos programas filiados à ANPTUR, bem como, estudiosos do turismo e áreas afins vinculados à programas de pós-graduação de universidades brasileiras e estrangeiras” (ANPTUR, 2018, *on-line*).

A ANPTUR é responsável também pela edição da Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo – RBTur, criada em 2007 e publicada quadrimestralmente. As universidades vinculadas à ANPTUR são responsáveis pela edição das seguintes revistas: Turismo: visão e ação (Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI); Turismo em Análise (Universidade de São Paulo - USP); Rosa dos ventos (Universidade Caxias do Sul – UCS); Revista Hospitalidade (Universidade Anhembi Morumbi - UAM); Turismo Contemporâneo (Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN); Turismo e Sociedade (Universidade Federal do Paraná – UFPR); Cenários (Universidade de Brasília – UnB), conforme informações disponibilizadas pela ANPTUR (2017).

As divisões científicas e os grupos de trabalho do Seminário da ANPTUR refletem as subáreas de estudos do Turismo consideradas mais importantes por essa instituição para a pesquisa. Para o XVI Seminário da ANPTUR, as divisões foram estruturadas conforme o quadro 4:

Quadro 4 – Divisões Científicas do XVI Seminário da ANPTUR

Divisão Científica	Temas	Grupos de Trabalho
I - Destinos Turísticos	Abordagens de gestão aplicadas à destinos e locais turísticos; sustentabilidade e competitividade de destinos; governança em turismo; políticas nacionais e regionais de turismo; planejamento turístico integrado; desenvolvimento local e regional; impactos do turismo; território e espaço; turismo e meio ambiente.	1. Políticas nacionais e regionais de turismo 2. Planejamento e gestão de destinos turísticos 3. Turismo, espaço e natureza
II - Gestão em Turismo	Princípios e fundamentos da gestão aplicados à organizações e negócios em turismo; qualidade de serviços turísticos; estratégias corporativas para negócios turísticos; sistemas de informação em turismo; novas tecnologias de informação e comunicação; inovação e criatividade; marketing para organizações turísticas; comportamento do consumidor; recursos humanos; temas emergentes em gestão de organizações e de negócios em turismo.	4. Gestão de negócios turísticos 5. Marketing de negócios e destinos turísticos 6. Tecnologias da comunicação e informação em turismo
III - Sociedade e Cultura	Interface entre turismo, sociedade e cultura; identificação e caracterização de recursos culturais materiais e imateriais de interesse turístico; estudos sobre patrimônio, formas de preservação e de resgate da história e da memória; meios de valorização da cultura através do turismo; importância do turismo na valorização da cultura; gastronomia e restauração; manifestações sociais e seus significados para o turismo.; mobilidades em turismo; lazer e entretenimento.	7. Turismo e cultura 8. História e turismo 9. Gastronomia e restauração 10. Turismo e sociedade 11. Mobilidades e turismo 12. Lazer e entretenimento 13. Estudos de gênero e turismo
IV - Hospitalidade	Relação entre acolhedor e acolhido, tanto na dimensão individual quanto coletiva e suas interfaces com o turismo; espaços físico-territoriais, organizacionais e ambientais como espaços de hospitalidade; práticas de acolhimento nas relações entre comunidades locais e visitantes/turistas/migrantes; práticas culturais de receber, hospedar, alimentar e entreter em interações sociais que configuram a hospitalidade nos âmbitos social, privado, público, comercial e também digital, não se restringindo ao acolhimento relacionado à visitação turística ou ao fenômeno migratório.	14. Hospitalidade nas empresas 15. Hospitalidade e sociedade
V - Formação e Pesquisa Científica	Ensino e pesquisa científica nas áreas do turismo, do lazer e da hospitalidade nos níveis de graduação e pós-graduação; epistemologia aplicada aos campos de estudos turismo; paradigmas científicos e produção de conhecimento em turismo; métodos científicos e metodologias de pesquisa aplicados aos estudos do turismo; resultados e impactos da pesquisa e da formação em turismo; pesquisa como mecanismo de interação entre diferentes níveis de formação; produção científica, qualificação e impacto; internacionalização da pesquisa e formação de excelência em turismo, lazer e hospitalidade.	16. Epistemologia, métodos e técnicas da pesquisa em turismo 17. Produção e comunicação científica em turismo 18. Formação e qualificação para o turismo

Fonte: ANPTUR (2019).

Na última divisão científica, percebe-se a preocupação da ANPTUR na área de Formação e Pesquisa Científica em Turismo que, além dos aspectos teóricos como epistemologia, metodologia e paradigmas, tem interesse justamente nos resultados e impactos da pesquisa e da formação em turismo, além de temas como internacionalização e produção científica.

Esse tópico pretendeu mostrar o início, desenvolvimento e estágio atual da pesquisa científica em Turismo no Brasil. Apesar da pouca idade e distribuição regional dos cursos de pós-graduação em turismo, percebemos que as EFIT estão presentes, em maior ou em menor escala, em todas as regiões do País, contribuindo para a realização de estudos científicos que, devido à sistemática acadêmica, pode contribuir para a formulação/reformulação de políticas públicas.

4.2 ANÁLISE DOS DADOS

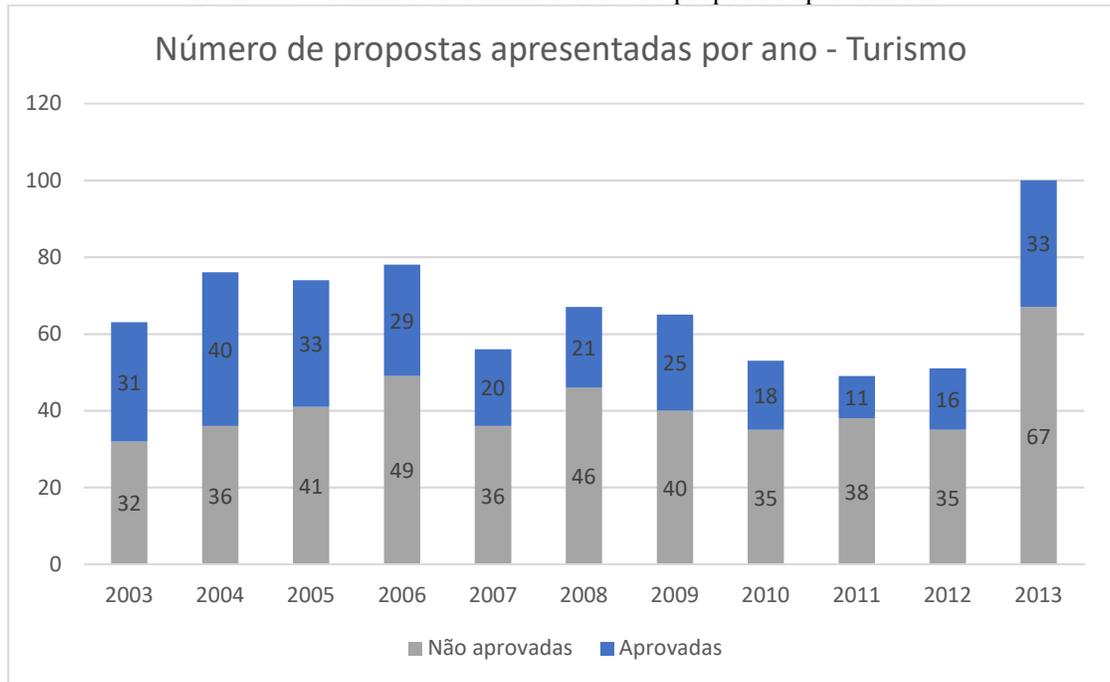
4.2.1 Análise da demanda de propostas de auxílios e bolsas

Considerando que o Turismo é uma área que dialoga com muitos outros campos do conhecimento e isso, em certa medida, é uma característica favorável para a construção de estudos multidisciplinares, buscou-se, então, evidenciar, neste estudo, tal aspecto do campo turístico⁵¹. Após o tratamento da planilha⁵², foram encontrados 732 processos submetidos ao CNPq entre 01/01/2003 a 31/12/2013 que incluíram a palavra-chave “turismo” no campo apropriado, em qualquer área, em qualquer modalidade de apoio. Desses, 277 foram aprovados.

A seguir, apresentamos a demanda e o número de propostas aprovadas por ano, em todas as modalidades, conforme o gráfico 3:

⁵¹ Para isso, conforme visto, utilizou-se a palavra-chave “turismo” para selecionar os processos.

⁵² Eliminação de: processos cancelados pelo envio de um substitutivo quando da inscrição; processos com números iguais, mas situação diferentes (reconsideração, renovação, prorrogação etc); processos iniciados antes de 2003 e que tiveram algum pagamento em 2003.

Gráfico 3 – Análise da demanda bruta de propostas apresentadas

Fonte: Dados da pesquisa (2019), fornecidos pelo CNPq.

Convém salientar que logo após a aprovação do turismo como área no CNPq, em 2006, o número de propostas diminuiu. Esse trabalho tem o objetivo principal de verificar o retorno dos resultados desse processo para a sociedade, por isso, esse decréscimo de propostas não será objeto de análise. Esse primeiro olhar sobre o fomento do turismo certamente trará outras questões como essa que poderão ser investigadas posteriormente. Após ligeira queda do número de propostas em 2007, o número de propostas subiu um pouco e começou a cair novamente a partir de 2009 e em 2013 subitamente dobrou. Nessa época, os investimentos em ciência e tecnologia ainda estavam em crescimento.

O gráfico 3 corresponde à demanda bruta apresentada ao CNPq, referente a todos os auxílios e bolsas que colocaram a palavra “Turismo” dentre as palavras-chave no projeto de pesquisa. Desses, 36% foram contratados, 62% não foram aprovados e 2% foram aprovados, porém, não implementados. A não implementação se deve à desistência do proponente. Quanto ao sexo dos proponentes, verificamos certo equilíbrio entre homens e mulheres. As mulheres apresentaram 52% das propostas, enquanto os homens 48%. Quando da aprovação, esse equilíbrio se manteve, tendo as mulheres subido um ponto, isto é, elas tiveram 53% das propostas aprovadas, enquanto os homens tiveram 47%, conforme tabela 4:

Tabela 4 – Sexo dos proponentes

Sexo	Total	Porcentagem	Aprovadas	Porcentagem
Feminino	379	52%	147	53%
Masculino	353	48%	130	47%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto à modalidade de bolsas e auxílios, temos a seguinte distribuição de propostas:

Tabela 5 – Propostas de Turismo por modalidade de bolsa/auxílio

Modalidade	Propostas	Aprovadas
APQ - Auxílio Projeto Individual de Pesquisa	299	94
PQ - Bolsa Produtividade em Pesquisa	114	36
AI - Auxílio Integrado	89	27
GM - Bolsa Mestrado	63	57
ARC - Auxílio Promoção de Eventos Científicos, Tecnológicos e/ou de Inovação	49	18
GDE - Bolsa Doutorado no Exterior	30	0
PDE - Bolsa Pós-doutorado no Exterior	21	10
AVG - Auxílio Participação em Eventos Científicos	20	3
GD - Bolsa Doutorado	19	19
SWE - Bolsa Doutorado Sanduíche no Exterior	4	2
IC - Bolsa Iniciação Científica	4	4
PD - Bolsa Pós-Doutorado	3	1
DT - Bolsa Desenvolvimento Tecnológico	3	1
AED - Auxílio Editoração	3	1
RD - Bolsa Recém Doutor*	2	1
PV - Bolsa Pesquisador Visitante	2	1
PDJ - Bolsa Pós-Doutorado Júnior	2	1
SPE - Bolsa Treinamento no Exterior	1	0
PDS - Bolsa Pós-Doutorado Sênior	1	0
PDI - Pós-Doutorado Empresarial	1	1
DCR - Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional	1	0
APV - Auxílio Pesquisador Visitante	1	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019), adaptados de CNPq.

*bolsa extinta

Nota-se predominância das modalidades de apoio à pesquisa, sendo APQ em 1º lugar, com total de 299 propostas e em 3º lugar a modalidade de Auxílio Integrado, com 89. Assim, verifica-

se que a demanda total de apoio a projetos de pesquisa foi de 387. Em seguida, a maior demanda foi para bolsa de Produtividade em Pesquisa, com 114 propostas. Segue a demanda por bolsas de Mestrado, com 63 propostas, e, em seguida, o auxílio de promoção de eventos, com 49 propostas. Curioso notar que logo em seguida vem a demanda por bolsas de Doutorado no Exterior, com 30 propostas. Apesar da importância de se formarem novos pesquisadores em nível de doutorado, devido à existência de somente cinco cursos de doutorado no País, todos a partir de 2013, não foi aprovada nenhuma bolsa nessa modalidade. A bolsa de Doutorado no Exterior é importante, pois agrega aos cursos do País novas ideias, metodologias e pontos de vista, trazendo a diversidade e internacionalização necessárias a um Programa de Pós-Graduação.

Quanto às propostas de Pós-Doutorado no Exterior foram apresentadas 21, sendo dez aprovadas, quase 50%. Como no caso da bolsa GDE, o apoio à modalidade PDE é muito importante para a Pós-Graduação em geral, e em Turismo mais ainda, devido à consolidação desses cursos no Brasil. Em seguida temos o auxílio para Participação em Eventos Científicos, com 20 propostas apresentadas e somente 3 aprovadas. Os beneficiários das bolsas de Doutorado no País (GD) são escolhidos pelo próprio Programa de Pós-Graduação, pois o CNPq concede cotas a esses Programas. Assim, 19 bolsas foram aprovadas. Considerando que o período dessa pesquisa termina em 2013, nenhuma bolsa GD foi concedida aos Programas de Pós-Graduação em Turismo, lembrando que se delimitou a pesquisa por palavra-chave, não por área.

Conforme tabela 6, essas bolsas foram para as áreas de Geografia (7), Ecologia, Recursos Florestais e Engenharia Florestal e Engenharia Ambiental (2 cada) e Antropologia, Arqueologia, Arquitetura e Urbanismo, Comunicação, Educação, e Engenharia de Produção (1 cada). Devido à multidisciplinaridade do Turismo, é importante que outras áreas pesquisem esse tema. No entanto, é importante estar atento para que o olhar seja holístico, buscando a transdisciplinaridade.

Tabela 6 – Bolsas de Doutorado por Área de Conhecimento

Área de Conhecimento – Bolsas GD	Total	Área de Conhecimento – Bolsas GD	Total
Geografia	7	Arqueologia	1
Ecologia	2	Arquitetura e Urbanismo	1
Recursos Florestais e Engenharia Florestal	2	Comunicação	1
Engenharia Ambiental	2	Educação	1
Antropologia	1	Engenharia de Produção	1

Fonte: Dados da pesquisa, adaptados de CNPq (2019).

Com relação à bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior, somente quatro propostas foram apresentadas e duas aprovadas. Como as bolsas GDE e PDE, a bolsa SWE é importante para trazer novas perspectivas de estudo e novas metodologias, aprofundamento teórico, realizar coleta ou tratamento de dados, com a vantagem de que o bolsista permanece até doze meses no exterior, o que diminui o custo do apoio. Ainda com quatro propostas, temos as solicitações para bolsas de Iniciação Científica, as quais são importantes pois têm a finalidade de “[...] despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação universitária” (CNPq,2017, *on-line*).

Com três propostas cada, tem-se as bolsas de Pós-Doutorado, Desenvolvimento Científico e Tecnológico e o Auxílio Editoração. Todos tiveram uma proposta aprovada. Com duas propostas apresentadas, temos Recém-Doutor, Pesquisador Visitante e Pós-Doutorado Júnior, com uma proposta aprovada cada. Com uma proposta apresentada, temos as modalidades de bolsa Treinamento no Exterior, Pós-Doutorado Sênior, Pós-Doutorado Empresarial, Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional e o Auxílio Pesquisador Visitante, sendo que a única aprovada foi a bolsa de Pós-Doutorado Empresarial. Em todas as áreas, principalmente no Turismo, é importante, além da multidisciplinaridade, o envolvimento com o Setor Produtivo, considerando também o Governo.

Foram apresentadas propostas em 43 áreas de conhecimento diferentes e na área Multidisciplinar, que não existe mais no CNPq, conforme tabela 7.

Tabela 7 – Propostas por área de conhecimento

Área de Conhecimento	Propostas	Aprovadas	Área de Conhecimento	Propostas	Aprovadas
Turismo	395	136	Geociências	7	2
Geografia	75	45	Multidisciplinar	6	5
Administração	50	13	Arqueologia	6	3
Ciência da Computação	28	6	Letras	5	2
Antropologia	28	14	História	4	1
Sociologia	19	7	Engenharia de Produção	4	4
Planejamento Urbano e Regional	16	2	Educação	4	2
Ecologia	14	6	Recursos Florestais e Engenharia Florestal	3	3
Arquitetura e Urbanismo	14	8	Oceanografia	3	1
Economia	10	2	Comunicação	3	3
Agronomia	10	4			

Fonte: Dados da pesquisa (2019), adaptados de CNPq.

Nota-se que, mesmo tendo sido implementada somente em 2006, a área de Turismo teve mais propostas apresentadas, 395, correspondendo a 57%. Em seguida, as áreas que mais apresentaram propostas sobre turismo foram Geografia, com 75 propostas (11%), Administração, com 50 propostas (7%), Ciência da Computação e Antropologia com 28 cada (4%), Sociologia com 19 (3%), Planejamento Urbano e Regional com 16 (2%), Ecologia e Arquitetura e Urbanismo com 14 e Engenharias, com 11, (2%), Com 1% cada área, tem-se Economia e Agronomia, com dez propostas cada, Geociências, com sete, Multidisciplinar e Arqueologia, com seis cada e Letras, com cinco.

Ainda foram apresentadas propostas nas áreas de História e Educação (quatro propostas cada), Recursos Florestais e Engenharia Florestal, Oceanografia e Comunicação (três cada), Serviço Social, Psicologia e Medicina (duas cada). Com uma proposta apresentada temos Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável, Tecnologia da Informação e Comunicação, Saúde Coletiva, Química, Parasitologia, Museologia, Física, Farmacologia, Educação Física, Divulgação Científica, Direito, Demografia, Ciências Ambientais, Ciência Política e Ciência da Informação. Enfatiza-se, como visto na análise bibliográfica, que várias áreas pesquisam sobre turismo.

Quanto às instituições, tivemos 176 instituições diferentes, entre acadêmicas e do setor privado, que apresentaram propostas sobre Turismo. Na tabela 8, conforme observa-se a seguir, foram exibidas somente as instituições que apresentaram pelo menos três propostas e tiveram pelo menos duas propostas aprovadas. A tabela com todas as instituições que tiveram propostas aprovadas e a listagem das instituições que não tiveram propostas aprovadas estão apresentadas no Apêndice C. Verifica-se, a partir do painel apresentado na tabela 8 e neste Apêndice, que há uma diversidade de instituições, tanto públicas como privadas, de acordo com a natureza das Chamadas Públicas, às quais as propostas foram submetidas, estas últimas ilustradas no próximo Quadro (Quadro 5).

Tabela 8 – Propostas por instituição

Instituição	Total	Aprov.
Universidade de São Paulo	43	24
Universidade de Caxias do Sul – RS	35	15
Universidade Federal do Rio de Janeiro	24	13
Universidade do Vale do Itajaí – SC	44	11
Universidade Federal de Pernambuco	18	10
Universidade Estadual Paulista	16	10
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	29	9
Universidade Estadual de Santa Cruz - BA	21	9
Universidade Federal do Pará	17	9
Universidade de Brasília	17	8
Universidade Federal do Ceará	12	8
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	12	8
Universidade Federal de Santa Catarina	15	7
Universidade Federal de Alagoas	11	7
Universidade Estadual do Ceará	9	7
Universidade Federal do Paraná	18	6
Universidade Federal da Paraíba	11	6
Universidade Federal de Santa Maria - RS	11	5
Fundação Getúlio Vargas - RJ	8	5
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo	5	5
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	15	4
Universidade Anhembi Morumbi - SP	5	4
Fundação Universidade Regional de Blumenau	15	3
Universidade Federal da Bahia	9	3
Universidade Estadual de Campinas	7	3
Universidade Federal de Campina Grande - PB	7	3
Universidade Federal de São Carlos - SP	5	3
Universidade Estadual de Londrina - PR	4	3
Universidade Federal de Uberlândia - MG	4	3
Universidade Federal do Piauí	4	3
Fundação Getulio Vargas - SP	3	3
Universidade Federal de Viçosa - MG	8	2
Universidade Federal de Minas Gerais	6	2
Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - SC	3	2
Universidade Estadual de Goiás	3	2

Fonte: Dados da pesquisa, fornecidos pelo CNPq, 2019.

Entre as instituições que mais enviaram propostas, estão algumas que possuem curso de pós-graduação em Turismo, como Universidade do Vale do Itajaí (primeira, com 44 propostas apresentadas), Universidade de São Paulo (segunda, 43), Universidade de Caxias do Sul (terceira, 35) e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (quarta, 29). Em quinto e sexto lugares das instituições que apresentaram mais propostas, destacam-se duas que não possuem curso de pós-graduação em Turismo, a saber, Universidade Federal do Rio de Janeiro (24) e Universidade Estadual de Santa Cruz (21).

Cumprе observar, no que se refere à Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, em Ilhéus-BA, que já houve nesta instituição um curso de Mestrado em Cultura e Turismo, o qual, em virtude da ausência de um curso de graduação em Turismo, era subsidiado pelo diálogo com as disciplinas de Letras e de História. Porém, esse Programa de Pós-Graduação não está mais em funcionamento, visto que foi descredenciado pela CAPES, em virtude de uma sucessão de avaliações que não progrediam.

Logo após a quinta e a sexta colocações, há outras duas instituições com cursos de pós-graduação em Turismo, as Universidades Federais do Paraná e de Pernambuco, com 18 cada. Com 17 propostas apresentadas, tem-se a Universidade de Brasília, que teve seu curso de pós-graduação em Turismo descredenciado e a Universidade do Pará, que não possui curso. Das outras três instituições que possuem curso de pós-graduação em Turismo, a Universidade Estadual do Ceará apresentou nove propostas e a Universidade Federal Fluminense apresentou seis. O Instituto Federal de Sergipe não apresentou propostas no período estudado. Destaca-se também instituições privadas na área de tecnologia da informação, com grande potencial de agregar inovações à pesquisa sobre turismo.

O grande número de instituições que desenvolveu pesquisas sobre turismo no período pesquisado enfatiza, novamente, a multidisciplinaridade do Turismo, que é pesquisado em diversos outros Programas de Pós-Graduação. Verifica-se também grande diversidade de tipos de chamada pública às quais os pesquisadores submeteram propostas, conforme quadro 5. As chamadas com mais propostas foram a Chamada Universal e a Chamada de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, correspondendo a 36% da demanda. Essas duas chamadas eram anuais no período pesquisado, mas, devido à crise econômica a partir de 2016, elas são lançadas quando há recursos financeiros disponíveis.

Quadro 5 – Propostas por Chamada Pública

Chamada	Forma de divulgação	Ano	Total	Aprovados
Universal	Chamada periódica		135	44
Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	Chamada periódica		128	47
Produtividade em Pesquisa - PQ	Chamada anual		114	36
Cotas do Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado)	Cotas pós-graduação		76	76
Apoio à Realização de Eventos Científicos - ARC	Chamada anual		49	18
Doutorado no Exterior - GDE	Calendário		28	0
Pós-Doutorado no Exterior - PDE	Calendário		21	10
Apoio à Participação em Eventos Científicos no Exterior - AVG	Fluxo contínuo		20	3
Programa RHAЕ	Chamada periódica		16	5
Pós-doutorado Júnior - PDJ	Calendário		10	5
Projeto Integrado de Pesquisa - AI	Calendário		10	5
Apoio Técnico a Projetos de Pesquisa Científica e Tecnológica	Chamada		10	2
Iniciação Científica - IC	Chamada bianual		7	7
Apoio Técnico	Chamada		7	4
Apoio a Projetos de Extensão Tecnológica Inovadora para Agricultura Familiar	Chamada	2007	6	1
Apoio a Museus e Centros de Ciências	Chamada	2003	5	2
Doutorado Sanduíche - SWE	Calendário		4	2
Difusão e Popularização da C&T	Chamada		3	1
Editoração	Chamada		3	1
Pós-Doutorado - PD	Calendário		3	1
Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora - DT	Chamada		3	1
Pesquisador Visitante - PV	Calendário		2	1
Recém Doutor ⁵³ - RD	Fluxo contínuo	2003	2	1
Apoio financeiro a projetos que visem contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico na Amazônia Legal	Chamada	2009	1	1
Encomendas MCT/FINEP - Encomenda Vertical de Projetos de Pesquisa	Encomenda	2010	1	1
Pós-doutorado Empresarial - PDI	Calendário		1	1
Projetos de Desenvolvimento Tecnológico e de Inovação	Chamada	2004	1	1

Fonte: Produzida pela autora com as informações concedidas pelo CNPq, 2019.

A chamada de bolsa de Produtividade em Pesquisa vem logo a seguir, com 114 propostas apresentadas. Seguem as propostas de bolsas de Mestrado e Doutorado que, apesar de estarem em quarto lugar na demanda (juntas), estão em primeiro lugar no número de propostas aprovadas, pois elas são concedidas por meio de cotas às universidades. O fomento a essas modalidades é

⁵³ Bolsa extinta

importante para consolidação dos cursos de pós-graduação no País, além de promoverem o desenvolvimento de novas pesquisas e a formação de mais estudantes enquanto pesquisadores – o que se converte, de modo geral, em mais benefícios para a sociedade.

Destaca-se igualmente a participação no Programa RHAÉ - Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas, que é destinado à inserção de mestres e doutores em empresas privadas, preferencialmente de micro, pequeno e médio porte. Verifica-se também a participação em chamadas nos mais diversos temas, nem sempre contempladas com apoio. Podemos identificar chamadas ligadas ao desenvolvimento social, como Agricultura Familiar, Economia Criativa, Planos Diretores Participativos (esse também ligado diretamente a Políticas Públicas), Tecnologias para Inclusão Social. Há também chamadas relacionadas ao meio ambiente, como conservação dos recursos hídricos e revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Nota-se também a participação em chamadas com viés tecnológico, além do Programa RHAÉ, como a do Programa Start-up Brasil (apesar de não ter nenhuma proposta aprovada) e o apoio a projetos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento científico com inovação tecnológica e foco no mercado global de Tecnologia da Informação – TI. O Programa Start-up Brasil foi criado pelo MCTIC em 2012, e tem como objetivo apoiar soluções inovadoras em software, hardware e serviços de tecnologia da informação (TI)⁵⁴.

As chamadas que não tiveram nenhuma proposta aprovada foram: Programa Start-up Brasil (oito propostas apresentadas), Prêmio Fotografia-Ciência & Arte (cinco), Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação – PEC-PG (cinco), Apoio a instalação de infraestrutura e o desenvolvimento de projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação executados por jovens pesquisadores (três), Apoio a Elaboração de Planos Diretores Participativos (três), Apoio a grupos emergentes e consolidação na área de recursos hídricos (três), Apoio a projetos de pesquisa em Tecnologia da Informação – TI⁵⁵ (três), Consolidação de Novos Campi e Novas Universidades (três), Economia Criativa (três), Apoio a projetos de extensão e disponibilização

⁵⁴ (MCTIC, disponível em:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/salaImprensa/noticias/arquivos/2018/02/StartUp_Brasil_divulga_50_projetos_selecionados_para_turma_5_do_programa.html, acessado em 24/02/2019.

⁵⁵ Apoio a projetos de pesquisa aplicada ou de desenvolvimento científico com inovação tecnológica e foco no mercado global de Tecnologia da Informação – TI, em Software Livre para os diversos setores econômico-sociais e áreas temáticas afins, voltados para aplicações tais como: Governo Eletrônico, Saúde, Educação, Segurança, Comércio Eletrônico, Geoprocessamento e Entretenimento

de tecnologias para inclusão social nos temas água e alimentação humana e animal (dois), Apoio a projetos de pesquisa sobre temas ligados à proteção e ao desenvolvimento social (dois)⁵⁶, Concessão de Bolsas de Mestrado e Doutorado a orientadores (dois), Doutorado no Exterior – GDE (CsF) (dois), Programa CPLP (2).

Por sua vez, com um projeto apresentado, destacam-se as seguintes chamadas: Apoio a Grupos de Pesquisa Vinculados a Programas de Pós-Graduação, Apoio a Pesquisador Visitante – APV, Apoio a Projetos de Tecnologias Apropriadas à Agricultura Familiar, Apoio a projetos integrados de geração e disponibilização de tecnologias de base ecológica apropriadas para a agricultura familiar, Bolsa Pesquisador Visitante Especial – PVE, Conservação dos Recursos Hídricos e o Aumento da Produção de Água em Unidades Rurais de Base Familiar, Convênio CNPq/CESMAT – França, Convênio CNPq/CNR – Itália, Convênio CNPq/DFG – Alemanha, Convênio CNPq/NSF – Estados Unidos, Desenvolvimento da Agricultura familiar do País, Encomendas DCR – Desenvolvimento Científico Regional, Formação e Fixação de Recursos Humanos para Amazônia, Pós-doutorado Sênior – PDS, Prêmio Jovem Cientista, Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz, Programa PROSUL, Relações de Gênero, Mulheres e Feminismos, Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Saúde da Mulher.

Apesar de não ter tido sucesso com nenhuma proposta aprovada, verifica-se o esforço em estabelecer cooperação internacional e conseqüente internacionalização da pós-graduação, pela participação nas Chamadas dos Convênios Bilaterais (França, Itália, Alemanha e Estados Unidos), no Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação - PEC-PG⁵⁷, no Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua

⁵⁶ No âmbito do Plano Brasil Sem Miséria e de programas, ações e serviços do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

⁵⁷ Com parceria do MRE e da CAPES, criado em 1981, oferece bolsas de estudo para estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil possui acordo, para formação em cursos de pós-graduação *strictu sensu* em Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras (MRE, disponível em <http://www.dce.mre.gov.br/PEC/PECPG.php>, acessado em 24/02/2018).

Portuguesa – Programa CPLP58, Programa de Pós-Graduação CNPq/MCT-Mz⁵⁹ e Programa PROSUL⁶⁰.

Na análise por Unidade da Federação e Região, percebemos a concentração das propostas por pesquisadores das Regiões Sul e Sudeste, conforme quadros abaixo. No quadro 6 a seguir, acrescentou-se também as propostas por países, seja em projetos conjuntos de cooperação ou bolsas.

Quadro 6 – Propostas por Região/País

Região	Total	Aprovados	Região	Total	Aprovados
SUDESTE	215	96	Inglaterra	3	2
SUL	209	73	Estados Unidos	2	1
NORDESTE	175	68	México	2	0
CENTRO-OESTE	52	19	Austrália	1	0
NORTE	24	9	Canadá	1	0
Portugal	20	2	Costa Rica	1	0
Espanha	18	5	Cuba	1	0
França	7	2	Itália	1	0

Fonte: Dados da pesquisa (2019), adaptados de CNPq.

Percebe-se grande número de propostas apresentadas para os países de Portugal e Espanha, chegando a superar a demanda de alguns estados da federação. Observa-se também a participação nula (Rondônia, Acre, Amapá) ou quase nula de alguns estados com potencial turístico, como Espírito Santo, Sergipe e Tocantins. No quadro 7, representado a seguir, é apresentada uma síntese dessas informações, a fim de sejam melhor visualizadas:

⁵⁸ “visa apoiar iniciativas em Ciências Sociais com ênfase em Sociologia, Antropologia e Ciência Política, de interesse comum entre os países da CPLP, ampliando-se assim a cooperação; a capacitação e intensificando os esforços cooperativos de pesquisa em Ciências Sociais, com o fomento e a articulação entre os organismos multilaterais e os projetos de cooperação” (CNPq, 2005, *on-line*).

⁵⁹ “tem por objetivo contribuir no desenvolvimento do Programa de Recursos Humanos de Moçambique, possibilitando que cidadãos moçambicanos realizem seus estudos em instituições de ensino superior brasileiras para aprimorar o seu conhecimento e experiência, na expectativa de contribuírem para o desenvolvimento sócio-econômico do país, bem como para a maior interação com o Brasil (CNPq, 2014, *on-line*).

⁶⁰ “tem por objetivo apoiar atividades de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação (C&T&I) entre grupos brasileiros e dos demais países sul-americanos, as quais contribuam, de forma sustentada, para o desenvolvimento científico e tecnológico da região” (CNPq, 2010, *on-line*).

Quadro 7 – Propostas por Estado/País

Unidade da Federação / País	Total	Aprovados	Unidade da Federação / País	Total	Aprovados
São Paulo	115	60	Mato Grosso do Sul	8	3
Rio Grande do Sul	90	34	França	7	2
Santa Catarina	83	27	Mato Grosso	5	0
Rio de Janeiro	55	24	Piauí	4	3
Minas Gerais	44	12	Amazonas	4	0
Bahia	41	13	Inglaterra	3	2
Paraná	36	12	Estados Unidos	2	1
Rio Grande do Norte	31	8	México	2	0
Pernambuco	30	10	Austrália	1	0
Ceará	25	17	Canadá	1	0
Distrito Federal	20	10	Costa Rica	1	0
Paraíba	20	9	Cuba	1	0
Portugal	20	2	Espírito Santo	1	0
Goiás	19	6	Itália	1	0
Pará	18	9	Roraima	1	0
Espanha	18	5	Sergipe	1	0
Alagoas	12	7	Tocantins	1	0
Maranhão	11	1			

Fonte: Dados da pesquisa (2019), adaptados de CNPq.

4.2.2 Análise da demanda de propostas de projetos de pesquisa

A primeira parte da análise de dados investigou a demanda total de propostas apresentadas entre 2003 e 2013, em todas as modalidades de bolsas e auxílios. As modalidades que apoiam os projetos de pesquisa são o Auxílio Integrado (AI) e o Auxílio à Pesquisa (APQ). Não há registro de normas na página do CNPq regulamentando o AI. O último registro desse apoio nos Relatórios de Gestão do CNPq é do ano de 2012. No entanto, essa nomenclatura, apesar de não registrada em norma, referia-se aos projetos de pesquisa que integravam recursos de custeio, capital e bolsa. O auxílio APQ também tem a mesma finalidade e está normatizado, por isso deixou-se de usar o termo AI.

Conforme Resolução Normativa vigente sobre o auxílio APQ, ele tem a finalidade de “apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e/ou de inovação, mediante o apoio financeiro a projetos que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico e tecnológico do País, em todas as áreas do conhecimento” (CNPq, 2011a, *on-line*). A demanda total dessas duas modalidades foi de 387 projetos. Destes, 121 foram aprovados, correspondendo a 31% da demanda total. Dos aprovados, sete processos não foram implementados, correspondendo a 5% destes. Dessa

forma, foram 114 propostas implementadas. Comparando com a demanda total, os processos não implementados nessa modalidade correspondem a 2%, porcentagem bem menor do que o encontrado quando comparamos todas as modalidades.

Considerando todas as modalidades de bolsas e auxílios, a participação feminina foi majoritária (53%). Porém, considerando somente os projetos de pesquisa (modalidades APQ e AI), verificamos que a participação feminina cai, na demanda, para 46,5%, tendo, aprovados, 48% dos projetos, conforme tabela 9 abaixo:

Tabela 9 – Propostas por sexo do proponente

Sexo	Demanda	Porcentagem	Aprovados	Porcentagem
Feminino	180	46,5%	55	48%
Masculino	207	53,5%	59	52%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A maioria dos projetos foi aprovada nas chamadas tradicionais do CNPq, a de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas (40%) e a Universal (35%)⁶¹. Por essa análise, verificamos que a principal forma de apoio à pesquisa em Turismo no CNPq é por meio das chamadas tradicionais do CNPq.

Quadro 8 – Propostas por Chamada Pública

Nome Chamada	Ano	Total
Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas	Anual	46
Universal	Anual	40
Apoio Técnico	Esporádica	6
Pós-doutorado Júnior – PDJ	Esporádica	4
RHAE - Pesquisador na Empresa	Esporádica	4
Projeto Integrado de Pesquisa – AI	2002	5
Iniciação Científica	Bianual	3
Apoio a Museus e Centros de Ciências	2003	2
Edital nº 19/2009 - Amazônia Legal	2009	1
Difusão e Popularização da C&T	2007	1
Agricultura Familiar	2007	1
Edital CNPq 14/2004 - Concessão de bolsas de fomento tecnológico	2004	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

⁶¹ Conforme visto, essas chamadas, no período pesquisado, eram lançadas anualmente, porém, devido aos recentes problemas orçamentários, na atualidade somente são lançadas quando há recursos disponíveis.

As chamadas específicas, como a de Agricultura Familiar, na maioria das vezes, são lançadas em parceria com outros Ministérios. Nesse caso específico, aportaram recursos o então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e o então Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Na análise da demanda total, incluindo todas as modalidades de apoio, houve propostas apresentadas para 43 diferentes áreas e na área multidisciplinar. Já os projetos de pesquisa aprovados contaram com propostas em quatorze áreas diferentes, sendo a maioria em turismo (68%), seguida de Geografia (10%), Ciência da Computação, Sociologia e Administração (4%), e, empatadas, Arquitetura e Urbanismo e Letras com 2%. Com uma proposta aprovada em cada, correspondendo a 1%, temos as áreas de Antropologia, Comunicação, Ecologia, Economia, Geociências, História e Planejamento Urbano e Regional. Mesmo tendo sido implantada somente em 2006, a área de Turismo é a que tem o maior número de propostas apresentadas e aprovadas sobre esse assunto. Verificamos que Geografia se destaca como segunda área (depois do próprio Turismo) que mais pesquisa o assunto no CNPq.

Tabela 10 – Propostas por área do conhecimento

Área de Conhecimento	Total	Porcentagem	Área de Conhecimento	Total	Porcentagem
Turismo	78	68%	Antropologia	1	1%
Geografia	11	10%	Comunicação	1	1%
Ciência da Computação	5	4%	Ecologia	1	1%
Sociologia	5	4%	Economia	1	1%
Administração	4	4%	Geociências	1	1%
Arquitetura e Urbanismo	2	2%	História	1	1%
Letras	2	2%	Planejamento Urbano e Regional	1	1%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As propostas aprovadas estão distribuídas entre 46 instituições diferentes. As instituições com maior número de propostas aprovadas são as que têm programas de pós-graduação na área de Turismo. Com nove propostas aprovadas em cada, temos a UCS e a UNIVALI, seguidas da USP, com oito. Apesar de não ter curso de pós-graduação na área de turismo, a UFPA destaca-se nas pesquisas nessa área, empatada com a USP no número de aprovações. Com cinco propostas temos a UnB, cujo curso foi descredenciado em 2017, e a UFAL, que não possui PPG na área. Com quatro propostas cada, há duas instituições com PPGs, a UECE e a UFRN, e duas sem PPGs, a UESC que,

conforme vimos, possuía mestrado em Cultura e Turismo em 2012, e a PUC-GO. O quadro 9, com o quantitativo de todas as propostas aprovadas segue abaixo:

Quadro 9 – Propostas por instituição

Instituição	Total	Instituição	Total
Universidade de Caxias do Sul	9	Centro Universitário de Brusque	1
Universidade do Vale do Itajaí	9	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1
Universidade de São Paulo	8	Fundação Getulio Vargas - SP	1
Universidade Federal do Pará	8	Invenio Software Inteligente Limitada	1
Universidade de Brasília	5	OxenTI Soluções em Tecnologia da Informação	1
Universidade Federal de Alagoas	5	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	4	Synopsis Internet e Computação Gráfica	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	4	Universidade Estadual de Londrina	1
Universidade Estadual do Ceará	4	Universidade Estadual de Maringá	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	4	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	4	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1
Fundação Getúlio Vargas	3	Universidade Federal da Grande Dourados	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	3	Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Campina Grande	3	Universidade Federal de Lavras	1
Universidade Federal do Ceará	3	Universidade Federal de Pelotas	1
Universidade Federal do Paraná	3	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	2	Universidade Federal de Santa Maria	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	2	Universidade Federal de Uberlândia	1
Universidade Federal de Pernambuco	2	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2	Universidade Federal do Piauí	1
Universidade Feevale	2	Universidade Federal Fluminense	1
Aqua Locação de Equipamentos Eletrônicos e de Informática	1	Universidade Regional do Cariri	1
Centro Federal de Educação Tecnológica	1	Universidade São Francisco	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Tem-se a participação de dezessete estados com projetos de pesquisa aprovados. O Estado com maior número foi o Rio Grande do Sul, com 17%, seguido de Santa Catarina e São Paulo, com

11% cada. Esses três primeiros lugares coincidem com os estados que tiveram a maior demanda bruta de propostas em todas as modalidades.

Tabela 11 – Propostas por Estado da Federação

Unidade da Federação	Total	Porcentagem	Unidade da Federação	Total	Porcentagem
Rio Grande do Sul	19	17%	Bahia	5	4,5%
Santa Catarina	13	11%	Minas Gerais	5	4,5%
São Paulo	13	11%	Goiás	4	3,5%
Ceará	9	8%	Paraíba	4	3,5%
Pará	8	7%	Rio Grande do Norte	4	3,5%
Rio de Janeiro	8	7%	Mato Grosso do Sul	2	2%
Distrito Federal	6	5%	Pernambuco	2	2%
Paraná	6	5%	Piauí	1	1%
Alagoas	5	4,5%			

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto à região, verifica-se que o Sul ficou em primeiro lugar em propostas e o Nordeste ficou em segundo lugar em projetos de pesquisa, quebrando a hegemonia Sul/Sudeste. O Sudeste vem em terceiro, seguido do Centro-Oeste e do Norte.

Tabela 12 – Propostas por Região

Região	Total
Sul	38
Nordeste	31
Sudeste	25
Centro-Oeste	12
Norte	8

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Já a distribuição dos Programas de Pós-Graduação em Turismo credenciados pela CAPES é a seguinte:

Tabela 13 – Programas de Pós-Graduação por Região

Programas de Pós-Graduação	Total
Nordeste	4
Sudeste	3
Sul	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Pimentel, Carvalho e Pimentel (2018), analisando as EFIT brasileiras, constataram que o Sudeste possui o maior número dessas instituições, seguido pelo Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Norte. Os referidos autores constataram que o Sudeste e o Nordeste são as regiões onde se localiza “[...] a atividade turística mais importante de Sol e Praia (litoral dos estados do Nordeste e Sudeste – Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo), além do turismo de cidades históricas (Estado de Minas Gerais) e o turismo cultural (Estado de São Paulo)” (PIMENTEL; CARVALHO; PIMENTEL, 2018, p. 7).

Apesar de ser a região que possui maior número em EFIT, o Sudeste ficou em 3º lugar em número de projetos de pesquisa apoiadas pelo CNPq entre 2003 e 2013. Em números de Programas de Pós-Graduação, o Sudeste empata com o Sul em segundo lugar. O Nordeste possui o maior número de Programas de Pós-Graduação, mas fica em segundo lugar tanto no número de EFIT quanto no de projetos de pesquisa apoiados pelo CNPq. E a Região Sul é a que tem maior número de projetos apoiados pelo CNPq. Nota-se ausência de apoio a alguns estados da federação com potencial para o desenvolvimento turístico, porém, também é observada baixa demanda desses estados.

4.2.3 Análise do universo selecionado para envio do questionário

Após a identificação dos projetos de pesquisa aprovados, iniciou-se a verificação de quais teriam potencial para influenciar as políticas públicas⁶². Realizando esse filtro, foram selecionados 64 projetos para envio do questionário. O questionário ficou aberto para receber respostas do dia 12/09/2018 até 25/11/2018. Decidiu-se não publicar nesse trabalho os nomes e títulos dos projetos, uma vez que a pesquisa envolve a análise de questionário sem identificação dos respondentes, devido às opiniões emitidas.

As 32 pesquisas não selecionadas para envio do questionário, por não ter sido verificado potencial direto para influenciar políticas públicas, foram classificadas conforme a tabela 14, que segue:

⁶² Foram lidos todos os resumos das propostas e chegou-se ao número de 82 registros. Desses, verificou-se que dez pesquisadores tiveram mais de um projeto apoiado no período estudado. Dois pesquisadores se destacaram com quatro projetos cada, dois pesquisadores com três e seis pesquisadores com dois. Por não fazer sentido o pesquisador responder o mesmo questionário mais de uma vez, foi considerado apenas um projeto de cada pesquisador, eliminando-se, dessa forma, 16 (dezesesseis) projetos. Foi identificado também que dois pesquisadores haviam falecido.

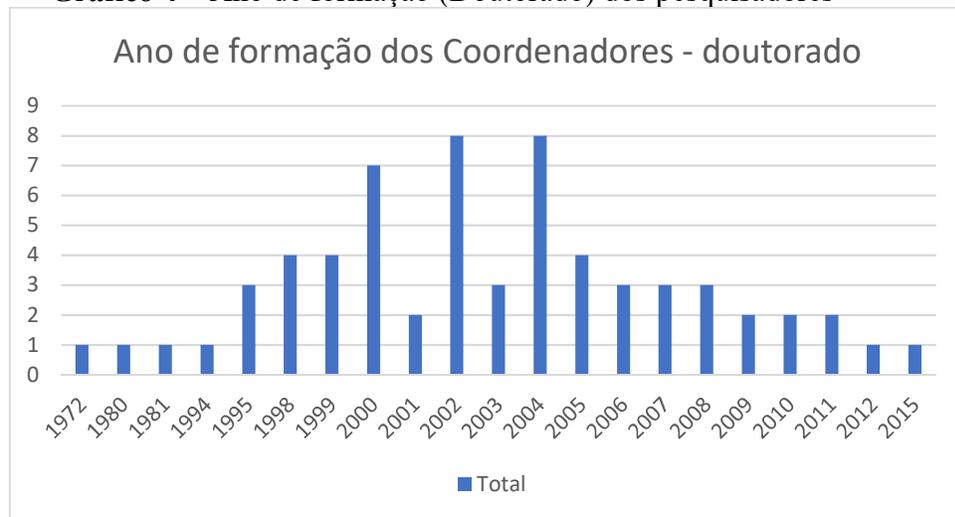
Tabela 14 – Propostas não selecionadas para o universo por tipo de pesquisa

Tipo de Pesquisa	Total
Exploratória	15
Epistemológica	7
Desenvolvimento de produtos	5
Bibliométrica	3
Histórica	2

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Além das propostas ligadas diretamente às políticas públicas, foram selecionadas as propostas que tinham como tema desenvolvimento (regional, territorial) e gestão (planejamento de destinos, gestão pública), pois também têm grande potencial para influenciar as políticas públicas. Ao analisar o perfil dos coordenadores dos projetos, percebemos um equilíbrio quanto à distribuição das propostas pelo sexo dos pesquisadores, com a proporção de 52% para o masculino e 48% para o feminino.

Quanto ao ano de formação do doutorado, tem-se a seguinte distribuição:

Gráfico 4 – Ano de formação (Doutorado) dos pesquisadores

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

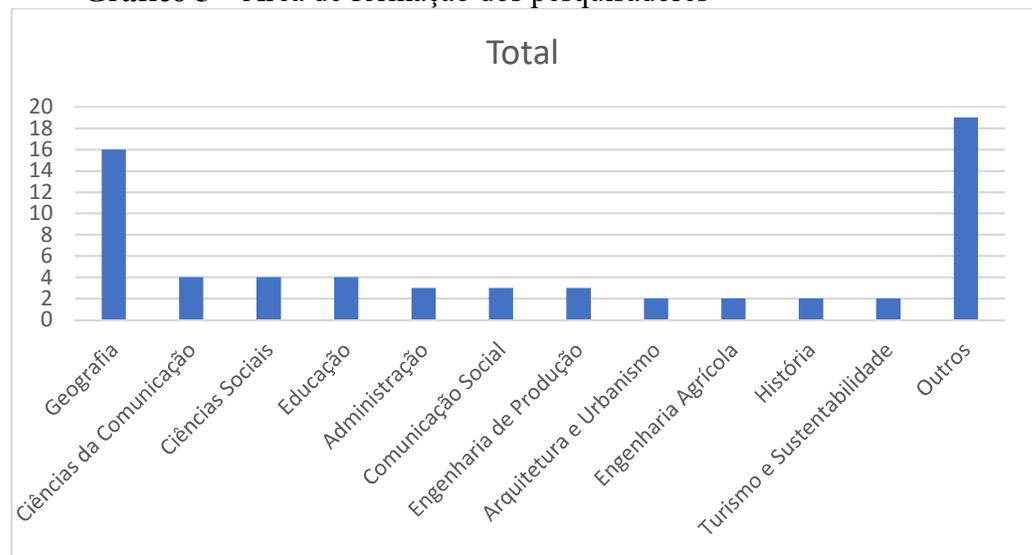
Tomando como ponto de referência 2003, início do período dessa pesquisa, temos pouco mais da metade dos pesquisadores (55%) formados até esse ano, isto é, com mais de dez anos de formado até o fim do período da pesquisa. A maioria dos coordenadores se formou entre 2000 e 2009. Como o período da pesquisa vai até 2013, temos somente um pesquisador que se doutorou após esse ano, pois

a chamada por meio da qual o projeto foi submetido permitia a coordenação da proposta por mestres. A Chamada Universal tem uma faixa exclusiva para submissão de jovens pesquisadores. Assim, vemos a participação de coordenadores sêniores e jovens nos projetos de pesquisa financiados.

Quanto à área de formação (doutorado), novamente notamos diversidade, porém, com predominância da área de Geografia (25%), seguida de Ciências da Comunicação, Ciências Sociais e Educação (6% cada), Administração, Comunicação Social e Engenharia da Produção (5% cada) e Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Agrícola, História e Turismo e Sustentabilidade (3% cada).

Ainda, com 2% cada, temos as áreas de Antropologia, Antropologia Social, Arqueologia, Biologia Vegetal, Ciências (Biologia Celular e Tecidual), Ciências (Economia Aplicada), Ciências Biológicas, Desenvolvimento Regional, Desenvolvimento Sustentável, Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Ecologia e Recursos Naturais, Estudos Portugueses, Geografia e Planejamento, História e Teoria Arte e Arquitetura, História Social, Planejamento Urbano e Regional, Políticas Públicas, Sociologia e Antropologia e Turismo.

Gráfico 5 – Área de formação dos pesquisadores



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Um quarto dos coordenadores dos projetos têm formação em Geografia. Apesar dessa aparente predominância, temos que destacar que Geografia também é a segunda área que mais apresenta projetos de pesquisa sobre turismo (12,5%), como apresenta a tabela 15. Isso significa que parte dos pesquisadores formados em Geografia apresentaram projetos para a área de

Geografia, que não são ranqueados junto com os projetos da área de Turismo, apesar de serem julgados pelo mesmo Comitê de Assessoramento.

A área de Turismo teve maior número de propostas, 70%, seguida de Geografia (12,5%). Com 3% teve pesquisas nas áreas de Administração, Arquitetura e Urbanismo e Sociologia e com 1,5% de Antropologia, Ecologia, Geociências, Letras e Planejamento Urbano e Regional.

Tabela 15 – Área dos projetos

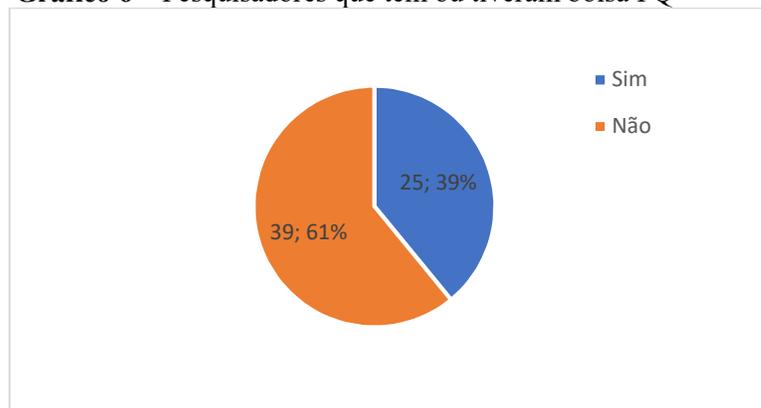
Área de Conhecimento	Total	Grande área*	Porcentagem
Turismo	45	Ciências Sociais Aplicadas	70%
Geografia	8	Ciências Humanas	12,5%
Administração	2	Ciências Sociais Aplicadas	3%
Arquitetura e Urbanismo	2	Ciências Sociais Aplicadas	3%
Sociologia	2	Ciências Humanas	3%
Antropologia	1	Ciências Humanas	1,5%
Ecologia	1	Ciências Biológicas	1,5%
Geociências	1	Ciências Exatas e da Terra	1,5%
Letras	1	Linguística, Letras e Artes	1,5%
Planejamento Urbano e Regional	1	Ciências Sociais Aplicadas	1,5%

Fonte: elaboração própria com base nos dados do fomento do CNPq (2019).

* conforme tabela de áreas do conhecimento disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>, consultada em 22 abr. 2019.

A maioria dos projetos é da grande área das Ciências Sociais Aplicadas. 17% dos projetos estão na grande área das Ciências Humanas. As grandes áreas de Linguística, Letras e Artes, Ciências Biológicas e Ciências Exatas e da Terra tiveram um projeto apoiado cada. Um viés que se nota quando analisado o perfil desses pesquisadores é a grande presença de investigadores que têm ou tiveram bolsa de PQ (39%), conforme gráfico 6:

Gráfico 6 – Pesquisadores que têm ou tiveram bolsa PQ



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Isso provavelmente reflete os resultados do sistema atual de avaliação da pesquisa científica, que pontua os indicadores acadêmicos (número de artigos, citações, orientações, revisão, edição de periódicos etc) e contribui para valorização dos mesmos perfis na distribuição de bolsas e auxílios. Luz (2008) critica esse sistema de distribuição do financiamento científico, concentrada em grupos de pesquisa considerados excelentes ou em pesquisadores bolsistas de produtividade, privilegiando pesquisadores com mais tempo de carreira e dificultando o acesso a jovens pesquisadores. Mattedi e Spiess (2017) afirmam que “quando certas práticas e perfis profissionais são mais valorizados, eles tendem a gerar acumulação de recursos e prestígio”.

Os coordenadores dos projetos apresentados ao CNPq podem escolher o Comitê de Assessoramento (CA) que irá julgar seu projeto, ou, no caso de chamadas específicas, são montados Comitês de Julgamento *ad hoc*. As propostas selecionadas para envio do questionário foram julgadas, conforme quadro 10 a seguir:

Quadro 10 – Comitê Julgador das Propostas

Comitê de Assessoramento / Comitê Julgador*	Total	Grandes áreas envolvidas
SA - Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional	47	Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas
AC - Artes, Ciências da Informação e Comunicação	5	Linguística, Letras e Artes e Ciências Sociais Aplicadas
CE*	3	Ciências Sociais Aplicadas
CS - Antropologia, Arqueologia, Ciência Política, Direito, Relações Internacionais e Sociologia	3	Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas
Ecologia e Limnologia	1	Ciências Biológicas
Geociências	1	Ciências Exatas e da Terra
Letras e Linguística	1	Linguística, Letras e Artes
Programa de Ciência e Tecnologia em Recursos Hídricos CT-HIDRO**	1	
Programa de Popularização da Ciência e Tecnologia**	1	
Edital MCT/CNPq/MDA/SAF/MDS/SESAN 36/2007- Agricultura Familiar**	1	

Fonte: Dados do fomento do CNPq.

* Comitê de Assessoramento desmembrado na 135ª Reunião do Conselho Deliberativo do CNPq, em 26 de março de 2006; ** Comitês *ad hoc*, isto é, compostos para atender aos editais específicos.

Conforme se pode observar no quadro, os Comitês de Assessoramento podem envolver mais de uma grande área do conhecimento, pois as áreas são agrupadas por afinidade. Vimos que o Comitê de Assessoramento “SA”, que engloba as áreas de Arquitetura, Demografia, Geografia, Turismo e Planejamento Urbano e Regional, julgou a maioria das propostas (73%), seguido pelo CA-AC, que engloba Artes, Ciências da Informação e Comunicação (8%).

Na distribuição das propostas por instituição, verificamos que as instituições com Programas de Pós-Graduação em Turismo são as primeiras colocadas, conforme tabela 16:

Tabela 16 – Projetos por instituição

Instituição	Total	Instituição	Total
Universidade de São Paulo	4	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	1
Universidade do Vale do Itajaí	4	Universidade Estadual de Londrina	1
Universidade de Brasília	3	Universidade Estadual de Maringá	1
Universidade de Caxias do Sul	3	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	1
Universidade Estadual de Santa Cruz	3	Universidade Federal da Grande Dourados	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	3	Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Alagoas	3	Universidade Federal de Campina Grande	1
Universidade Federal do Ceará	3	Universidade Federal de Lavras	1
Universidade Federal do Pará	3	Universidade Federal de Pelotas	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3	Universidade Federal de Santa Catarina	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3	Universidade Federal de Uberlândia	1
Universidade Estadual do Ceará	2	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal de Pernambuco	2	Universidade Federal do Paraná	1
Centro Federal de Educação Tecnológica	1	Universidade Federal do Piauí	1
Centro Universitário de Brusque	1	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	1	Universidade Federal Fluminense	1
Fundação Getúlio Vargas	1	Universidade Feevale	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	1	Universidade Regional do Cariri	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1	Universidade São Francisco	1

Fonte: Dados do CNPq

Quanto à região, o Nordeste se destacou em propostas consideradas com alto potencial para influenciar as políticas públicas, seguidas da Região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, conforme se observa na Tabela 17:

Tabela 17 – Projetos por região

Região	Total	Porcentagem
NORDESTE	21	33%
SUL	20	31%
SUDESTE	14	22%
CENTRO-OESTE	6	9%
NORTE	3	5%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Já entre os estados, o Rio Grande do Sul teve mais pesquisas na área (14%), seguido por São Paulo (13%), Santa Catarina (11%), Ceará (9%), Rio de Janeiro (8%), conforme tabela 18:

Tabela 18 – Projetos por Estado

Unidade da Federação	Total	Porcentagem	Unidade da Federação	Total	Porcentagem
Rio Grande do Sul	9	14%	Pará	3	5%
São Paulo	8	13%	Rio Grande do Norte	3	5%
Santa Catarina	7	11%	Minas Gerais	2	3%
Ceará	6	9%	Paraíba	2	3%
Rio de Janeiro	5	8%	Pernambuco	2	3%
Distrito Federal	4	6%	Goiás	1	2%
Paraná	4	6%	Mato Grosso do Sul	1	2%
Alagoas	3	5%	Piauí	1	2%
Bahia	3	5%			

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

4.2.4 Análise das respostas dos questionários

O Formulário do Google computou 21 respostas, porém, três estavam em branco. Houve também problemas técnicos ao enviar o questionário, identificado após realizado o teste com os professores da UnB, contudo, após ter sido igualmente enviado aos pesquisadores, o que impediu de trocar o aplicativo do questionário. Isso pode ter sido um dos motivos de ter recebido um baixo número de respostas. Considerando as 18 respostas efetivamente recebidas, obteve-se 28% de respostas. Embora seja um número pequeno, a análise conseguiu revelar algumas particularidades da pesquisa sobre Turismo e seu campo de estudo.

Em relação ao componente sexo dos pesquisadores que responderam ao questionário, oito se identificaram como do sexo feminino e dez do sexo masculino.

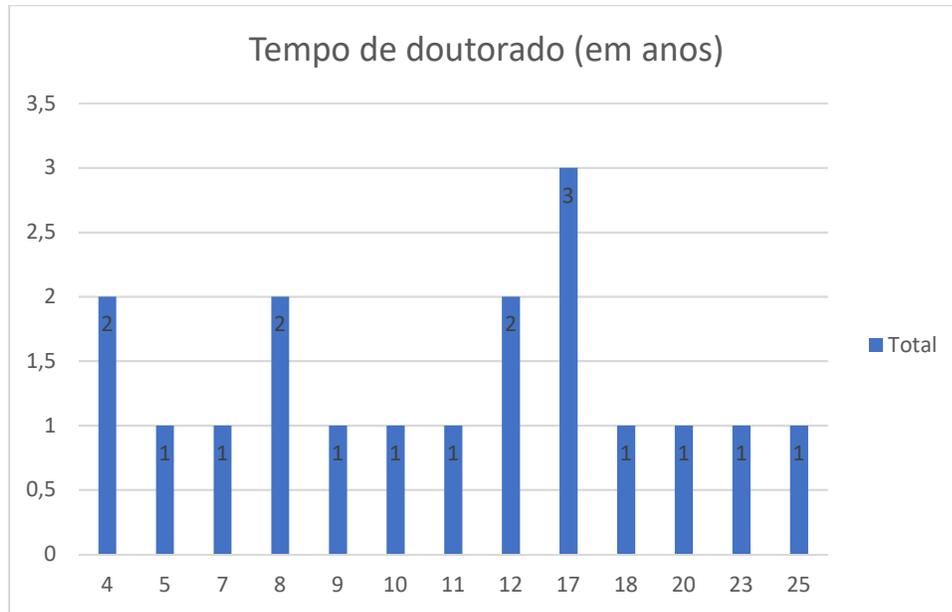
Tabela 19 – Sexo dos pesquisadores

Sexo	Total	Porcentagem
Feminino	8	44%
Masculino	10	56%

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na identificação do perfil dos pesquisadores⁶³, o tempo que o pesquisador possui título de doutor foi uma variável reconhecida para exercer influência na utilização da pesquisa, por refletir experiência acumulada, bem como capacidade para agir independentemente.

Gráfico 7 – Tempo de Doutorado dos pesquisadores



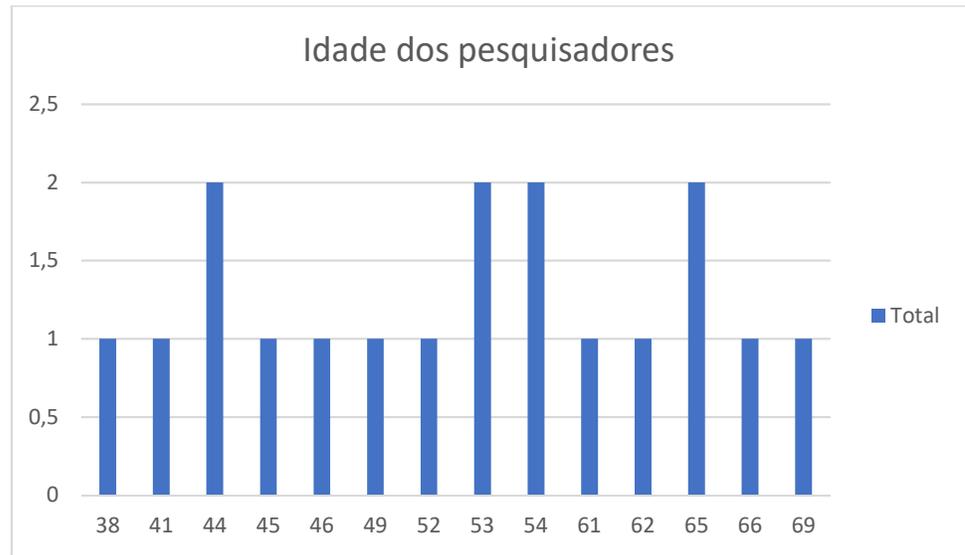
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Verifica-se o apoio tanto a pesquisadores com pouco tempo de formação⁶⁴, como a pesquisadores sêniores. A Chamada Universal, por exemplo, tem uma linha específica para apoio a jovens investigadores, o que possibilita uma melhor inserção desse público no sistema, uma vez que não disputam com os sêniores, onde, certamente, levariam desvantagem ao comparar número de publicações, orientações etc.

Pela idade dos pesquisadores, verificamos que há tanto pesquisadores sêniores quanto jovens pesquisadores, não se identificando concentração em nenhuma faixa etária.

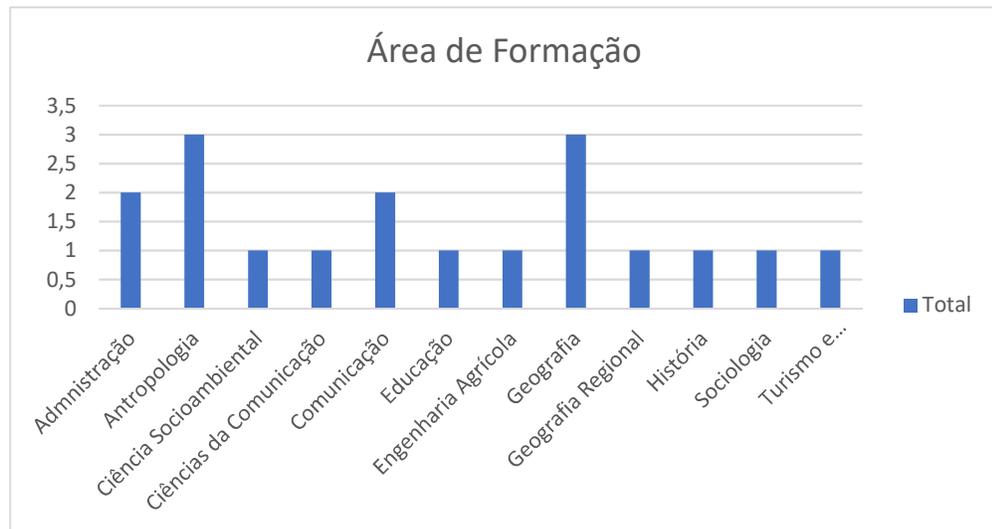
⁶³ Para uma melhor compreensão, o questionário foi dividido em quatro sessões. A primeira é uma apresentação da pesquisa, convidando os pesquisadores a responderem. A segunda visa captar alguns dados do pesquisador, para identificar o perfil dos respondentes. A terceira tem questões sobre a gestão do CNPq, visando identificar a opinião dos pesquisadores sobre esse processo. A última busca identificar a relação entre a pesquisa produzida e o impacto nas políticas públicas.

⁶⁴ Acredita-se que os pesquisadores que informaram terem menos de cinco anos de doutorado entenderam a pergunta como se referindo ao tempo de execução do doutorado, pois um dos pré-requisitos para o apoio à pesquisa é o título de doutor (identificou-se somente uma proposta coordenada por um mestre, pois a Chamada permitia), e, levando-se em consideração que o período da pesquisa é até 2013, há incongruência nessas respostas.

Gráfico 8 – Idade dos pesquisadores

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Quanto à área de formação dos pesquisadores, somente um é formado em Turismo, mais precisamente em Turismo e Desenvolvimento Sustentável. A maioria tem formação em Geografia/Geografia Regional (quatro), seguidos por Antropologia (três) e Administração e Comunicação, com dois pesquisadores em cada. As outras áreas, que possuem um pesquisador formado em cada são Ciência Socioambiental, Ciências da Comunicação, Educação, Engenharia Agrícola, História e Sociologia.

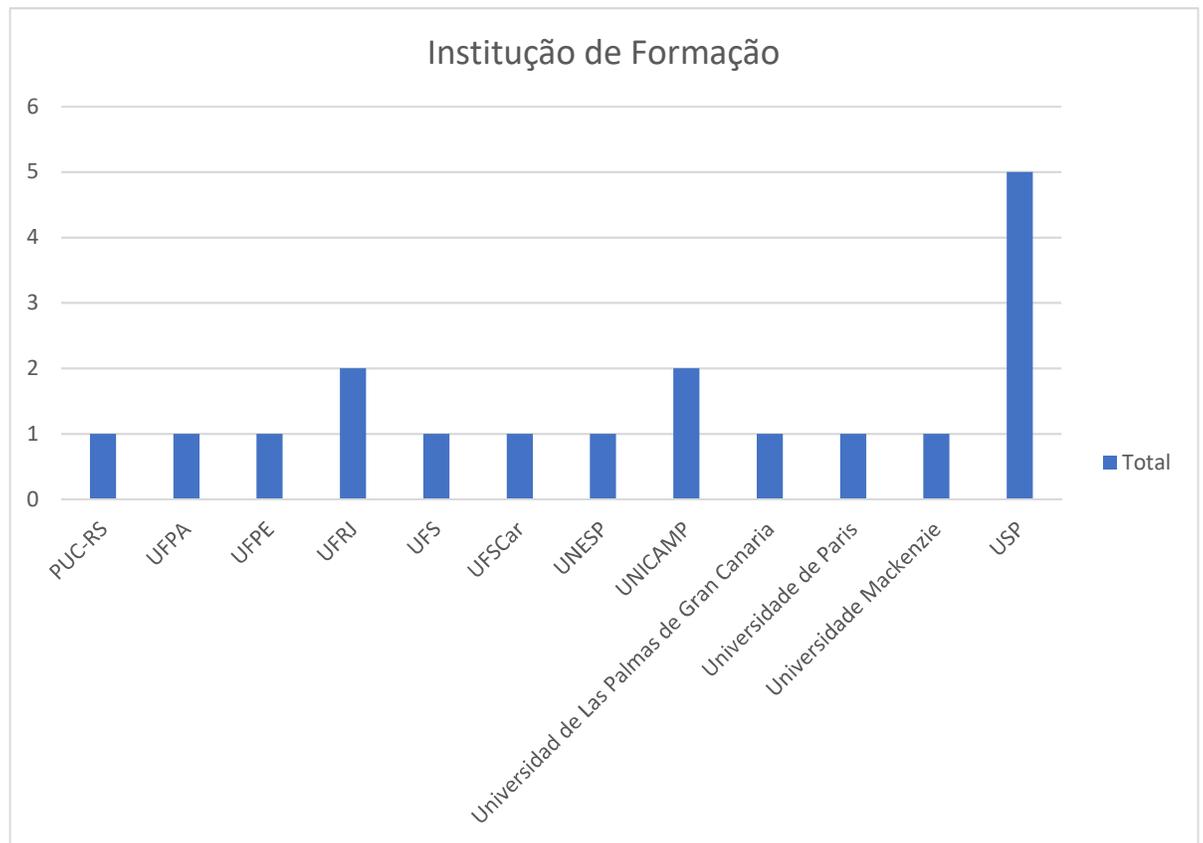
Gráfico 9 – Área de formação dos pesquisadores

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

No gráfico 9, temos a confirmação do interesse de diversas áreas no estudo do Turismo, representada por pesquisadores das áreas das Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e Agrárias, confirmando sua característica multidisciplinar. A tabela de áreas do CNPq⁶⁵ não engloba algumas áreas como Ciência Socioambiental, com viés multidisciplinar, tendo características tanto das Ciências Sociais quanto das Biológicas.

Já quanto à instituição de formação, destaca-se a USP, com cinco pesquisadores. Com dois pesquisadores formados em cada, tem-se UNICAMP e UFRJ, conforme gráfico abaixo. A maioria dos pesquisadores que respondeu o questionário se formou em instituição pública, sendo que dois deles se formaram em instituições estrangeiras.

Gráfico 10 – Instituição de formação dos pesquisadores

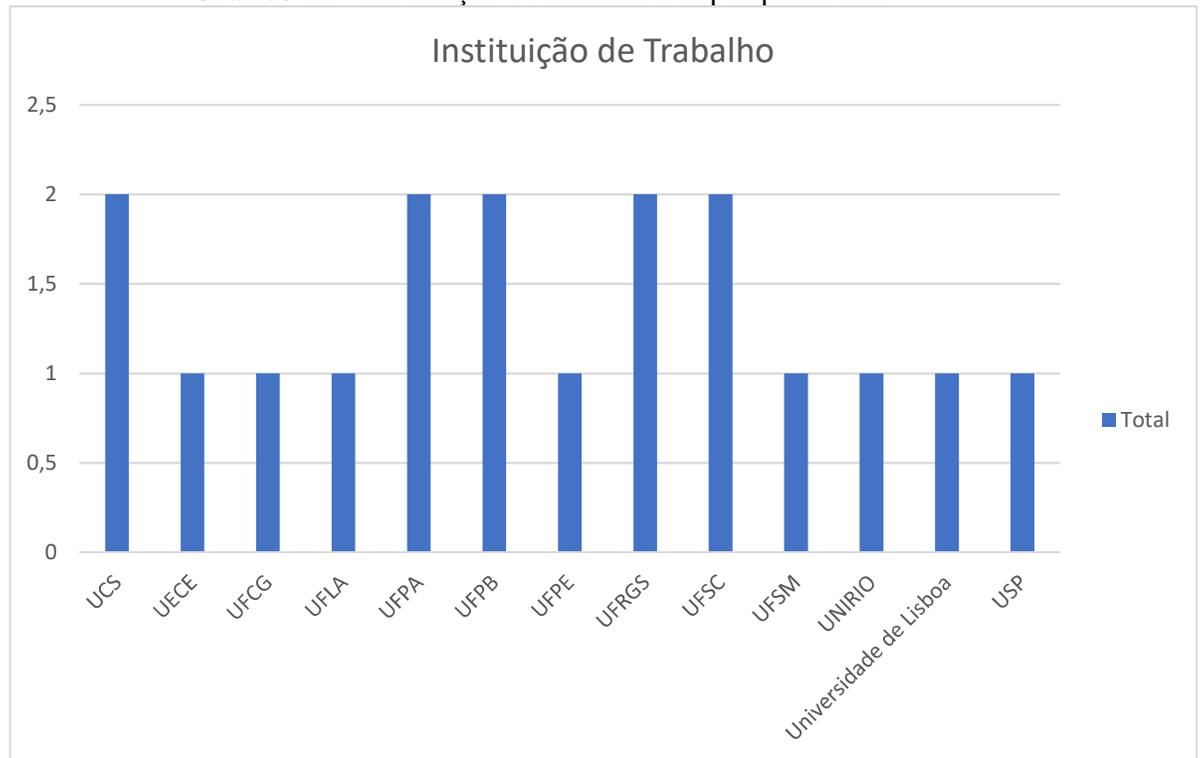


Fonte: Dados da pesquisa (2019).

⁶⁵ Disponível em <http://www.cnpq.br/documents/10157/186158/TabeladeAreasdoConhecimento.pdf>, consultada em 27 mar. 2018.

O gráfico 11 demonstra a quais instituições os pesquisadores que responderam o questionário estão vinculados. Um pesquisador está atuando em Portugal. Tanto nas instituições de formação, como nas de vínculo, destacam-se as instituições públicas, as que mais fazem pesquisa no País. Pela distribuição das instituições, não se verifica concentração de propostas em instituições que possuem PPGs em Turismo.

Gráfico 11 – Instituição de trabalho dos pesquisadores



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Foi perguntado aos pesquisadores se, além da pesquisa, exerciam outra atividade acadêmica. Nessa questão, eles poderiam marcar mais de uma alternativa, pois a maioria realiza diversas outras atividades. Também foi deixado um espaço para que o pesquisador inserisse outra atividade. Nesse quesito, houve pesquisador que inseriu as atividades administrativas (gestão, comissões) e outros inseriram atividades de orientação, que não havia sido colocada como opção por ser intrínseca às aulas de pós-graduação.

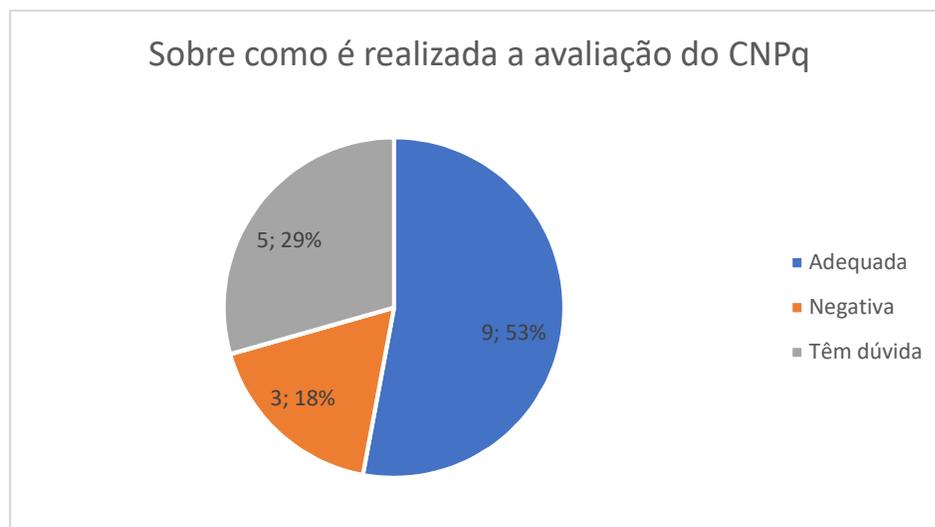
Tabela 20 – Atividades acadêmicas exercidas pelos pesquisadores

Atividades que os pesquisadores exercem	Total
Aulas na pós-graduação	14
Consultoria <i>ad hoc</i> para agência de fomento	14
Revisão de periódicos	12
Aulas na graduação	11
Edição de periódicos	5
Administrativas	3
Orientação	2
coordenação de projetos de pesquisa	1
Não realiza atividades acadêmicas além da pesquisa	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Somente um pesquisador está inteiramente disponível para a realização de pesquisa científica. Conforme visto no referencial teórico, com a execução de diversas outras atividades acadêmicas além da pesquisa, fica difícil ter tempo para se dedicar às demais tarefas, as quais poderiam facilitar a utilização das pesquisas pelos usuários. Além disso, a execução dessas atividades acadêmicas é valorizada na avaliação da proposta, enquanto esforços para obter o impacto não o é.

Após a identificação do perfil do pesquisador, seguem as perguntas sobre a gestão do CNPq. Alguns pesquisadores não responderam todas as perguntas, por isso, em alguns casos, têm-se um número menor do que 18 (dezoito) respostas.

Gráfico 12 – Avaliação da pesquisa sobre Turismo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Na pergunta sobre como a avaliação do CNPq é realizada⁶⁶, a maioria dos pesquisadores considera adequada, porém, até esses fizeram algumas ressalvas, como: “Adequada, porém deve-se evitar grupos compostos por interesses fisiológicos” – aqui se ilustra que a área acadêmica não é isenta de interesses e valores pessoais, sempre presentes em ambientes de disputa – nesse caso, disputa por financiamento, que, mais adiante, gera prestígio; “No caso do CNPq não é *ad hoc*, pois é visualizado o nome do coordenador” – com essa observação, verifica-se que o pesquisador desconhece o processo, pois, na maioria das vezes (salvo em algumas chamadas específicas), na primeira fase de avaliação, os processos são enviados para os consultores *ad hoc*, cujos nomes não são divulgados. Nesse caso, considerando esses pareceres e sua experiência, o integrante do Comitê de Assessoramento classifica as propostas para o apoio. Como o integrante do Comitê é escolhido pelo Comitê Deliberativo do CNPq, o nome do integrante do CA é público.

Também surgiram falas como: “Avaliação é bem realizada, mas é preciso aprimorar a escolha do consultor” e “No geral são positivas, mas em alguns Comitês áreas as avaliações são feitas por pessoas que muitas vezes não tem aderência ao trabalho que está avaliando” – aqui é necessário esclarecer que, caso o consultor escolhido não se sinta à vontade para realizar a avaliação, por não ter aderência à área da pesquisa, é possível solicitar dispensa dessa tarefa; “avaliação sem problemas; a classificação deveria ser específica de turismo” – nesse caso, é preciso informar que, embora o Comitê seja conjunto, a classificação é realizada separadamente. As propostas da área de Turismo são classificadas pelo integrante do Comitê que responde por essa área.

Dos pesquisadores que responderam que têm dúvida sobre a avaliação, alguns não justificaram a resposta, porém, dois fizeram as seguintes observações: “Difícil ter uma ideia concreta, às vezes parece uma loteria” e “Muito variável: por vezes recebemos pareceres bem elaborados e construtivos, mas em certos casos eles são muito resumidos, redigidos de forma grosseira etc.”. Essas situações ocorrem porque a avaliação é realizada também por pesquisadores, assim, carregada de valores e interesses, o que implica também no modo como cada um decide redigir o seu parecer.

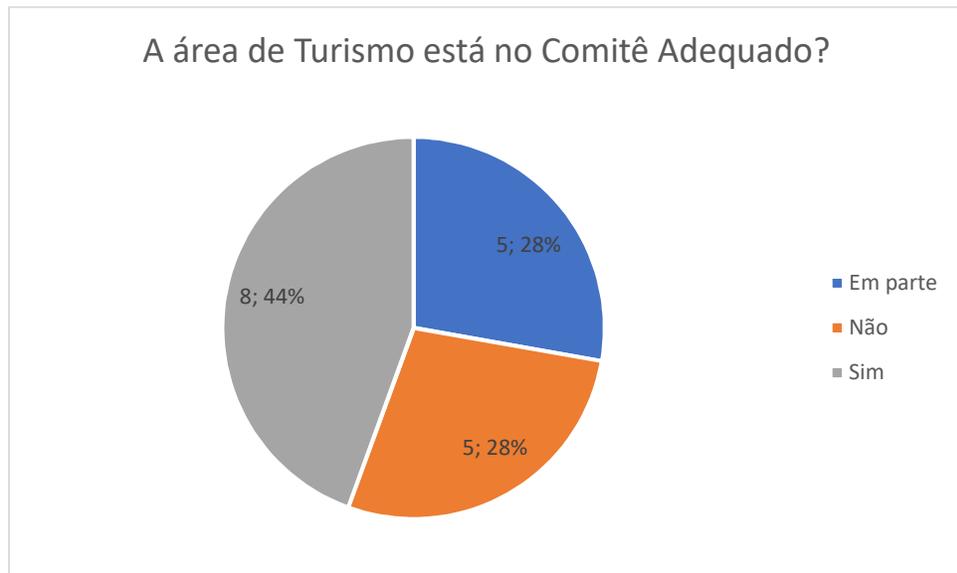
Quanto aos pesquisadores que responderam que a avaliação é negativa, recebemos as seguintes justificativas: “Sem base real”; “Em geral, as avaliações são ruins e o processo não é transparente”; “Precisa ser melhorada. Muitas pessoas não avaliam os projetos que lhes são

⁶⁶ Para a análise dessa questão e das perguntas sucessivas, serão reproduzidas algumas das respostas obtidas, citando-as de modo direto, contudo, sem identificar os falantes.

enviados. Precisaria haver uma pessoa somente para reenviar aqueles projetos que não são devidamente avaliados”. As duas primeiras respostas consideraram a avaliação negativa, sem propor qualquer outra forma de análise. Na última resposta, há duas possibilidades de não recebermos os pareceres solicitados: o não atendimento do consultor *ad hoc* à solicitação do CNPq e problemas técnicos com a Plataforma Carlos Chagas. Em relação a estes aspectos, ressalta-se que o quadro de técnicos do CNPq está bastante reduzido, e, às vezes, o cronograma de julgamento é bem apertado, porém, quando é possível, o reenvio dos projetos é realizado.

Quanto ao Comitê de Assessoramento, a maioria dos pesquisadores respondeu que a área de Turismo está no CA adequado do CNPq, que engloba também as áreas de Demografia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional e Geografia. Os que responderam que o CA está adequado em parte e os que afirmaram que o CA não é adequado tiveram a mesma porcentagem, 28%.

Gráfico 13 – Adequação do Comitê no qual o Turismo está inserido



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nas justificativas apresentadas a essa resposta, os pesquisadores que responderam afirmativamente a essa pergunta, argumentaram que essas áreas possuem fundamentos metodológicos adequados, que todas têm o espaço como objeto, como planejamento urbano e regional, o que inclui desenvolvimento e políticas públicas. Um dos pesquisadores afirmou que

“esta área (CA-SA) é mais confortável do que a área de Administração et al., na qual o Turismo está inserido na CAPES”.

Quanto aos pesquisadores que responderam que o CA é adequado em parte, três afirmaram que o Turismo deveria ter um comitê próprio. Um desses pesquisadores informou ainda que poderia ser um comitê interdisciplinar. Entre as justificativas dos pesquisadores que responderam “em parte”, temos: “Não há um comitê que atenda e dê conta plenamente da especificidade do Turismo enquanto fenômeno”; “As pesquisas de turismo realizadas pelas ciências humanas [...]deveriam ter alguma representação no Comitê. Os meus projetos e trabalhos sobre turismo foram sempre encaminhados para o Comitê de Sociologia e Antropologia”; “Muitas vezes o profissional que avalia não tem aderência ao trabalho, já que o turismo engloba também outras áreas do conhecimento”; “Não sei avaliar, mas vejo que o fato das classificações do CNPq e da CAPES serem diferentes cria alguns problemas quanto ao fomento e à avaliação da produção no âmbito da pós-graduação”.

Verifica-se que a multidisciplinaridade intrínseca ao Turismo traz dificuldades para uma estrutura formal de avaliação das pesquisas, uma vez que não é possível englobar todas as áreas afins do conhecimento. A criação de um comitê específico para o turismo, com representantes das diversas subáreas, não é viável, pois elevaria muito o custo de avaliação de uma área cuja demanda não é tão alta, comparada com outras áreas.

Na CAPES, o Comitê é formado pelas áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, sendo que seu Coordenador, o Coordenador Adjunto de Programas Acadêmicos e o Coordenador Adjunto de Programas Profissionais atuam em PPGs em Administração. O primeiro e o último não têm nenhuma pesquisa relacionada ao Turismo. Já o Coordenador Adjunto de Programas Acadêmico tem dois artigos científicos publicados em 2007 relacionados à rede hoteleira e atuou três vezes como revisor da revista “Turismo: Visão e Ação”, em 2007 e 2009. Assim, verificamos que a área de turismo é sub-representada na CAPES.

O CNPq tem uma representante da área de Turismo em seu CA, pesquisadora e orientadora do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hospitalidade da UCS, com grande experiência na pesquisa em turismo. Como integrante do CA, classifica as propostas apresentadas na área de Turismo, subsidiada pelos pareceres *ad hoc* emitidos.

Os pesquisadores que responderam que o Turismo não está no CA adequado, justificaram da seguinte forma: “Acho que deve estar na área de Administração pois turismo é um serviço”;

“Turismo deveria ter um comitê próprio, as outras áreas desconhecem o turismo”; “Deveria haver uma área específica. Desta forma, fica sujeito a diversos interesses”; “está avançando na pesquisa e possui maturidade para ser área específica” e “Deveria estar em comitê equivalente ao da Capes”. Novamente aqui vemos a sugestão que o Turismo tenha um CA próprio, o que, no momento, não parece viável, conforme comentário em parágrafo anterior.

Verificamos que os dois consultores que afirmaram que o Turismo deveria estar na área de Administração, como na CAPES, têm formação na área de Administração, o que reflete, como vemos no referencial teórico, que a academia está sujeita, como as políticas públicas, aos valores e interesses pessoais e institucionais. Além disso, um pesquisador afirma que o Turismo é um serviço, contrariando o pensamento de alguns pesquisadores que estão batalhando para que o Turismo seja reconhecido como ciência. Dos consultores formados em Geografia (quatro), três afirmaram que o CA é adequado – a área de Geografia também está inserida no CA-SA, o que também infere o envolvimento de interesses e valores – e um afirmou que o Turismo deveria ter um CA próprio.

Assim, dos consultores que sugeriram outra formação de Comitê, quatro gostariam que o Turismo tivesse um CA próprio e dois afirmam que o Turismo deveria estar junto à área de Administração. Um pesquisador afirma que “É problemático quando são aproximadas áreas com a pós-graduação bastante consolidadas e outras ainda ‘juvenis’ em termos de produção acadêmica, no caso do Turismo, em que os cursos de doutorado mal beiram os dez anos de antiguidade”. Além da produção científica, outro indicador de avaliação é o número de orientação, que também fica aquém quando comparado às demais áreas, devido ao tempo de existência dos cursos de pós-graduação, principalmente no caso do doutorado.

Com base nessa inter-relação que o turismo exerce com outras áreas e que, como vimos, baseia em larga escala as pesquisas realizadas no campo turístico, tendo em vista essa interdisciplinaridade, foi perguntado aos pesquisadores quais são as áreas mais relevantes para o avanço do (da política de) Turismo e as razões que fundamentam essa indicação. A maioria dos pesquisadores só citou as áreas, sem justificativa. As áreas citadas foram sistematizadas no quadro 11 apresentado a seguir:

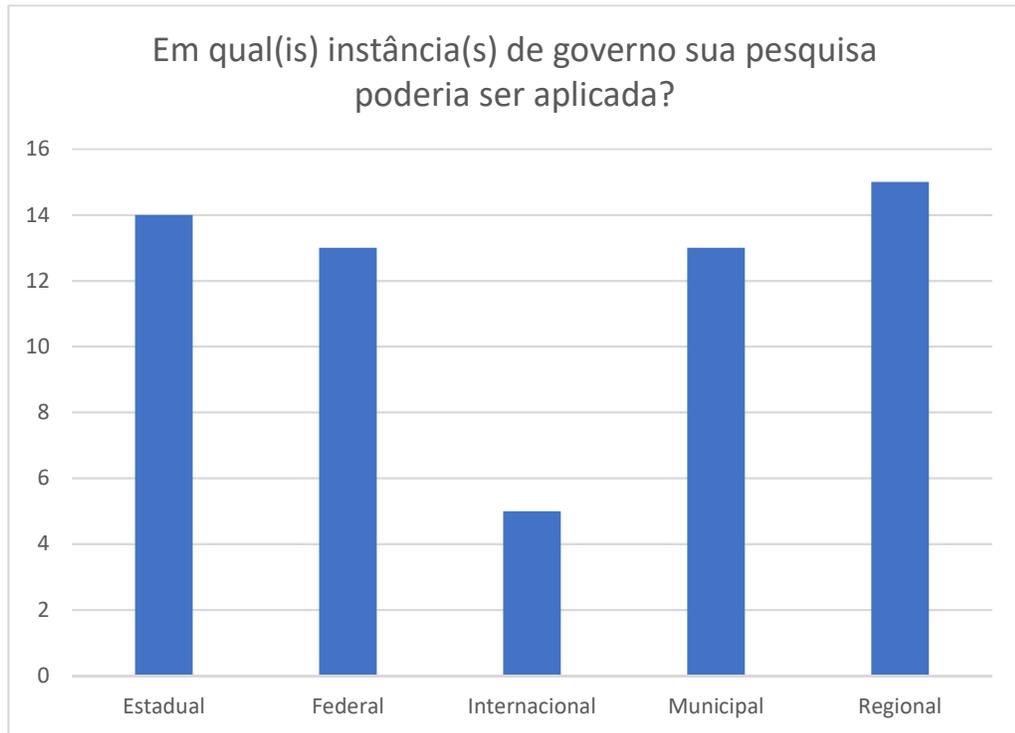
Quadro 11 – Subáreas mais relevantes do Turismo, segundo os pesquisadores

Quais são, na sua opinião, as 3 áreas/temas de pesquisa mais relevantes para o avanço do (da política de) turismo no País?					
Área/tema	Total	Área / Tema	Total	Área / Tema	Total
Administração	1	Gestão ambiental	1	Políticas Territoriais	1
Análise de territórios e regiões	1	Gestão política	1	Populações tradicionais	1
Antropologia	1	Identidade territorial	1	Questões ligadas ao desenvolvimento	1
Cidades e Turismo	1	Impactos ambientais	1	Regionalismo	1
Ciências Sociais	1	Impactos culturais	1	Relações entre turismo e comunidades locais	1
Cultura	2	Impactos econômicos	1	Sociologia	1
Desenvolvimento Socioeconômico	1	Meio ambiente	3	Transformações nos processos turísticos	1
Economia	2	Memória	1	Turismo	1
Elaboração de Políticas Públicas	1	Mercado Turístico	1	Turismo Cultural	1
Estudos de redes	1	Não sei. Precisaria estudar a questão	1	Turismo de Lazer	1
Formação de Recursos Humanos	1	Planejamento Público	1	Turismo de negócios	1
Formação de redes	1	Política	1	Turismo e Cultura	1
Formação em Turismo	1	Políticas de integração de formação e atuação local	1	Turismo Social	1
Geografia	1	Políticas Patrimoniais	1	Turismo como experiência pessoal	1
Gestão	1	Políticas Públicas	2		

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Todas essas respostas, quase sem repetição de temas, refletem os valores e interesses dos pesquisadores. Uma utilidade dessa pergunta seria propor subáreas para o Turismo, pois, do CASA, o Turismo é a única área que não as tem. Porém, tendo em vista as respostas recebidas, teria que se fazer um estudo específico para propor subáreas, o que não é o objetivo desse trabalho.

Com essa pergunta, foi finalizada a seção de Gestão do CNPq. A partir de então, tem-se questões relativas à pesquisa financiada pelo CNPq e seu potencial para influenciar as políticas públicas. Assim, as respostas à pergunta “em qual instância de governo a sua pesquisa poderia ser aplicada?” possibilitaram a elaboração do gráfico 14. Nessa pergunta, o pesquisador poderia marcar mais de uma resposta.

Gráfico 14 – Instâncias de governo afetadas pelas pesquisas

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

A maioria das pesquisas está voltada para o País e poderiam ser aplicadas nos âmbitos dos governos municipal, estadual e federal, bem como em âmbito regional. Isso liga diretamente as pesquisas ao governo e, com isso, possíveis conclusões e contribuições para afetá-lo. Já no que concerne às fases de políticas públicas, a maioria das pesquisas está inserida na fase de “percepção e definição de problemas”, na qual há mais limitações de utilização da pesquisa, pois os estudos podem não apresentar soluções para ação dos tomadores de decisão, somente expor e descrever a questão.

Outra fase em que a influência pode ser menor é na formação de agenda, pois, para isso, é necessário o encontro de três dinâmicas (problemas, políticas públicas e a política (*politics*)), que formaria uma janela de oportunidades para inserção do tema na agenda (KINGDOM, 2006), não havendo controle do pesquisador sobre isso. Apesar disso, esses estudos são importantes, pois podem ser o início de outros que poderão ter mais influência junto aos tomadores de decisão.

Quadro 12 – Classificação da pesquisa quanto ao ciclo da política pública

Sobre qual fase do ciclo de políticas públicas sua pesquisa se debruçou?	Total
Percepção e definição de problemas	12
Implementação de políticas	8
Avaliação de políticas e eventual correção da ação	6
Elaboração de programas e decisão	4
Formação de Agenda	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os estudos sobre implementação de políticas, avaliação e correção da ação e elaboração de programas e decisão, quando realizam análises fidedignas, podem ser um ótimo meio de aprendizagem institucional. No entanto, é necessário traduzir as pesquisas em linguagem próxima à dos usuários, para que sejam efetivamente utilizados.

Quanto à escolha do tema, a maioria dos pesquisadores informou ter identificado uma lacuna de pesquisa. Esse fato pode não estar necessariamente ligado à agenda governamental, o que torna mais difícil a utilização do estudo. Apesar disso, é importante realizar pesquisas exploratórias, a fim de identificar problemas não tratados e que poderiam contribuir com questões negligenciadas. Nesse caso, também é importante aproximar-se dos tomadores de decisão após a pesquisa concluída, realizando um trabalho de conscientização para a importância do problema. Novamente, é necessário utilizar a linguagem do usuário, seja por meio de reuniões, gráficos, cartilhas etc.

Quadro 13 – Como foi escolhido o tema da pesquisa

Como foi escolhido o tema de sua pesquisa?	Total
Identificação de lacuna de pesquisa existente	13
Interesse próprio	9
Identificação do assunto na agenda do governo	4
Articulação com os usuários interessados (agentes governamentais, empresários, comunidade etc)	4
Identificação de interesse do público alvo	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

O interesse do próprio pesquisador vem em segundo lugar na escolha do tema da pesquisa. No entanto, os pesquisadores que marcaram essa opção geralmente marcaram outras também, pois havia a possibilidade de escolha de mais de uma alternativa. Somente um pesquisador marcou essa opção isoladamente, sendo esse comportamento, de olhar somente o interesse próprio, isolado. É importante que se atente que o financiamento das pesquisas, nesse caso, provém de recursos públicos, a partir do qual deve se colocar o interesse da sociedade acima dos interesses próprios.

As questões com maior possibilidade de provocar influência, identificação do assunto na agenda do governo, articulação com os usuários e identificação de interesse do público alvo, são as menos frequentes. A maioria dos pesquisadores analisou os resultados da política, seguido dos que sugeriram ações a serem implementadas. Esse último tipo de pesquisa tem maior probabilidade de uso, no entanto, tem que estar alinhada aos interesses dos tomadores de decisão e à agenda governamental, bem como ser divulgada de forma acessível aos usuários. A avaliação dos resultados, da mesma forma, pode dar subsídios aos tomadores de decisão, ao indicar o que está dando resultados positivos e o que deve mudar de rumo.

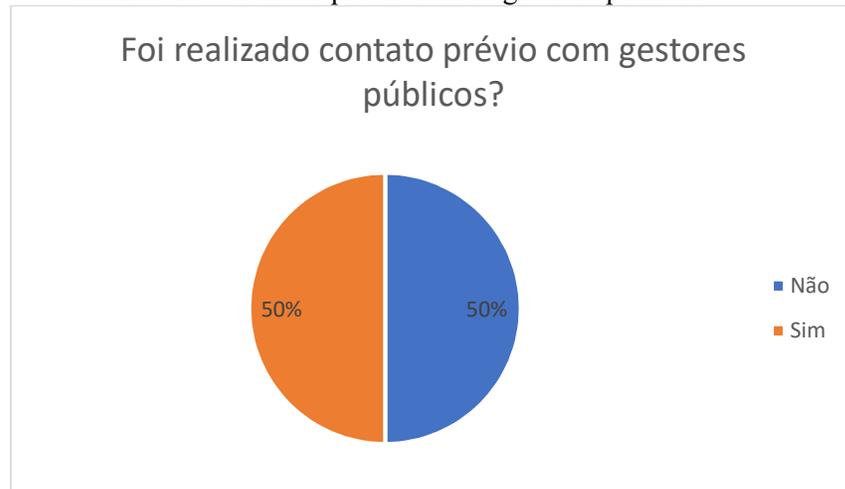
Quadro 14 – Finalidade das pesquisas

A pesquisa executada:	Total
Analisou os resultados da política	6
Sugeriu ações a serem implementadas	5
Descreveu o processo político/decisório de Políticas Públicas	4
Realizou diagnóstico prévio da área/setor	3

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

As pesquisas que descrevem o processo político e decisório e aquelas que realizam diagnóstico são importantes para realização de outros estudos, porém, costumam gerar maior impacto no âmbito acadêmico. E, por envolverem decisão em políticas públicas, foi questionado aos pesquisadores se eles realizaram algum tipo de contato prévio com gestores públicos, sendo os resultados da questão apresentados no gráfico 15 a seguir:

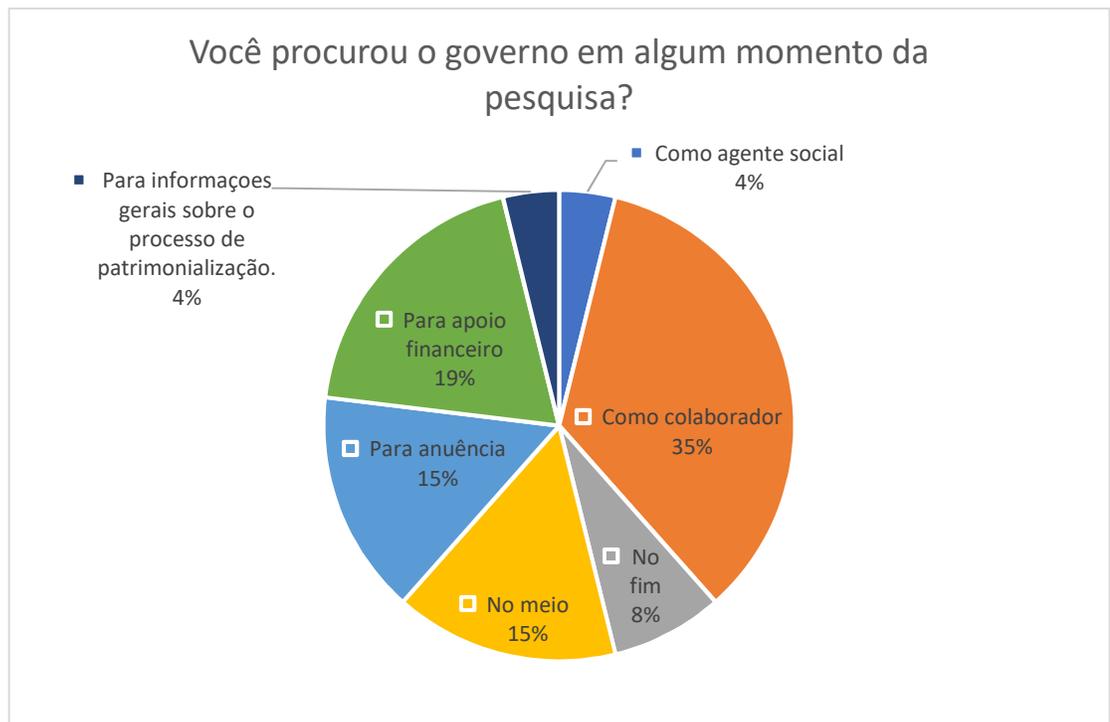
Gráfico 15 – Contato prévio com os gestores públicos



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Dos pesquisadores que responderam ao questionário, metade entrou em contato com os gestores públicos antes da realização da pesquisa e a outra metade não. Como observado, uma maior interação, além de possibilitar a percepção de novas questões, aumenta a probabilidade de utilização da pesquisa. Foi solicitado que os pesquisadores comentassem essa resposta, porém, 50% não atenderam a essa solicitação. Dos que comentaram, a maioria citou a instância de governo contatada (Secretarias Municipais -Turismo, Agricultura, Cultura etc -, Prefeituras, representantes do setor privado, governo estadual), um comentou a forma de contato (*on-line*) e outro informou que buscou os gestores com a finalidade de antecipar a agenda e facilitar a coleta de dados.

Gráfico 16 – Fatores que motivaram contato com o Governo



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Outra questão perguntada aos pesquisadores foi se em algum outro momento houve contato com o governo. A maioria (35%) respondeu que procurou o governo como colaborador, 19% para apoio financeiro, 15% procuraram o governo para anuência, outros 15% o procuraram no meio da pesquisa e 8% procuraram o governo somente no final. Nessa questão, os pesquisadores poderiam acrescentar outras respostas, caso as opções oferecidas não contemplassem suas experiências.

Assim, um dos pesquisadores procurou o governo para obter informações e outro o procurou como agente social.

Gráfico 17 – Aproximação com usuários



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Somente 33% dos pesquisadores informaram que houve envolvimento dos usuários na execução da pesquisa, além do fornecimento de informações, o que está de acordo com a pergunta anterior, na qual 35% informaram ter procurado o governo como colaborador. Conforme visto na teoria, esse envolvimento é citado como um dos fatores que mais influenciam a utilização das pesquisas pelo usuário, por gerar relações de confiança e familiaridade com a pesquisa.

Por sua vez, no que concerne aos fatores que impulsionam a utilização das pesquisas pelos usuários, um dos que mais se destaca é a divulgação dos resultados em uma linguagem que eles entendam. Porém, observa-se que os meios mais utilizados pelos pesquisadores para a difusão de seus estudos é a produção de artigo e a participação em eventos científicos, conforme o quadro 15 a seguir. Logo após vem a publicação de livro.

Essas formas de divulgação, embora mais difíceis de atingir o usuário, são as mais valorizadas pelas agências de fomento e pela própria academia, seja para selecionar projetos de pesquisa, seja para a progressão na carreira. Alguns utilizaram redes sociais e outros utilizaram meios de divulgação mais próximos dos usuários como entrevistas, matérias em jornais e em revistas.

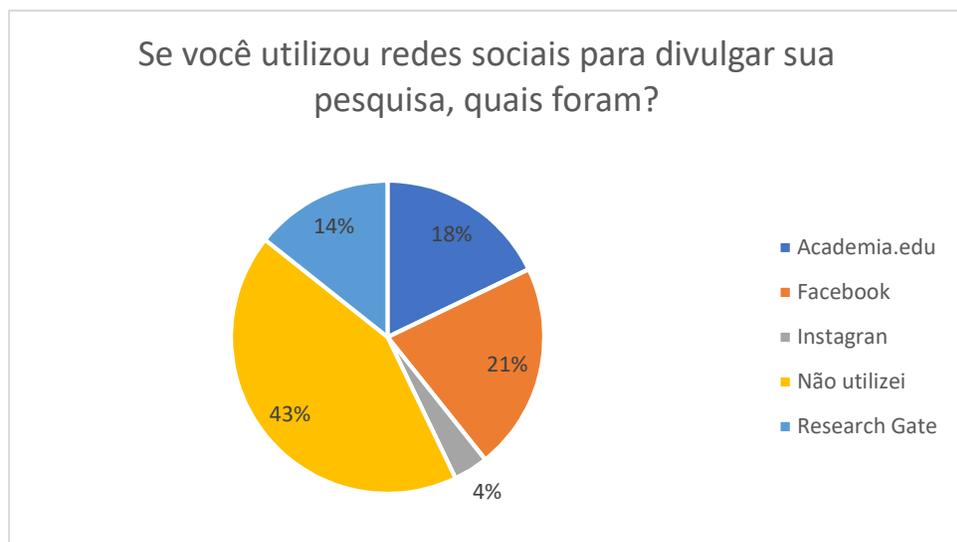
Quadro 15 – Estratégias de divulgação da pesquisa

Qual foi a estratégia de divulgação da sua pesquisa?	Total
Participação em eventos científicos	16
Produção de artigo científico	16
Livro	7
Redes sociais	6
Entrevistas/matérias em jornais/revistas	5
Ainda não acabei	1
E-book	1
Participei diretamente da Planos de desenvolvimento turístico regionais e municipais diversos	1
Cartilhas	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Há somente um registro de cada para *e-book* e produção de cartilhas. Um pesquisador informou ter participado diretamente de planos de desenvolvimento turísticos. Outro, afirmou que ainda não terminou a pesquisa.

A maioria dos pesquisadores (43%) informou não ter utilizado redes sociais para divulgar suas pesquisas, conforme gráfico 18. Dos que o fizeram, 21% utilizaram o Facebook, 18% a Academia.edu, 14% o *Research Gate* e 4% utilizaram o *Instagram*. No entanto, é importante esclarecer que as redes Academia.edu e *Research Gate* são específicas de pesquisadores, não atingindo, dessa forma, o público fora da academia.

Gráfico 18 – Utilização de redes sociais pelos pesquisadores

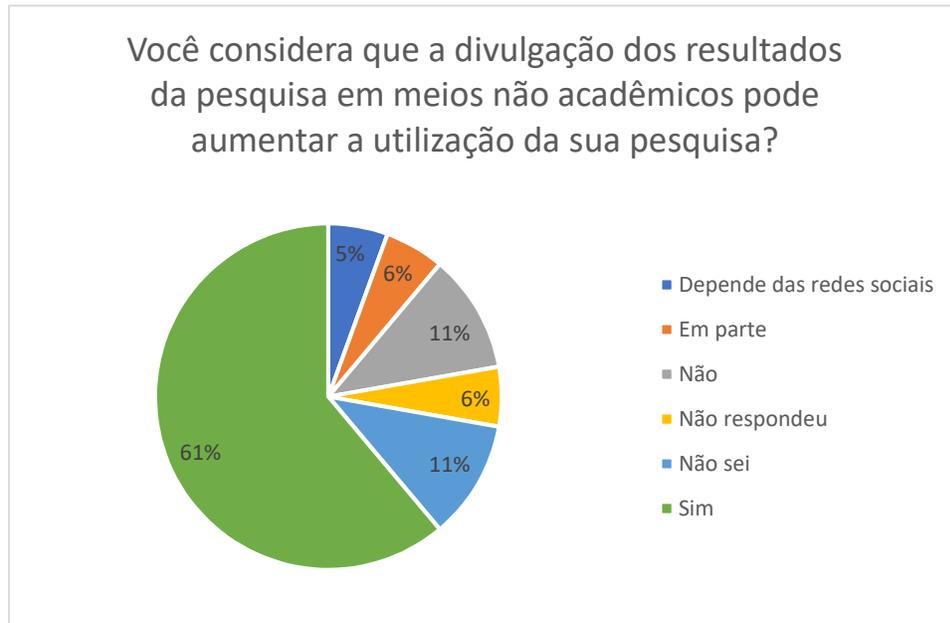
Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Foi perguntado também se a divulgação dos resultados da pesquisa em meios não acadêmicos poderia aumentar a utilização da pesquisa, solicitando que comentassem a resposta. Alguns não comentaram, porém, há bastante diversidade nas opiniões: “chegaria a um público mais amplo”; “Desde que tenha clareza sobre processos e ser reconhecimento para CV” – aqui vemos que, se a atividade fosse valorizada pelas avaliações, o pesquisador investiria seu tempo em realizá-la; “Com exceção das redes sociais, acredito que possa aumentar a utilização da minha pesquisa. Excluo as redes sociais pelo fato desta envolver um público amplo e que parte dela não revela interesse por tais questões”; “Não é este meu objetivo”; “Sim, pois possuo maior abrangência”; “mas em materiais específicos como cartilhas e manuais para públicos específicos. A rede social não é adequada pois nivela os resultados da pesquisa com narrativas não-científicas contribuindo para a desvalorização da investigação”.

Do mesmo modo, destacamos ainda as seguintes falas registradas no questionário: “Os resultados das pesquisas devem ser de domínio público”; “Entre os participantes de grupos de interessados em temas afins”; “sim, mas não consegui avançar neste tipo de divulgação. Além disso, sabemos que este tipo de produção é pouco privilegiado pelas avaliações acadêmicas” – novamente vemos a questão da não valorização desse tipo de atividade, o que inibe o investimento de tempo nela; “Desde que tenha uma linguagem palatável”; E, por fim, também se destacou: “A participação em eventos costuma gerar curiosidade sobre a pesquisa. Aqui na Serra Gaúcha, são comuns as parcerias com o poder público. Neste momento, por exemplo, há dois vereadores de Caxias do Sul como alunos no Mestrado em Turismo. Essa participação nos entusiasma bastante” – aqui vemos o fenômeno oposto: o político entrando no mundo acadêmico, o que pode trazer resultados bastante positivos, agregando reflexão e método ao ambiente político.

Nessa questão, percebemos também uma variedade de opiniões, com pesquisadores acreditando que a divulgação pode trazer mais publicidade/curiosidade sobre a pesquisa e outros que acham que esse tipo de divulgação desvalorizaria a pesquisa. Entretanto, com linguagem adequada, esse tipo de divulgação poderia aproximar a pesquisa científica da sociedade, ajudando a gerar impacto.

Com base nas respostas colhidas, esboçou-se o gráfico 19, apresentado a seguir:

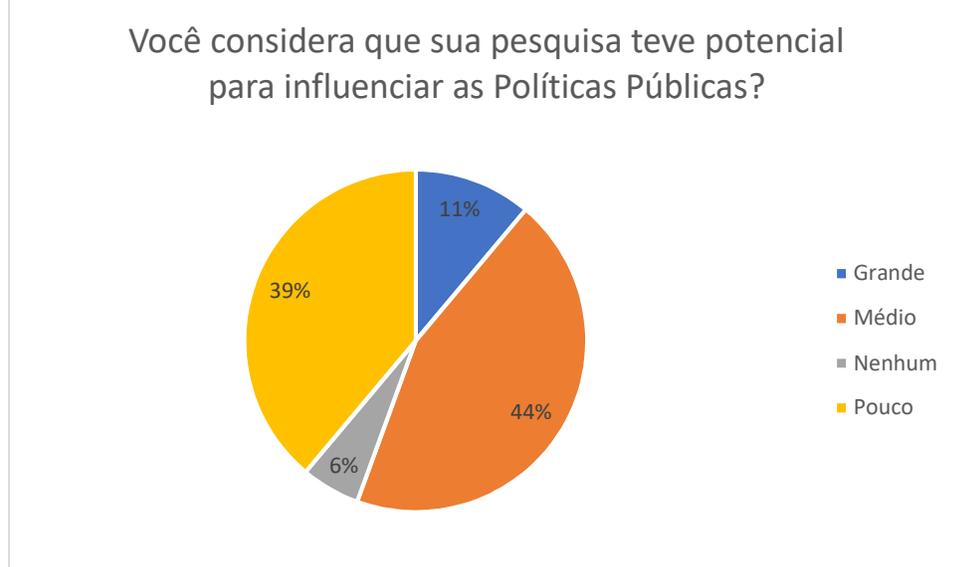
Gráfico 19 – Divulgação da pesquisa em meios não acadêmicos

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Apesar de acreditarem que a divulgação dos resultados da pesquisa em meios não acadêmicos pode gerar impacto, vemos, tanto pelas respostas dadas quanto pela observação social em geral, que isso quase não ocorre. Em parte, deve-se ao sistema de avaliação da pesquisa científica, que tem o artigo científico como fator central da avaliação, seja no número de publicações, seja no número de citações. Em menor medida, provavelmente está também o fato de ter que transformar a linguagem científica numa linguagem mais acessível, mais compreensível à população – o que, efetivamente, exigiria que os pesquisadores se mobilizassem.

Poucos pesquisadores (11%) consideram que suas pesquisas tiveram grande potencial para influenciar as políticas públicas. A maioria (44%) acredita que a pesquisa teve média probabilidade de influência, sendo que outra grande parte (39%), crê que a possibilidade de influência foi baixa. Somente um pesquisador respondeu que a pesquisa não teve nenhum potencial para influenciar as políticas públicas.

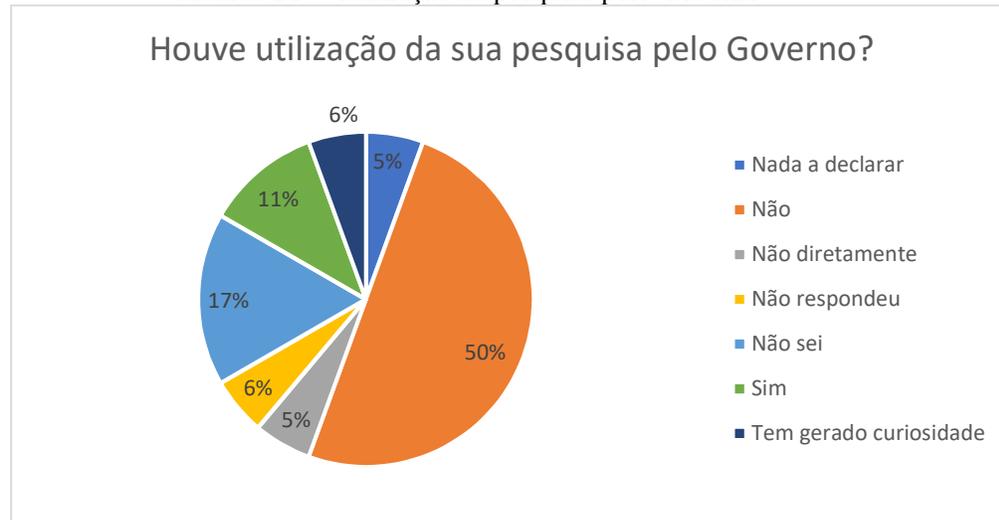
As respostas dadas foram assim representadas no gráfico a seguir:

Gráfico 20 – Consideração dos pesquisadores sobre o impacto de seus trabalhos

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Já quando perguntado se houve utilização da pesquisa pelo governo, 50% informaram que não houve, 17% não sabem. Um pesquisador informou que a pesquisa tem gerado curiosidade, o que pode ser um primeiro passo para a utilização. Outro pesquisador não respondeu à pergunta e outro ainda disse que nada tem a declarar. Um pesquisador declarou que houve utilização não diretamente, o que nos remete à utilização conceitual descrita por Beyer (2011). Somente 11% (dois pesquisadores) responderam afirmativamente a questão, um número pequeno, considerando a resposta anterior, na qual foi afirmado que 55% das pesquisas têm grande ou médio potencial para influenciar as políticas públicas. Nesse sentido, vale aprofundar em outras pesquisas o porquê desse pouco aproveitamento.

Conforme se observa no Gráfico a seguir, foram representadas as respostas dadas pelos pesquisadores, no que concerne à utilização da pesquisa pelo governo. Na representação, é possível observar de modo mais direto o descompasso indicando a realização das pesquisas e a utilização por parte de órgãos governamentais. Isso evidencia, sobretudo, que é preciso que ocorra uma melhora entre os canais de comunicação que podem interligar pesquisadores, governos e sociedade como um todo, ainda mais num tempo em que as pesquisas científicas estão sendo questionadas por uma parcela da população, bem como por determinadas instâncias do atual governo brasileiro.

Gráfico 21 – Utilização da pesquisa pelo Governo

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ainda sobre a utilização da pesquisa, foi solicitado ao pesquisador que relatasse sua experiência. Dos pesquisadores que comentaram, temos as seguintes respostas: “O Governo não faz articulação com a academia”; “Particpei diretamente de Planos de desenvolvimento turístico regionais e municipais diversos” – aqui vemos o uso direto da pesquisa, provavelmente por meio de contratação de consultoria; “Não, pois apresentou na primeira fase os problemas ‘políticos’ da concepção e implementação da política” – nesse caso, constatamos que os valores importam na utilização da pesquisa e, se contrário aos interesses dos tomadores de decisão, as pesquisas serão ignoradas; Outro pesquisador relatou que suas pesquisas têm influenciado políticas públicas tanto para o setor religioso quanto para o desenvolvimento de turismo de base comunitária. Ele afirma que: “As minhas pesquisas ajudam os governos municipais e estaduais a contextualizar e fundamentar projetos de desenvolvimento e obter recursos públicos” – aqui vislumbramos cooperação entre a academia, setor público e comunidade, o que acarreta utilização da pesquisa para desenvolvimento e obtenção de recursos.

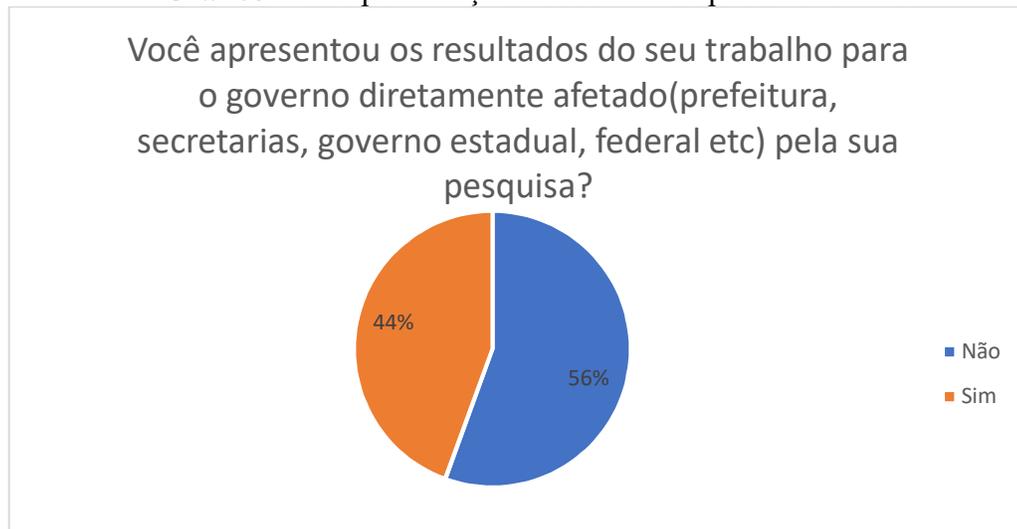
Do mesmo modo, destacam-se também as seguintes falas: “Não houve diretamente, mas indiretamente através das formações acadêmicas de técnicos do governo” – aqui percebemos uma outra forma de utilização das pesquisas, a formação acadêmica de agentes do governo. No entanto, esse fator não é controlável pelo pesquisador; “Minhas pesquisas em gastronomia têm gerado curiosidade. A pesquisa sobre Jardim Botânico foi realizada em parceria com o JB de Porto Alegre

(este, infelizmente, em desativação pelo governo estadual)" – A curiosidade na pesquisa pode vir a gerar utilização, caso esteja em linguagem que o público alvo a entenda.

Quanto ao caso do Jardim Botânico, enxergamos a dificuldade descrita por Rua (2006). A autora chama a atenção para a descontinuidade administrativa das políticas públicas, uma vez que os cargos são preenchidos conforme critérios políticos, o que acarreta constante mudança de seus ocupantes. Com isso, “frequentemente os programas e políticas são redimensionados, reorientados, suspensos ou deixam de concentrar suas atenções e energias dos quadros daquelas agências” (RUA, 2006, p. 29). Molina (2005) também chama a atenção para esse problema, quando a política pública muda conforme muda os ocupantes dos cargos.

A maioria dos pesquisadores (56%) não apresentou os resultados das pesquisas para o governo diretamente afetado pelos estudos. Novamente, nem todos os pesquisadores comentaram a resposta. As justificativas foram agrupadas, para análise: “Sem oportunidades”; – percebemos aqui uma falta de ação do pesquisador em retornar os resultados da pesquisa para o público alvo. Mesmo que não “traduzisse” o resultado para uma linguagem apropriada, o pesquisador poderia ter enviado o relatório final da pesquisa para conhecimento, pois a pesquisa foi financiada com recursos públicos; “não percebi nenhum interesse do governo com o tema durante a pesquisa” – muitas vezes o tema não está na agenda ou está em conflito com os interesses e/ou valores dos tomadores de decisão. Conforme comentário anterior, nesses casos também é importante retornar o resultado para o Governo, mesmo que não extrapole o ato formal de envio.

Gráfico 22 – Apresentação dos resultados para os usuários



Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Igualmente, destacamos: “Existem dificuldades para realizar esta divulgação face às inúmeras atividades cotidianas em que estamos envolvidos nas Universidades” – novamente aqui, percebemos que o grande número de atividades acadêmicas nas quais os pesquisadores estão envolvidos inibe o investimento em outras formas de divulgação; “Apenas enviei o relatório”; “entreguei uma versão ao órgão estadual de turismo” – esses dois pesquisadores deram retorno à instituição, porém, ao que parece, sem “tradução” do relatório a uma linguagem mais coloquial; “Os resultados parciais foram apresentados em fóruns de discussão” – aqui percebemos um esforço maior do pesquisador em apresentar os resultados – mesmo que o resultado não seja utilizado, é uma forma dos tomadores de decisão conhecerem o trabalho acadêmico e o procurarem, quando necessário, e/ou utilizarem o resultado conceitualmente.

Os pesquisadores ainda responderam que: “Devido a outros compromissos acadêmicos, não foi possível organizar tal apresentação fora do âmbito acadêmico; além disso, a finalização da pesquisa ocorreu após a mudança da gestão nos municípios” – aqui, além do problema do excesso de atividades acadêmicas, observa-se os aspectos políticos que dificultam a utilização da pesquisa, como a descontinuidade administrativa exposta por Rua (2006) e Molina (2005).

Por fim, um pesquisador afirmou que “O encaminhamento à autoridade é sempre importante, mesmo que se saiba que em muitos casos o recebimento não transcenda ao ato político. Entretanto, espera-se que, nestes casos, o documento entregue circule entre a equipe do órgão público”. Esse pesquisador afirma também que “tenho encaminhado artigos a vereadores conhecido” – além do encaminhamento, o pesquisador utilizou seus contatos, o que nos remete às relações de confiança estabelecidas entre o pesquisador e o poder público, que pode facilitar a utilização da pesquisa.

O quadro 16 apresenta as respostas sobre o que poderia ser feito para melhorar a articulação entre pesquisadores e tomadores de decisão:

Quadro 16 – Meios para melhorar a articulação entre pesquisadores e usuários

Formação de observatórios
Criar um banco de ideias e soluções sobre temas pesquisados onde os tomadores de decisões pudessem acessar e verificar se já existem estudos realizados sobre o assunto em questão.
Parceria do Governo com as Universidades
Os tomadores de decisão deveriam promover mais fóruns de debates/seminários. Na realidade, a maioria forma um conjunto de assessores nem sempre com cabedal intelectual e fecham as portas para as propostas. Contudo, no discurso dizem o oposto.
Interesse por parte dos gestores públicos em conhecer nossas atividades de pesquisa. Geralmente os tomadores de decisão não tem interesse em conhecer resultados de pesquisa
Não tenho opinião formada
Precisaria de dias para explicar
Estabelecimento de rede mais ampla e participativa
Manter os tomadores de opinião no poder
Há diversificados tipos de pesquisa. As que identificam problemas são importantíssimas, e não devem se desviar de suas finalidades. As sugestões às tomadas de decisão devem ser encaminhadas ou realizadas em parceria com os órgãos públicos não sem preservar sua independência
Conscientização de que as pesquisas não são um exercício retórico e que os pesquisadores podemos contribuir muito com a sociedade.
O diálogo é um importante instrumento. E, o movimento deve vir de ambos os lados: dos pesquisadores e dos tomadores de decisão. Melhorar diálogo. Efetivar parcerias
A grande lacuna no Brasil é justamente a pouca importância que os gestores dão a academia.
Seria interessante que os tomadores de decisão vissem a universidade como parceira nesses processos; ao mesmo tempo, a universidade deveria, também, se colocar à disposição, por diversos meios, da gestão pública, no sentido de promover essa aproximação, por meio de atividades de extensão, por exemplo.
Editais específicos
Atividades reunindo pesquisadores e autoridades, para apresentação das pesquisas (divulgação científica) possivelmente teriam bom retorno.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Nota-se que a maioria das respostas remete ao diálogo, formação de parcerias. Uns responsabilizam a falta de diálogo somente pela parte do governo, outros reconhecem que a aproximação deve se dar de ambos os lados, dos pesquisadores e do governo. Alguns sugerem mecanismos para o acesso dos gestores às pesquisas, como criação de banco de dados, de observatórios, parcerias.

Finalmente, foi reservado aos pesquisadores um espaço para fazer considerações que julgar pertinentes sobre o CNPq, tema da pesquisa etc. As respostas estão especificadas no quadro 17, observando que nem todos os pesquisadores responderam:

Quadro 17 – Considerações dos pesquisadores

O papel do CNPq é fundamental para inovação científica e promoção de políticas de desenvolvimento regional
Que o CNPq, a partir dos resultados das pesquisas por ele apoiado, crie uma bolsa de ideias e soluções sobre temas específicos, como por ex. turismo, onde o tomador de decisão pudesse ter acesso inclusive com possibilidade de contato com o pesquisador.
O CNPq poderia envolver-se mais com as Universidades
O CNPq deveria apoiar pesquisadores independentes. Ou seja, aqueles que não estão ligados à Universidades Públicas e Particulares. Há um potencial desperdiçado, pois a maioria dos editais focam neste universo. Por vezes, notamos que as pesquisas apoiadas não resultam em bons trabalhos e que os mesmos têm qualidade duvidosa. Isto faz com que o dinheiro público entre num círculo vicioso, mantido em muitas instituições. A pesquisa científica, independente da vinculação, por vezes prejudicial.
A área do Turismo mereceria maior atenção por parte do CNPq uma vez que há problemas de formação (nesta área de conhecimento) e também porque esta área é importante no atual processo de desenvolvimento econômico dos países.
Cabe ressaltar que minha pesquisa cadastrada no CNPq e que foi base para a autora desse <i>survey</i> enviar o presente formulário, incide sobre políticas públicas, mas em perspectiva de recuperação de um período temporal a partir da memória de atores envolvidos no processo de estabelecimento da EMBRATUR. Dessa forma, minha pesquisa não se adequa ao padrão clássico de formulação de políticas públicas de turismo e sim, sobre como esta se deu.
ND
Entendo que neste momento o CNPq não está tendo tantos recursos quanto tinha antes. É muito preocupante a situação atual.
Não tenho comentários adicionais a fazer
O CNPq não consegue financiar corretamente a grande demanda reprimida de incentivos às pesquisas e projetos dos pesquisadores brasileiros.
Que o CNPq possa considerar o turismo uma área específica de turismo e ampliar os recursos aos pesquisadores, e que haja maior transparência quanto a escolha dos assessores das áreas, com efetiva participação e consideração à associação nacional de pesquisa e pós-graduação em turismo.
Penso que avançamos muito nos últimos anos, na área de turismo, junto ao CNPq (fruto, na minha visão, do comprometimento de algumas pessoas responsáveis pela área junto à instituição), e espero que a atual conjuntura política e econômica - desfavorável à ciência, à tecnologia e à educação - consiga ser superada, de forma que voltemos a avançar na construção e disseminação do conhecimento. Boa sorte na conclusão da pesquisa!
O CNPq seria um bom gestor para aproximação entre poder público e pesquisadores.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Ao deixar o espaço aberto para os pesquisadores, demos oportunidade para os mais variados comentários. Percebemos, no entanto, que a observação que mais se repete é quanto aos recursos para a pesquisa, devido ao atual momento econômico. Uma ideia ousada e interessante, porém, difícil de ser implementada devido ao atual sistema de apoio à pesquisa é o financiamento de pesquisadores independentes. Há uma reivindicação quanto à efetiva participação da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo quanto à escolha dos assessores. Esclarecemos que essa instituição está cadastrada para indicar três nomes para integrar o CA-SA, devendo seguir as instruções⁶⁷ divulgadas na página do CNPq. Nessas instruções, no entanto, a normativa

⁶⁷ Instruções para a indicação de nomes para a renovação dos CAs em 2019 estão disponíveis em <http://www.cnpq.br/web/guest/renovacao-de->

estabelece que “[...] O número de indicações não é fator preponderante” e, ainda, igualmente, que “[...] O Conselho Deliberativo do CNPq (CD) poderá considerar nomes não indicados após a consulta” (Brasil, 2019, *on-line*), demonstrando que, independente das indicações, o CD é que decide, podendo inclusive escolher um representante que não estava indicado.

Uma das sugestões que foi reforçada nesse espaço foi a ideia de criação de um banco de dados para acesso às pesquisas. A criação desse banco poderia, além de divulgar pesquisas para o público interessado, ser um instrumento de transparência pública, ponderando que nem sempre as pesquisas chegam aos resultados esperados. Essa ideia está diretamente ligada à seguinte competência do CNPq: “promover, implantar e manter mecanismos de coleta, análise, armazenamento, difusão e intercâmbio de dados e informações sobre o desenvolvimento da ciência e tecnologia” (BRASIL, 2017, *on-line*).

Quanto ao diálogo, reconhecido pelos pesquisadores como meio para a aproximação entre pesquisadores e tomadores de decisão, verificamos que ela se relaciona com a seguinte competência do CNPq: “propor e aplicar normas e instrumentos de apoio e incentivo à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, de difusão e absorção de conhecimentos científicos e tecnológicos” (BRASIL, 2017, *on-line*) e “promover a realização de acordos, protocolos, convênios, programas e projetos de intercâmbio e transferência de tecnologia entre entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais” (BRASIL, 2017, *on-line*). Na maioria das vezes essas competências são deixadas de lado, devido às atividades complexas do apoio à pesquisa em si, como elaboração e lançamento de chamadas, seleção, julgamento e acompanhamento, que acaba absorvendo a capacidade de trabalho do quadro de servidores do CNPq, cada dia mais reduzido.

Um dos pesquisadores pede atenção do CNPq para a área de Turismo, devido aos seus problemas de formação da área e porque é importante para o desenvolvimento econômico do País. Além de denunciar a concentração dos recursos de pesquisa em alguns perfis de pesquisadores, Luz (2008, p. 223) afirma que, no sistema atual de avaliação de pesquisa, cursos de pós-graduação emergentes são penalizados, “[...] sem considerar o papel estratégico para o desenvolvimento social e educacional, na formação de recursos humanos avançados que possam estar atuando em regiões pouco favorecidas por recursos e incentivos públicos à pesquisa”. Aqui podemos inserir a dificuldade dos cursos de pós-graduação em Turismo, pois todos são recentes. Nesse sentido, os

pesquisadores dessa área devem se valer dos meios possíveis para buscar um diálogo com as instituições de CT&I, Governo e Sociedade.

4.3 DISCUSSÃO DOS DADOS

A análise dos dados do fomento da pesquisa sobre turismo do CNPq revelou alguns vieses. A distribuição de processos entre homens e mulheres é equilibrada, com ligeira vantagem para os homens (52%), em se tratando de projetos de pesquisa, que se mantem em relação aos projetos com potencial para influenciar políticas públicas. Quando analisada a aprovação de todas as bolsas e auxílios, as mulheres têm ligeiro destaque (53%).

Verifica-se que, apesar de ter sido inserida como área no CNPq somente em 2006, o Turismo detém a maioria das propostas aprovadas nos três níveis de análise dos dados do CNPq⁶⁸. A área de Geografia se destacou em segundo lugar em todos os níveis. A área de Administração, quarta na demanda geral, cai para quinta em projetos de pesquisa e volta para terceiro quando se trata de projetos com possibilidade de influenciar políticas públicas, confirmando sua relação com a gestão pública. Destaca-se a demanda da área de Ciências da Computação, que chega a ficar em terceiro lugar em projetos de pesquisa aprovados, porém, sem representação quando se trata de influência em políticas públicas. Da mesma forma, sobressai a participação de pesquisas sobre turismo em editais de cunho tecnológico, evidenciando o interesse desenvolver produtos/ferramentas para facilitar o desenvolvimento do turismo. Outras áreas que se sobressaem entre as 10 primeiras em todos os níveis de análise são Antropologia, Sociologia, Ecologia e Arquitetura e Urbanismo.

Na demanda geral de bolsas e auxílios, as propostas foram apresentadas por 176 instituições diferentes, número bem superior ao número de instituições que possuem pós-graduação em Turismo, confirmando que o estudo do Turismo vai além dos cursos de pós-graduação da área. Nota-se, no entanto, que as instituições que possuem PPGs em Turismo têm um pouco mais de propostas apoiadas, mas também são responsáveis pela maior demanda.

As modalidades mais apoiadas são as de projeto de pesquisa, seguida por bolsas de mestrado e bolsas de Produtividade em Pesquisa. Por ser distribuída entre os melhores

⁶⁸ Todas as bolsas e auxílios; somente projetos de pesquisa; e somente projetos com tendência para influenciar políticas públicas.

pesquisadores de cada área, muitos cientistas contemplados com essa bolsa são também contemplados com auxílios para pesquisa, gerando acúmulo de recursos entre alguns cientistas e grupos de pesquisa, como verificado por Luz (2008) e Mattedi e Spiess (2017).

As chamadas com maior demanda de projetos em turismo são a Chamada Universal e a de Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas, que são lançadas periodicamente. As propostas sobre turismo também estão presentes em chamadas lançadas esporadicamente, quando algum Ministério ou outra instituição, principalmente do governo, decide investir recursos em pesquisa e fazem acordo de cooperação com o CNPq. É possível verificar que o Turismo tenta se inserir nas diversas oportunidades de pesquisa oferecida pelo CNPq, revelando a abrangência dos assuntos relacionados a esse tema. Nota-se também a participação de pesquisadores jovens e sêniores como coordenadores de projetos de pesquisa.

Ao se comparar a distribuição das propostas aprovadas por região, envolvendo todas as bolsas e auxílios do CNPq, percebe-se que a concentração nas regiões Sudeste(96)/Sul(73) é discreta em relação ao Nordeste(68). A Região Nordeste fica em segundo lugar em projetos de pesquisa implementados e em primeiro lugar nos projetos relacionados às políticas públicas. Essa região também possui o maior número de Programas de Pós-Graduação em Turismo e o segundo lugar em número de EFIT, após o Sudeste. O apoio às regiões Centro-Oeste e Norte é bem menor, mas há que se considerar que a demanda também é menor. Nota-se ainda a participação nula ou quase nula de alguns estados, que poderiam ser beneficiados com desenvolvimento por meio de pesquisas em Turismo.

Destaca-se também a demanda para outros países, tanto de bolsas quanto de projetos (estes em número menor). Os países mais demandados foram Portugal e Espanha, apesar de poucas propostas terem sido aprovadas. O apoio ao desenvolvimento de pesquisa em outros países é importante, tanto para o desenvolvimento de outras ideias, metodologias, quanto para a internacionalização dos PPGs. No entanto, o sistema de avaliação de pesquisas favorece a concessão desses instrumentos a PPGs consolidados, o que contribui para protelar o desenvolvimento de Programas em fases iniciais.

Essa é uma caracterização inicial do fomento do CNPq. Outros vieses poderão ser encontrados, realizando outras correlações de dados, o que não foi feito devido ao limite de tempo de uma dissertação. No entanto, a partir dessa primeira análise, é possível identificar alguns fatores interessantes que poderão ser objeto de estudos em trabalhos futuros.

A avaliação dos dados do fomento do CNPq, juntamente com as respostas do questionário permitiram traçar um perfil da comunidade científica do turismo e suas percepções sobre a área e sobre os impactos de suas pesquisas. Como limitação da análise proposta, destacamos o baixo número de respostas recebidas e, quando recebidas, o não preenchimento de algumas, principalmente as abertas, que poderiam esclarecer/descrever algumas questões relevantes para essa pesquisa.

Aplicando a análise de conteúdo, podemos considerar que a comunidade científica do Turismo é:

1 – Heterogênea: Primeiramente observamos uma área tão heterogênea quanto multidisciplinar. As diferentes áreas de formação dos pesquisadores, que deveriam contribuir para um olhar holístico para o fenômeno do turismo, muitas vezes restringem esse olhar, causando o que aparenta ser uma disputa por hegemonia de áreas que representam melhor o turismo. Porém, como visto na teoria, os estudos do turismo devem ser cada vez mais complexos e, para avançar, demandam cada vez mais um viés transdisciplinar (BENI; MOESCH, 2017). Isso implica em deixar transpor as diversas ideias disciplinares para explicar o fenômeno sob diversos ângulos, permitindo a interpenetração das teorias em busca de uma análise profunda, desvelando sua essência.

Compreendendo assim esse fenômeno, torna-se mais fácil conduzir pesquisas que influenciem tomadores de decisão, seja no âmbito governamental, com as políticas públicas, seja no âmbito empresarial, com empreendimentos inovadores. Essa heterogeneidade da área está refletida nas principais agências financiadoras de pesquisa do País, o CNPq e a CAPES, o que contribui para esse olhar dividido da área e influencia a avaliação dos PPGs em Turismo, consequentemente, no comportamento e nas escolhas dos pesquisadores.

2 – Dividida: A característica da heterogeneidade deixa transparecer uma divisão na área do Turismo, com alguns pesquisadores defendendo as disciplinas a que são ligados, em vez de abraçar a multidisciplinaridade, quiçá a transdisciplinaridade. Cerca de 1/3 dos pesquisadores sugeriram que o Comitê deveria ser multidisciplinar, próprio do Turismo ou abarcar ainda outras áreas das Ciências Humanas. Por esse motivo, pesquisadores ainda continuam submetendo projetos a outros Comitês de Assessoramento, que não o CA-SA. Nesse sentido, é importante que os estudos

sobre a teoria do turismo (epistemologia, metodologia), ainda tímidos⁶⁹ e concentrados em alguns pesquisadores, possam avançar e penetrar em todos os cursos de pós-graduação.

Uma comunidade científica com objetivos comuns pode se organizar e reivindicar seu papel como construtora de conhecimento de uma área que pode contribuir significativamente para o desenvolvimento social, ambiental e econômico do Brasil, justificando, assim, aporte de mais recursos para seus estudos. Destaca-se ainda que a organização em torno de objetivos comuns pode reivindicar, junto à CAPES, uma representação mais efetiva da área, com pelo menos um representante da pós-graduação em Turismo na área de avaliação dessa instituição.

3 – Em consolidação: a comunidade científica, assim como os Programas de Pós-Graduação em Turismo e EFIT, estão em fase de consolidação. Isso acarreta dificuldades ao disputar recursos com áreas consolidadas, como Administração e Comunicação. Uma parte dos pesquisadores luta para delimitar o campo científico do Turismo, com elaboração de teoria, modelos de interpretação etc.; outros consideram ainda que a atividade é um serviço. Novamente, isso causa uma visão dividida da comunidade. Por sua vez, em relação ao sistema de avaliação do CNPq, apesar de reconhecer alguns gargalos, como não abranger todas as áreas afins, ainda se apresenta mais representativo do Turismo que o sistema de avaliação da CAPES, onde não há nenhum representante da comunidade científica do turismo em sua composição.

Quanto aos fatores verificados na revisão teórica, os quais possibilitariam maior utilização dos estudos que poderiam resultar em maior impacto, percebe-se que metade deles (agenda, valores e sistema de avaliação de pesquisa) não é controlável pelo pesquisador. Porém, conhecendo essas variáveis, o pesquisador pode direcionar ações para obter maior visibilidade, como estar atento à agenda pública do turismo, conversar com os tomadores de decisão para identificar assuntos que estão necessitando de intervenção e/ou informações. Verificou-se que a maioria dos pesquisadores escolhe o tema de pesquisa pela identificação de um problema, mas não necessariamente ligado a políticas públicas. As ações que poderiam trazer uma maior utilização da pesquisa (identificação do assunto na agenda do governo; articulação com os usuários interessados; e identificação de interesse do público alvo) são as menos utilizadas.

No que tange aos valores, confirmou-se que eles influenciam na tomada de decisão. Assim, torna-se importante identificar a corrente ideológica do gestor para não criar conflitos

⁶⁹ Haja visto a dissertação desenvolvida por Freitas sobre os estudos de epistemologia do Turismo.

desnecessários e/ou usar uma linguagem para apresentar o problema de uma forma que o viés ideológico não esteja explícito, enfatizando os ganhos da aplicação da pesquisa.

Quanto à forma de avaliação da pesquisa, notou-se que alguns pesquisadores não estão familiarizados com os procedimentos adotados pelo CNPq. Outros, conhecendo-os, utilizam estratégias para que seu projeto seja mais bem avaliado, como o pesquisador que envia propostas sobre turismo para outro Comitê que não o CA-SA. No entanto, a maior questão sobre a avaliação, é que ela faz com que os pesquisadores prefiram se empenhar em atividades que contribuam para progressão na carreira e/ou para conseguir financiamento para pesquisas. Isso se manifesta na escolha da divulgação de suas pesquisas, a maioria no formato de artigos científicos e apresentação em eventos acadêmicos. Pode-se verificar a influência dessa avaliação refletida no desempenho das EFIT, cujos principais produtos, conforme constatado por Díaz (2018, p. 110) são: “dissertações de mestrado, teses doutorais, livros, capítulos de livros, artigos e trabalhos publicados em periódicos e revistas científicas”. Assim, os fatores que tendem a gerar maior utilização das pesquisas são deixados de lado. Ainda quanto à avaliação, além desses fatores, comuns a todas as áreas, o Turismo é tratado em Comitês diferentes na CAPES e no CNPq, enfatizando a heterogeneidade da área, já comentada na caracterização da comunidade científica.

Sobre os fatores que os pesquisadores podem controlar (interação com os usuários, divulgação e qualidade da pesquisa), foram percebidos três perfis de pesquisadores: os (poucos) que se envolvem com o governo e comunidades e conseguem com que suas pesquisas sejam consideradas na formulação de políticas públicas; os que querem, mas as exigências de atividades acadêmicas para progressão na carreira e financiamento de pesquisas impedem o desenvolvimento de produtos que poderiam atrair a atenção dos usuários, e conseqüente utilização de suas ideias; e os que acreditam que seu papel como pesquisador está cumprido com a devida divulgação de sua pesquisa nos meios tradicionais.

É necessário que os pesquisadores que ainda não realizam atividades de aproximação com o público alvo se conscientizem da importância do envolvimento da sociedade com as pesquisas, seja na qualidade de integrante da equipe, seja como receptores do conhecimento desenvolvido, considerando-se ainda que a grande maioria das investigações ainda é realizada com recurso público. O apoio dos cidadãos pode trazer benefícios para a ciência como um todo, ainda mais em um cenário desfavorável economicamente, como ocorre no momento. Dessa forma, torna-se

importante o conhecimento dos fatores que proporcionariam uma melhor utilização dos resultados das pesquisas pelos usuários.

No entanto, mesmo quando os pesquisadores utilizam alguns desses fatores, algumas vezes não conseguem intervir nas políticas públicas. Destaca-se o caso descrito por Díaz (2018) que relata que, mesmo participando do Conselho Municipal de Turismo de Juiz de Fora, o que pressupõe um alto grau de interação com os tomadores de decisão, o grupo OEST não teve suas propostas consideradas pelos tomadores de decisão. Apesar disso, essa pesquisadora pondera que ações como essa e a do grupo LUCE, que está avaliando políticas públicas a pedido do Ministério do Esporte, apesar de ainda não terem gerado intervenção nas ações do Estado, fazem com que esses grupos comecem a “[...] ter uma visibilidade na sociedade na qual estão inseridos o que permite afirmar que estão no processo de consolidar-se como uma organização formal capaz de intervir na realidade de forma potencializada” (PIMENTEL, 2012 apud DÍAZ, 2018, p. 128).

Isso nos remete à teoria das políticas públicas, onde os jogos de interesse, quem ganha e quem perde, estão postos, demonstrando que o pesquisador tem que considerar também as dimensões e conceitos fundamentais das políticas públicas, a saber: *policy*, *politics e polity*, *policy network*, *policy arena e policy cycle* (Frey, 2000). Como a solicitação de avaliação comentada no parágrafo anterior partiu do próprio Governo, espera-se, participando do ciclo de políticas públicas na fase de avaliação, que o grupo LUCE possa vir a influenciar a reformulação dessa política.

Essa análise permitiu verificar que os desafios para que as pesquisas sejam utilizadas pelo público alvo são relevantes e desafiadores. A dinâmica das políticas públicas em si, cercada de valores e interesses, além do ambiente acadêmico, com suas regras disciplinares, são obstáculos que os pesquisadores têm que considerar. Soma-se a isso as inúmeras atividades exigidas para que o pesquisador seja considerado produtivo, que interferem diretamente no exercício de outras atividades, sobretudo aquelas que, porventura, poderiam aproximá-lo mais da sociedade em geral, levando a um público mais abrangente os resultados de sua pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa, a partir do tema *research utilization*, pretendeu verificar em que medida as pesquisas sobre Turismo apoiadas pelo CNPq estão sendo utilizadas pelos tomadores de decisão em políticas públicas. Para isso, identificou, na literatura existente, os fatores que limitam ou favorecem a apropriação da pesquisa por parte dos usuários, que resultou em valores, interação, divulgação, agenda, sistema de avaliação da ciência, tecnologia e inovação e pesquisa de qualidade. Além desses fatores, comuns a qualquer área, o Turismo encontra outras dificuldades que podem influenciar no impacto: a divisão e heterogeneidade de sua comunidade científica e sua recente criação como área acadêmica, o que, além das incertezas da construção de um campo científico, acarreta desvantagem na hora de disputar recursos com áreas já consolidadas.

O que agora pode ser considerado uma desvantagem, por causar divisão dentro da comunidade, pode ser revertido e demonstrar a importância dos estudos sobre turismo, os quais possibilitam influenciar em diversos aspectos do ser humano e da sociedade, dos mais íntimos aos mais sociais, conforme visto nas referências teóricas. Dessa forma, os pesquisadores poderiam abandonar disputas conceituais e de subáreas para se unirem e abraçarem a multidisciplinaridade, com cada subárea contribuindo para interpretar o fenômeno e construir uma síntese da situação. Nesse sentido, as EFITs sobre Turismo deveriam ser sempre multidisciplinares, abertas a experimentar o Turismo sob diversos olhares disciplinares e metodológicos, almejando, num futuro, a transdisciplinaridade.

Para que isso ocorra, é necessário haver um consenso sobre o lugar do Turismo como ciência e investir também em pesquisas epistemológicas, enfatizando a importância desses estudos para a sociedade e, assim, conquistando espaço e legitimidade no Sistema Nacional de Ciência e Tecnologia. O Governo está cada vez mais ciente do papel social do turismo e das pesquisas na área, como tem demonstrado nos últimos PNTs. Apesar do potencial para gerar emprego e renda e reduzir desigualdades e impactos ambientais, a política de turismo não se apoia em pesquisa científica na elaboração de planos nacionais, o que poderia torná-la mais efetiva e próxima das realidades regionais e locais.

As pesquisas apoiadas pelo CNPq revelaram uma baixa utilização da pesquisa (11%) frente às potencialidades média e alta declaradas pelos pesquisadores (55%), o que responde à pergunta de pesquisa elaborada (p. 17). Como a pesquisa é exploratória, não houve aprofundamento dessas questões, o que poderia ser melhor elucidado com estudos

de caso, no intuito de compreender melhor a realidade, escolhendo algumas experiências para aprofundar e verificar os entraves e estímulos para a utilização das pesquisas apoiadas pelo CNPq. Tais questões foram percebidas também a partir das limitações encontradas neste estudo, no tocante ao pouco número de respostas do questionário e, dos que responderam, o não preenchimento de todas as perguntas, principalmente as abertas, que poderiam elucidar alguns obstáculos e/ou boas práticas que ocorrem durante o desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, na utilização das pesquisas.

Ainda assim, os pesquisadores demonstraram preocupação com o cenário econômico da CT&I. Considerando que o formulário ficou aberto para receber propostas até 25/11/2018, esses pesquisadores não haviam sido informados da opinião do novo Ministro da Educação sobre o ensino de Filosofia e Sociologia⁷⁰, que estuda formas de reduzir ainda mais os investimentos públicos nessas duas áreas, diretamente ligadas aos estudos do Turismo.

Com o crescimento da agenda de impacto das pesquisas, seja como critério na alocação de recursos, seja para justificar os gastos com pesquisa junto à sociedade, é importante que o pesquisador esteja ciente dos fatores que influenciam a utilização dos resultados de pesquisa pelos usuários, ainda mais que está começando a ser estudado como indicador para avaliação de projetos científicos no CNPq. Interagindo com o público-alvo, o pesquisador pode conhecer mais seu objeto de estudo e, assim, estabelecer formas de atingi-lo com a finalidade de modificar a realidade de determinada localidade pelo turismo, considerando que as políticas públicas devem ser aplicadas para melhorar a qualidade de vida da sociedade.

Com isso, a área pode demonstrar sua importância junto à sociedade, ter mais reconhecimento e, conseqüentemente, mais recursos para realizar pesquisas, realimentando um ciclo que pode trazer benefícios à comunidade científica e a vários setores do País. Nesse sentido, cumpre registrar que, para o CNPq, é importante entender a complexidade das pesquisas em turismo para uma avaliação íntegra. Na impossibilidade de criar um comitê específico para a área, importa que sejam escolhidos componentes do

⁷⁰ A Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia e outras 60 instituições, inclusive algumas internacionais, divulgaram uma Nota de repúdio às declarações do ministro da educação e do presidente da república sobre as faculdades de humanidades, nomeadamente Filosofia e Sociologia. O ministro da Educação, Abraham Weintraub, “[...] afirmou que retirará recursos das faculdades de Filosofia e de Sociologia, que seriam cursos ‘para pessoas já muito ricas, de elite’, para investir ‘em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina’”. Disponível em <http://www.anpof.org/portal/index.php/es-ES/artigos-em-destaque/2075-nota-de-repudio-a-declaracoes-do-ministro-da-educacao-e-do-presidente-da-republica-sobre-as-faculdades-de-humanidades-nomeadamente-filosofia-e-sociologia>. Acesso em 01 mai. 2019.

Comitê de Assessoramento que possuam um olhar holístico e com boa articulação, para uma atuação adequada como consultor do CNPq na área.

É importante também, para essa agência de fomento, estudar a experiência de medição de impacto do Reino Unido, uma vez que foi criticada em dois artigos sobre a avaliação de turismo e considerar a utilização de outros indicadores de pesquisa que não os tradicionais, os quais incentivem os cientistas a buscarem outras formas de investigar e de divulgar os resultados de seus trabalhos.

Para a ANPTUR (2018, *online*), uma vez que tem como objetivo “[...] representar os interesses das instituições filiadas junto à opinião pública, ao Governo, aos órgãos de classe, a instituições de ensino e pesquisa no Brasil e no exterior, as representações diplomáticas e aos organismos e agências internacionais [...]”, essa instituição poderia reivindicar um lugar no CNT. Assim, buscaria ganhar confiança por meio da interação e, desse modo, interferir nas políticas públicas de turismo com respaldo acadêmico.

Por fim, como observado por Huberman (1994), a utilização dos resultados de pesquisas é um processo social, cercado de interesses, valores e incertezas e muitas vezes o pesquisador não tem poder para influenciar o debate posterior. A arena política, nas dimensões *politics*, *polity* e *policy* e a comunidade acadêmica também possuem as mesmas características, isto é, se agrupam ou se distanciam em torno de ideologias e interesses. Conhecendo melhor o objeto de estudo e os fatores que influenciam as ações dos atores, é possível desenvolver estratégias para interferir no processo decisório.

REFERÊNCIAS

- ABC. Associação Brasileira de Ciências. **ABC – História**. s.d. Disponível em: <http://www.abc.org.br/a-instituicao/memoria/historia/>. Acesso em: 25 jun. 2018.
- ANPTUR. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **Revistas**. 2017. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/portal/wiew/magazines/magazines.php>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- ANPTUR. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **XV Seminário da ANPTUR 2018**. 2018. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/seminario/2018/>. Acesso em: 08 abr.2018.
- ANPTUR. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo. **XV Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo – ANPTUR 2018: Programação**. 2018. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/seminario/2018/files/programacao-2018.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2018.
- ANPTUR. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. **XVI Seminário da ANPTUR 2019: Divisões científicas e grupos de trabalho**. 2019. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/seminario/2019/files/divisao-cientifica-pt.pdf>. Acesso em 02 abr. 2019.
- BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BENI, M. C; MOESCH, M. M. A teoria da complexidade e o ecossistema do turismo. **Turismo Visão e Ação**, v. 19, n. 3, 2017.
- BEYER, J. M. Research Utilization: Bridging a Cultural Gap between Communities. **Journal of Management Inquiry**, v. 20, n. 4, p. 385–391, 1 dez. 2011.
- BIZ, A. A. et al. Análise da produção científica dos docentes doutores dos programas de pós-graduação stricto sensu em turismo e hotelaria. In: **Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo**, V, p. 1–12, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **CNPq: Competências, conteúdo**. 2017. Disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/competencias/>. Acesso em: 20 jan. 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq. **História institucional: Anos 80**. 2015. Disponível em: <http://cnpq.br/anos-80/>. Acesso em: 14 mar. 2019.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas

Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Encti. **Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação 2016/2022: Sumário Executivo = National Strategy on Science, Technology and Innovation 2016/2022: Executive Summary.** Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2018.

BRASIL. **Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951 - Cria o Conselho Nacional de Pesquisas, e dá outras providências.** Disponível em: <http://cnpq.br/lei-1310/>. Acesso em: 31 jan. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. 2008 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111771.htm. Acesso em: 26 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. **Recursos Aplicados - Indicadores Consolidados.** 2018 Disponível em: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/institucional/paginaInstitucional.html>. Acesso em: 14 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e comunicações – MCTIC. **Recursos aplicados – indicadores consolidados:** indicativos. 2018. Disponível em: https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_consolidados/2.1.1.html. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo – MTur. **Institucional.** 2015. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/institucional.html>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRASIL. **Regimento Interno do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.** Brasília: Diário Oficial da União Nº 41, Seção I, 1 de março de 2017. Disponível em: http://cnpq.br/documents/10157/0/Regimento_Interno.pdf/8f215be0-4f6f-441c-be65-4e246df65bc8. Acesso em: 4 abr. 2018.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Ofício nº 245/2018-GAB/PR/CAPES 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: https://sei.capes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&codigo_verificador=0746852&codigo_crc=6755A444&hash_download=ef5e65b749e9b6a0c124c56e438345f0dbb86d4b097fccd29f4b4221365642ee971b5a5e507aea925d83d67d1d4d79f08696fa5be30b507aa19122ff68c396a9&visualizacao=1&id_orgao_acesso_externo=0. Acesso em: 06 ago. 2018

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Plataforma Sucupira. **Cursos avaliados e reconhecidos.** 2017. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/qu>

antitativoAreaAvaliacao.jsf;jsessionid=E3SZ7JkaXS1-FoMst5FC7tWp.sucupira-203.
Acesso em: 14 abr. 2018.

CHERNEY, A. et al. Research Utilization in the Social Sciences: A Comparison of Five Academic Disciplines in Australia. **Science Communication**, v. 35, n. 6, p. 780–809, 1 dez. 2013.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **Apoio Financeiro a Proposta de Natureza Científica, Tecnológica e/ou de Inovação (Termo de Aceitação, Condições Gerais e Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas)**. 2011. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25465#rn18113. Acesso em: 24 mar. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **Bolsas**. 2017 disponível em: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao13/>. Acesso em: 24 ago. 2018.

CNPQ. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **Bolsas individuais no país: RN 028-2015**. 2015. Disponível em: http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/2958271?COMPANY_ID=10132#PQ. Acesso em: 24 mar. 2018

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **Membros dos comitês**. s.d. Disponível em: cnpq.br/membros-dos-comites/. Acesso em: 24 mar. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **PCS/CPLP - Programa de Cooperação em Matéria de Ciências Sociais para os Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa**. 2005. Disponível em: <http://cnpq.br/cplp/>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **Programa MCT-Mz: Programa de Pós-Graduação CNPq/Ministério de Ciência e Tecnologia de Moçambique (CNPq/MCT-Mz)**. 2014. Disponível em: <http://cnpq.br/programa-mct-mz/>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **PROSUL - Programa Sul-Americano de Apoio às Atividades de Cooperação em Ciência e Tecnologia**. 2010. Disponível em: <http://cnpq.br/prosul/>. Acesso em: 24 fev. 2018.

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **RN 17/2011 – Auxílios Individuais**. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: http://cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25480. Acesso em: 23 fev. 2019).

CNPq. Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. **RN 18/2011 - Apoio Financeiro a Proposta de Natureza Científica, Tecnológica e/ou de Inovação (Termo de Aceitação, Condições Gerais e Manual de Utilização de Recursos Financeiros e Prestação de Contas)**. Brasília: CNPq, 2011. Disponível em: http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25465. Acesso em: 26 ago. 2017.

COMBESSIE, J. **O método em sociologia – o que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

DIAS, R.; MATOS, F. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

DÍAZ, M. C. **Estruturas formais de investigação em turismo e políticas públicas de turismo: expansão, consolidação e convergência?** 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora, 2018.

EMBRATUR. Empresa Brasileira de Turismo. Quem somos. **EMBRATUR: Lei de acesso à informação**. 2004. Disponível em: http://www.embratur.gov.br/lai_embratur_secom/opencms/menu/embratur/quemsomos.html. Acesso em: 14 abr. 2018.

FREITAS, C. C. S. **O discurso epistemológico sobre turismo e sua transposição nos programas de pós graduação do Brasil**. 2018. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, 2018.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 0, n. 21, 2000.

GELINSKI, C. R. O. G.; SEIBEL, E. J. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1;2, p. 227–240, 17 maio 2008.

GREENHALGH, T. et al. Research impact: a narrative review. **BMC Medicine**, v. 14, p. 78, 23 maio 2016.

HALL C. MICHAEL; JENKINS JOHN. Tourism and Public Policy. **A Companion to Tourism, Wiley Online Books**. 14 jan. 2008.

HALL, M. **Planejamento turístico no âmbito nacional e subnacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

Henz, A. P.; ANJOS, F. A. A construção de políticas de turismo no Brasil: abordagens sobre estado, governo, políticas públicas e descentralização. In: **XI Seminário Anual da ANPTUR - 2014**, 2014, Fortaleza. Anais do XI Seminário da ANPTUR. São Paulo: ANPTUR, 2014. v. 1. p. 1-15.

HUBERMAN, M. Research utilization: The state of the art. **Knowledge and Policy**, v. 7, n. 4, p. 13–33, 1 dez. 1994.

JAFARI, J. La cientificación del turismo. **Estudios y Perspectivas en Turismo Buenos Aires: CIET**, v. 3, n. 1, p. 7-36, 1994.

KIDDER, L. H. **Métodos de pesquisa nas relações sociais – Volume 2 – Medidas na Pesquisa Social**. São Paulo: EPU, 1987.

- KINGDON, J. Juntando as coisas. In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi, (Orgs.). **Políticas Públicas**, vol. I (Brasília: ENAP, 2006), pp. 225-245.
- LEMOS, C. C. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n. 6, p. 1401–1427, dez. 2013.
- LOPES, A. O. B.; TINÔCO, D. DOS S.; SOUZA, L. M. DE. Avaliação de políticas públicas de turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. **Revista Turismo em Análise**, v. 22, n. 3, p. 614–631, 1 dez. 2011.
- LUZ, M. T. Notas sobre a política de produtividade em pesquisa no Brasil: Consequências para a vida acadêmica, a ética no trabalho e a saúde dos trabalhadores. **Política & Sociedade**, v. 7, n. 13, p. 205–228, 2008.
- MATTEDI, M. A.; SPIESS, M. R. A avaliação da produtividade científica. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 24, n. 3, p. 623–643, set. 2017.
- MEAD, L. M. Only connect: Why government often ignores research. **Policy Sciences**, v. 48, n. 2, p. 257–272, 2015.
- MINAYO, M. C. S.; DELANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- MOESCH, M. M. Para além das disciplinas: o desafio do próximo século. In: GASTAL, S. (Org.). **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo, Editora Contexto, 2002.
- MOESCH, N. M. Turismo: virtudes e pecados. In: GASTAL, S. (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre, 2008. p. 85-93.
- MOLINA, S. **Fundamentos del nuevo turismo**. México: Centro de Emprendimiento e innovación, 2005.
- MOMM, C. F. **O Conhecimento Científico em Turismo no Brasil: Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu - Período de 2000 a 2006**. 2009. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.
- OLIVEIRA, M. Turismo prevê a criação de 2 milhões de novos empregos para o setor. **Portal do Ministério do Turismo: últimas notícias**. 2018. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11052-turismo-prev%C3%AA-a-cria%C3%A7%C3%A3o-de-2-milh%C3%B5es-de-novos-empregos-para-o-setor.html>. Acesso em: 04 abr. 2018.
- PANOSSO NETTO, A.; LOHMANN, G. **Teoria do Turismo: conceitos, modelos e sistemas**. 1. ed. São Paulo: Aleph, 2008. v. 1. 488p .

PIMENTEL, M. P. C.; PIMENTEL, T. D. A trajetória das políticas públicas de turismo brasileiras 1930-2010. In: **XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2011**, Rio de Janeiro (RJ). Anais. Rio de Janeiro (RJ): ANPAD, 2011. v. 1. p. 1-17

PIMENTEL, T. D.; CARVALHO, F. C. C.; PIMENTEL, M. P. C. O Processo de Institucionalização das Estruturas Formais de Investigação em Turismo (EFIT) no Brasil. In: **XLII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD), 2018**. Curitiba (PR).

PIMENTEL, T. D.; CARVALHO, F. C. C.; OLIVEIRA, M. C. B. Distribution, Emphasis and Possible Interactions among Tourism Research Centres in Mercosul. In: **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos-ABET**, v. 6, n. 1, p. 72–79, 2016.

REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica - Pensamento internacional x situação brasileira**. 1. ed. Campinas: Papirus, 1996. v. 1. 167p .

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo, Editora Atlas Ltda, 2017.

RUA, M. G. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

RUA, M. G. Turismo e políticas públicas de inclusão. In: **Turismo Social: diálogos do turismo: uma viagem de inclusão**. Ministério do Turismo, Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Rio de Janeiro, IBAM: 2006.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da política pública. In: Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi. (Orgs.). **Políticas Públicas**, vol. I (Brasília: ENAP, 2006), pp. 219-223.

SBPC. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. SBPC – Fundação, evolução e atividades. **Cadernos SBPC**, n. 4, 2004. Disponível em: <http://portal.sbpnet.org.br/asbpc/quem-somos/>. Acesso em: 24 mar. 2018.

THOMAS, R.; ORMEROD, N. The (almost) imperceptible impact of tourism research on policy and practice. In: **Tourism Management**, v. 62, p. 379–389, 2017.

WALT, G. How far does research influence policy? In: **European Journal of Public Health**, v. 4, n. 4, p. 233–235, 1 jan. 1994.

WEISS, C. H. The Many Meanings of Research Utilization. In: **Public Administration Review**, v. 39, n. 5, p. 426–431, 1979.

WOOD, R. C. The unspoken question: A response to Thomas and Ormerod. In: **Tourism Management**, v. 62, n. C, p. 390–393, 2017.

APÊNDICES

**APÊNDICE A –
Questionário**

A influência das pesquisas sobre Turismo nas Políticas Públicas

Prezado(a) Pesquisador(a),

Sou Analista em Ciência e Tecnologia do CNPq e aluna do Mestrado Profissional em Turismo, do Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. A dissertação que estou desenvolvendo pretende analisar os limites e possibilidades das contribuições do conhecimento científico na formulação de políticas públicas em turismo.

A sua realização envolve a análise do fomento sobre as pesquisas em turismo no CNPq (demanda, perfil dos processos apoiados, instituições, subáreas etc.). Dos processos apoiados, foram selecionados os que envolvem a elaboração de políticas públicas para envio de questionário aos pesquisadores. Com isso, será dada ênfase à visão do pesquisador, isso é, do beneficiário do apoio à pesquisa, não do governo ou da agência de fomento.

Dessa forma, esse trabalho pretende contribuir com o aperfeiçoamento da gestão do CNPq, por meio de uma avaliação técnica do seu fomento, identificando boas práticas que têm sido utilizadas pelos pesquisadores e que contribuem para utilização dos resultados da pesquisa pelos tomadores de decisão (potenciais usuários da pesquisa/público-alvo da pesquisa: gestores públicos, políticos, comunidades, movimentos sociais etc).

O questionário contém 4 seções: apresentação do questionário, perfil do pesquisador, gestão do CNPq e contribuição do conhecimento científico produzido para políticas públicas em turismo e correlatas.

Assim, peço a gentileza de responder o questionário em anexo. Caso tenha tido mais de um projeto aprovado, solicito que as respostas sejam referentes ao último projeto apoiado (em caso de dúvida, entre em contato). Os dados serão compilados e integrados às respostas dos demais participantes dessa pesquisa para análise. Ressalto que apenas a pesquisadora terá acesso aos seus dados e não há como identificar o autor das respostas.

Para preencher o formulário, solicito que clique no link que aparece na mensagem. Em caso de dúvidas, solicito escrever para bqrocha@gmail.com.

Agradeço antecipadamente a sua colaboração.

Atenciosamente,

Bárbara Quaresma Rocha
Analista em Ciência e Tecnologia
Coordenação do Programa de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas e Educação
COSAE / CGCHS
Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6911579760191925>

Perfil do Pesquisador

1. 1 - Tempo de doutorado (em anos):

2. 2 - Sexo/Gênero:

Mark only one oval.

Feminino

Masculino

3. 3 - Idade (anos):

4. 4 - Área de formação do doutorado:

5. 5 - Instituição de formação (doutorado):

6. 6 - Instituição de trabalho:

7. 7 - Além da pesquisa, você exerce alguma outra atividade acadêmica?

Check all that apply.

- Não
- Sim, aulas na graduação
- Sim, aulas na pós-graduação
- Sim, edição de periódico(s)
- Sim, revisão de periódico(s)
- Sim, consultoria ad hoc para agências de fomento
- Other: _____

Gestão do CNPq

8. 8 - Qual a sua opinião sobre como a avaliação é realizada (avaliação por pares – ad hoc; classificação pelo Comitê de Assessoramento)?

9. 9 - Na sua opinião, a área de turismo está no Comitê de Assessoramento Adequado (CA-SA – engloba as áreas de Turismo, Demografia, Arquitetura e Urbanismo, Planejamento Urbano e Regional e Geografia)?

Mark only one oval.

- Sim
- Não
- Em parte

10. 10 - Sobre a questão anterior, comente sua resposta:

11. 11 - Caso tenha respondido que o Comitê não é adequado, como seria um comitê adequado?

12. 12 - Quais são, na sua opinião, as 3 áreas/temas de pesquisa mais relevantes para o avanço do (da política de) turismo no País? Quais razões fundamentam a relevância dessas áreas/temas de pesquisa?

Contribuição do conhecimento científico produzido para políticas públicas em turismo e correlatas

13. 13 - Em qual(is) instância(s) de governo sua pesquisa poderia ser aplicada (pode ser marcada mais de uma alternativa)?

Check all that apply.

- Municipal
- Regional
- Estadual
- Federal
- INTERNACIONAL
- Other: _____

14. 14 - Sobre qual fase do ciclo de políticas públicas sua pesquisa se debruçou?*Check all that apply.*

- percepção e definição de problemas
- formação de agenda
- elaboração de programas e decisão
- implementação de políticas
- avaliação de políticas públicas e a eventual correção da ação

15. 15 - Como foi escolhido o tema de sua pesquisa?*Check all that apply.*

- Interesse próprio
- Identificação de lacuna de pesquisa existente
- Articulação com os usuários interessados (agentes governamentais, empresários, comunidades etc)
- Identificação do assunto na agenda do governo
- Identificação de interesse do público-alvo

16. 16 - A pesquisa executada:*Mark only one oval.*

- Descreveu o processo político / decisório / de políticas públicas
- Realizou diagnóstico prévio da área/setor
- Analisou os resultados da política
- Sugeriu ações a serem implementadas
- Other: _____

17. 17 - Foi realizado contato prévio com gestores públicos?*Mark only one oval.*

- Sim
- Não

18. 18 - Se sim, por favor, comente:

19. 19 - Você procurou o governo em algum momento da pesquisa? (pode marcar mais de 1 item)*Check all that apply.*

- Sim, como colaborador
- Sim, para apoio financeiro
- Sim, para anuência
- Sim, no meio
- Sim, no fim
- Other: _____

20. 20 - Houve envolvimento dos usuários (agentes governamentais, empresários, comunidades etc) na execução da pesquisa (além do fornecimento de informações)?*Mark only one oval.*

- Sim
- Não

21. 21 - Qual foi a estratégia de divulgação da sua pesquisa?*Check all that apply.*

- Produção de artigo científico
- Participação em eventos científicos
- Entrevistas/matérias em jornais/revistas
- Redes sociais
- Manuais
- Cartilhas
- Livro
- E-book
- Other: _____

22. 22 - Se você utilizou redes sociais para divulgar sua pesquisa, quais foram?*Check all that apply.*

- Não utilizei
- Facebook
- Instagram
- Twitter
- Research gate
- Academia.edu
- Other: _____

23. **23 - Você considera que a divulgação dos resultados da pesquisa em meios não acadêmicos (redes sociais, manuais, cartilhas, e-book etc) pode aumentar a utilização da sua pesquisa? Comente:**

24. **24 - Você considera que sua pesquisa teve potencial para influenciar as Políticas Públicas?**

Mark only one oval.

- Nenhum
- Pouco
- Médio
- Grande

25. **25 - Houve utilização da sua pesquisa pelo governo? Conte sua experiência:**

26. **26 - Você apresentou os resultados do seu trabalho para o governo diretamente afetado(prefeitura, secretarias, governo estadual, federal etc) pela sua pesquisa?**

Mark only one oval.

- Sim
- Não

27. **27 - Comente a resposta anterior:**

28. 28 - Em sua opinião, o que poderia ser feito para melhorar a articulação entre pesquisadores e tomadores de decisão?

29. 29 - Este espaço é reservado para fazer considerações que julgar pertinentes sobre o CNPq, tema da pesquisa etc.

**APÊNDICE B –
Macroprogramas, Ações e Linhas de Ação dos Planos Nacionais de Turismo**

Plano 2003-2007 Macroprogramas	Plano 2007-2010 Macroprogramas	Plano 2013-2016 Ações	Plano 2018-2022 Linhas de atuação
<p>1 : GESTÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS</p> <p>1.1 - Programa de Acompanhamento do Conselho Nacional do Turismo</p> <p>1.2 Programa de Avaliação e Monitoramento do Plano</p> <p>1.3 Programa de Relações Internacionais</p> <p>2 FOMENTO</p> <p>2.1 - Programa de Atração de Investimentos</p> <p>2.2 Programa de Financiamento para o Turismo</p> <p>3 INFRA – ESTRUTURA</p> <p>3.1 - Programa de Desenvolvimento Regional</p> <p>3.2 Programa de Acessibilidade Aérea, Terrestre, Marítima e Fluvial.</p> <p>4 ESTRUTURAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA</p> <p>4.1 - Programa de Roteiros Integrados</p> <p>4.2 Programa de Segmentação</p> <p>5 QUALIDADE DO PRODUTO TURÍSTICO</p> <p>5.1 - Programa de Normatização da Atividade Turística</p> <p>5.2 Programa de Qualificação Profissional</p> <p>6 PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO</p> <p>6.1 - Programa de Promoção Nacional e Internacional do Turismo Brasileiro</p> <p>6.2 Programa de Reposicionamento da Imagem Brasil</p> <p>6.3 Programa de Apoio à Comercialização</p> <p>7 INFORMAÇÕES TURÍSTICAS</p> <p>7.1 Programa de Base de Dados</p> <p>7.2 Programa de Pesquisa de Demanda</p>	<p>1 - PLANEJAMENTO E GESTÃO</p> <p>1.1 - Programa De Implementação e Descentralização da Política Nacional de Turismo</p> <p>1.2 Programa de Avaliação e Monitoramento Do Plano Nacional de Turismo</p> <p>1.3 Programa de Relações Internacionais</p> <p>2 INFORMAÇÃO E ESTUDOS TURÍSTICOS</p> <p>2.1 - Programa Sistema de Informações Do Turismo</p> <p>2.2 Programa de Competitividade do Turismo Brasileiro</p> <p>3 LOGÍSTICA DE TRANSPORTES</p> <p>3.1 - Programa de Ampliação da Malha Aérea Internacional</p> <p>3.2 Programa de Integração da América do Sul</p> <p>3.3 Programa de Integração Modal nas Regiões Turísticas</p> <p>4 REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO</p> <p>4.1 - Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização</p> <p>4.2 Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos</p> <p>4.3 Programa de Estruturação da Produção Associada ao Turismo</p> <p>4.4 Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo</p> <p>5 FOMENTO À INICIATIVA PRIVADA</p> <p>5.1 - Programa de Atração de Investimentos</p> <p>5.2 Programa de Financiamento para o Turismo</p> <p>6 INFRA-ESTRUTURA PÚBLICA</p> <p>6.1 - Programa de Articulação Interministerial para Infra-Estrutura de Apoio ao Turismo</p> <p>6.2 Programa de Apoio à Infra-Estrutura Turística</p> <p>7 QUALIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS TURÍSTICOS</p> <p>7.1 Programa de Normatização do Turismo</p> <p>7.2 Programa de Certificação do Turismo</p> <p>7.3 Programa de Qualificação Profissional</p> <p>8 PROMOÇÃO E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO</p> <p>8.1 - Programa de Promoção Nacional do Turismo Brasileiro</p> <p>8.2 Programa de Apoio à Comercialização Nacional</p> <p>8.3 Programa de Promoção Internacional do Turismo Brasileiro</p> <p>8.4 Programa de Apoio à Comercialização Internacional</p>	<p>1 - CONHECER O TURISTA, O MERCADO E O TERRITÓRIO</p> <p>1.1 - Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística</p> <p>1.2 - Implantar plataforma interinstitucional de dados</p> <p>1.3 - Implementar sistema de inteligência</p> <p>2 - ESTRUTURAR OS DESTINOS TURÍSTICOS</p> <p>2.1 - Apoiar o desenvolvimento das regiões turísticas</p> <p>2.2 - Apoiar a elaboração e a implementação dos planos de desenvolvimento turístico</p> <p>2.3 - Melhorar a infraestrutura turística</p> <p>2.4 - Mensurar a competitividade nos destinos turísticos</p> <p>2.5 - Estruturar os segmentos turísticos priorizados</p> <p>2.6 - Melhorar a sinalização, a acessibilidade e os Centros de Atendimento aos Turistas nas cidades-sede da Copa do Mundo</p> <p>3 - FOMENTAR, REGULAR E QUALIFICAR OS SERVIÇOS TURÍSTICOS</p> <p>3.1 - Cadastrar os prestadores de serviços turísticos</p> <p>3.2 - Fiscalizar os serviços turísticos</p> <p>3.3 - Classificar e certificar os serviços e equipamentos turísticos</p> <p>3.4 - Capacitar e qualificar profissionais e gestores do setor de turismo</p> <p>3.5 - Incrementar as linhas de financiamento à iniciativa privada</p> <p>3.6 - Implementar o apoio ao fomento público à pesquisa, à inovação e ao conhecimento</p> <p>3.7 - Atração de investimentos e questões tributárias</p> <p>3.8 - Qualificação profissional para melhoria da qualidade dos serviços a serem ofertados aos turistas que visitarão o país nos megaeventos</p> <p>4 - PROMOVER OS PRODUTOS TURÍSTICOS</p> <p>4.1 - Realizar campanhas de promoção do turismo interno</p> <p>4.2 - Apoiar eventos de comercialização</p> <p>4.3 - Realizar ações de apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mercado interno</p>	<p>1 - ORDENAMENTO, GESTÃO E MONITORAMENTO</p> <p>1.1 - Fortalecer o Sistema Nacional de Turismo</p> <p>1.2 Apoiar o Planejamento do Turismo, Integrado ao Setor de Segurança Pública</p> <p>1.3 Aperfeiçoar o ambiente legal e normativo do setor turístico</p> <p>1.4 Ampliar e aprimorar estudos e pesquisas em turismo</p> <p>1.5 Fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística no país</p> <p>2 ESTRUTURAÇÃO DO TURISMO BRASILEIRO</p> <p>2.1 - Melhorar a infraestrutura nos destinos e nas regiões turísticas brasileiras</p> <p>2.2 Promover e facilitar a atração de investimentos e a oferta de linhas de crédito para o turismo</p> <p>2.3 Aprimorar a oferta turística nacional</p> <p>3 FORMALIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO NO TURISMO</p> <p>3.1 Ampliar a formalização dos prestadores de serviços turísticos</p> <p>3.2 Intensificar a qualificação no turismo</p> <p>4 INCENTIVO AO TURISMO RESPONSÁVEL</p> <p>4.1 Estimular a adoção de práticas sustentáveis no setor turístico</p> <p>4.2 Promover a integração da produção local à cadeia produtiva do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local</p> <p>4.3 Possibilitar o acesso democrático de públicos prioritários à atividade turística</p> <p>4.4 Intensificar o combate à violação dos direitos de crianças e adolescentes no turismo</p> <p>5 MARKETING E APOIO À COMERCIALIZAÇÃO</p>

7.3 Programa de Avaliação de Impacto do Turismo		4.4 - Realizar mostra dos produtos e roteiros turísticos	5.1 - Incrementar a promoção nacional e internacional dos destinos e produtos turísticos brasileiros
7.4 Programa de Avaliação de Oportunidade de Investimento		4.5 - Fortalecer a estratégia de promoção internacional do turismo brasileiro	5.2 Definir o posicionamento estratégico do Brasil como produto turístico
		4.6 - Apoiar a realização de eventos de fortalecimento ao desenvolvimento turístico	5.3 Intensificar ações para facilitação de vistos
		4.7 - Articular com as demais esferas de governo a necessidade de uma reavaliação dos encargos tributários	
		5 - ESTIMULAR O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA ATIVIDADE TURÍSTICA	
		5.1 Combater a exploração de crianças e adolescentes na cadeia produtiva do turismo	
		5.2 - Integrar a produção associada na cadeia produtiva do turismo	
		5.3 - Fomentar o turismo de base comunitária	
		6 - FORTALECER A GESTÃO DESCENTRALIZADA, AS PARCERIAS E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL	
		6.1 - Fortalecer a gestão do turismo no Brasil	
		6.2 - Definir modelos referenciais de infraestruturas de gestão para as Organizações Públicas de Turismo (OPT)	
		6.3 - Ampliar a cooperação internacional em turismo	
		7 - PROMOVER A MELHORIA DE AMBIENTE JURÍDICO FAVORÁVEL	

APÊNDICE C –
Tabela com todas as instituições que tiveram propostas aprovadas pelo CNPq
entre 2003 e 2013 e listagem das instituições que não tiveram propostas
aprovadas

Instituição	Total	Aprov.	Instituição	Total	Aprov.
Universidade de São Paulo	43	24	Instituto Superior e Centro Educacional Luterano Bom Jesus - SC	3	2
Universidade de Caxias do Sul - RS	35	15	Universidade Estadual de Goiás	3	2
Universidade Federal do Rio de Janeiro	24	13	Universidade Federal do Maranhão	10	1
Universidade do Vale do Itajaí - SC	44	11	Universidade de Aveiro (Portugal)	9	1
Universidade Federal de Pernambuco	18	10	Universidade Federal de Pelotas - RS	5	1
Universidade Estadual Paulista	16	10	Universidade do Vale do Rio dos Sinos - RS	4	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	29	9	Centro Universitário Assunção - SP	3	1
Universidade Estadual de Santa Cruz - BA	21	9	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	3	1
Universidade Federal do Pará	17	9	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	3	1
Universidade de Brasília	17	8	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	3	1
Universidade Federal do Ceará	12	8	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	2	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	12	8	Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	2	1
Universidade Federal de Santa Catarina	15	7	Universidade Estadual do Oeste do Paraná	2	1
Universidade Federal de Alagoas	11	7	Universidade Estadual do Rio de Janeiro	2	1
Universidade Estadual do Ceará	9	7	Universidade Federal de Lavras - MG	2	1
Universidade Federal do Paraná	18	6	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	2	1
Universidade Federal da Paraíba	11	6	Aqua Locação de Equipamentos Eletrônicos e de Informática	1	1
Universidade Federal de Santa Maria - RS	11	5	Associação Educacional do Vale da Jurumirim - SP	1	1
Fundação Getúlio Vargas - RJ	8	5	Centro de Educação de Balneário Camboriú	1	1
Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo	5	5	Centro Federal de Educação Tecnológica	1	1
Pontifícia Universidade Católica de Goiás	15	4	Centro Universitário de Brusque - SC	1	1
Universidade Anhembi Morumbi - SP	5	4	ESADE Business School - Barcelona Campus (Espanha)	1	1
Fundação Universidade Regional de Blumenau	15	3	Governo do Distrito Federal	1	1
Universidade Federal da Bahia	9	3	Instituto Stela – SC	1	1
Universidade Estadual de Campinas	7	3	Instituto Universitário de Lisboa (Portugal)	1	1

Universidade Federal de Campina Grande - PB	7	3	Invenio Software Inteligente Limitada - RS	1	1
Universidade Federal de São Carlos - SP	5	3	Lancaster University (Inglaterra)	1	1
Universidade Estadual de Londrina - PR	4	3	Multinet Sistemas Ltda – SC	1	1
Universidade Federal de Uberlândia - MG	4	3	OxenTI Soluções em Tecnologia da Informação - BA	1	1
Universidade Federal do Piauí	4	3	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1	1
Fundação Getulio Vargas - SP	3	3	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - São Paulo	1	1
Universidade Federal de Viçosa - MG	8	2	Synopsis Internet e Computação Gráfica - CE	1	1
Universidade Federal de Minas Gerais	6	2	Universidad Complutense de Madrid (Espanha)	1	1
Universidade Federal Fluminense	6	2	Universidade do Oeste Paulista	1	1
Universidade Feevale – RS	6	2	Universidade Federal da Grande Dourados - MS	1	1
Université Paris (França)	6	2	Universidade Regional do Cariri - CE	1	1
Universidade Federal de Juiz de Fora - MG	5	2	Universidade São Francisco SP	1	1
Universidade São Judas Tadeu - SP	5	2	Universitat Autònoma de Barcelona - UAB (Espanha)	1	1
Universidad de Málaga (Espanha)	4	2	University of California System (EUA)	1	1
Universidade Estadual de Maringá - PR	4	2	University of Surrey (Inglaterra)	1	1

Fonte: Dados da pesquisa (2019), fornecidos pelo CNPq.

Não foram incluídas no quadro as instituições que não tiveram nenhum projeto aprovado. Assim, com seis propostas apresentadas tem-se a Universidade Federal de Ouro Preto. Com cinco: Fundação Educacional Inaciana Padre Sabóia de Medeiros – SP e Universidade Salvador – BA. Com quatro proposta: Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz –Esalq-USP, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade de Coimbra (Portugal), Universidade Federal do Rio Grande – UFRGS, Universitat de Barcelona (Espanha); com três propostas: Instituto Federal Fluminense, Universidade do Algarve (Portugal), Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Já com duas propostas, apresentaram: Acqua Software, Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (México), Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão – PE, Nebrija Universidad (Espanha), Pessoa Física, Piicker Tecnologia em Turismo – RJ, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Ubitec Soluções em Tecnologia da Informação Ltda. – SP, Universidad de Las Palmas de Gran Canaria (Espanha), Universidade de Santa Cruz do Sul – RS, Universidade do Estado da Bahia,

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Universidade do Minho (Portugal), Universidade Estadual de Feira de Santana – BA, Universidade Estadual de Montes Claros – MG, Universidade Federal de Mato Grosso, Universidade Federal do Amazonas, Wake Up Systems – PB.

Por fim, com uma proposta apresentada, mas não aprovada, temos: Amsyst Soluções Móveis, Associação Educacional Boa Viagem – PE, Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada – PE, Centro Universitário de Várzea Grande – MT, Centro Universitário Filadélfia – PR, Centro universitário Maurício de Nassau – Recife, Centro Universitário UNA – MG, Cleveland State University (EUA), Cooperativa de Formação e Desenvolvimento do Produto Turístico Ltda – RS, Escola de Hotelaria e Turismo do Porto (Portugal), Faculdade de Administração da Associação Brasileira de Educação – RS, Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Faculdade Hélio Rocha – BA, Faculdade Senac Minas, Faculdades Cathedral de Ensino Superior – MT, Faculdades de Alagoas, Faculdades Integradas Hélio Alonso – RJ, Faculdades Integradas Modulo – SP, Fundação Estadual do Meio Ambiente de Cuiabá, Geobuilder - Tecnologia em Geoinformação – SP, GUIDEA SERVICOS DIGITAIS LTDA – MG, Hotel1.com.br Agência de Viagens – PR, Instituto Agrônomo de Pernambuco, Instituto de Agronegócios do Maranhão, Instituto de Arquitetos do Brasil – MG, Instituto de Economia Agrícola (Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo), Instituto Euro-Americano de Educação, Ciência e Tecnologia – DF, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Instituto Federal de Santa Catarina, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia – AM, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, Instituto Polo Internacional Iguassu – PR, King's College London (Inglaterra), MORPHEUS SOFTWARE – ES, Muséum National d'Histoire Naturelle (França), RPJ Serviços Digitais – PE, e Sanca Ventures – SP.

Nessa mesma situação, ainda se encontram as seguintes instituições: Southern Cross University (Austrália), Thorstenberg & Prauchner Tecnologia – RS, Universidad Autónoma de Madrid (Espanha), Universidad Central Marta Abreu de Las Villas (Cuba), Universidad de Costa Rica, Universidad de Granada (Espanha), Universidad Rey Juan Carlos (Espanha), Universidade Católica de Pelotas – RS, Universidade Católica Dom Bosco – MS, Universidade de Cruz Alta – RS, Universidade de Pádua (Itália), Universidade do Estado do Amazonas, Universidade do Sul de Santa Catarina, Universidade Estadual de Roraima, Universidade Estadual de Santa Catarina,

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Universidade Estadual Vale do Acaraú-CE, Universidade Federal de Goiás, Universidade Federal de Sergipe, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Universidade Federal do Pampa – RS, Universidade Federal do Tocantins, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Semiárido, Universidade La Salle - Canoas – RS, Universidade Regional de Blumenau – SC, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Université du Québec à Montréal (Canadá), Venture Innovation Consultoria – MG, Web Nas Nuvens – MG.